

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 866  
26 de Julho de 1990  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política do CC do PCP

# Taxa de inflação de 13% exige aumento intercalar do salário mínimo e pensões

Pág. 1/Semana

## Deputados do PCP levam à Assembleia O GRAVE PROBLEMA DOS FOGOS

• Atrasos do Governo no pagamento aos guardas florestais podem conduzir à greve

Págs. 3 e 5/Semana

Um repórter do «Avante!» com emigrantes portugueses

## GRAÇAS E DESGRAÇAS DA EMIGRAÇÃO

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

## XXVIII Congresso do PCUS

## A situação económica da URSS

• Extractos do relatório de Mikhail Gorbatchov



# Avante! festa!

Avante!

Director  
António Dias Lourenço  
SUPLEMENTO N.º 6  
26 de Julho de 1990  
Não pode ser vendido



Na Lúa



JÚLIO PEREIRA

# Informação e normalidade democrática

O diário francês «Le Monde» referia recentemente um estudo publicado pelo «Times Mirror Center» sobre as relações entre os jovens norte-americanos e a informação e cujas conclusões eram adiantadas no próprio título escolhido: A idade da indiferença.

São na verdade inquietantes os dados recolhidos. Apenas 30% dos inquiridos haviam lido um jornal na véspera do inquérito e este facto não era compensado - contra o que seria de esperar - por uma maior atenção aos noticiários televisivos. O «Le Monde» cita paralelamente um outro inquérito, este realizado pelo «National Geographic Magazine», e que revelava que o número de jovens americanos capazes de localizar a Europa num mapa do mundo descerá de uns já inquietantes 45% para uns aterradoros 25%.

Politicamente, os resultados desta situação não se fazem esperar: apenas 36% dos eleitores com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos votaram nas últimas eleições presidenciais, apenas 34% dos jovens daquela idade têm uma opinião crítica sobre o Governo (entre os mais velhos a percentagem é de 56%) e 70% consideram que Reagan foi «um presidente notável»!

O «Le Monde» conclui inquieto que os dados desta sondagem revelam que, contrariamente ao que seria de esperar, a camada etária com idade inferior a 30 anos é mais conformista e mais vulnerável, transformando-se assim num alvo preferencial para os manipuladores de opinião.

O problema dos resultados da exposição das populações dos países desenvolvidos à gigantesca massa de informação actual tem sido de há muito objecto de aturados estudos e crescentes preocupações. Existe desde já um consenso sobre o evidente afastamento da realidade que uma reacção ao que há quem designe por *indigestão informativa* provoca em vastas áreas do público. Verifica-se uma dificuldade de apreensão e selecção de um volume enorme de dados e factos, gerando um fenómeno de rejeição e alheamento quase de autodefesa.

Evidente que tal problema não pode exclusivamente ser imputado ao fenómeno da *quantidade* de informação veiculada pela comunicação social de massas, haverá também que levar em linha de conta o instrumental cultural que equipa os cidadãos e na base do qual a selecção e apreensão do material informativo se realiza. E aqui o problema complica-se fortemente.

Numerosos investigadores norte-americanos - cuja opinião assume particular interesse por se referir a um país onde o problema adquiriu as maiores dimensões e onde se verifica há mais tempo - sublinham os reflexos ao nível da própria *capacidade de apreensão de conhecimentos* provocados pela quantidade, mas acima de tudo pela metodologia da informação das *mass media*. O traço fundamental das preocupações centra-se no facto de a informação veiculada ser essencialmente cumulativa, ser constituída por um acúmulo de factos sucessivos, fornecidos com grande impacto individualizado e concentrado (magníficas e poderosas imagens de reportagem nomeadamente) que tende a isolar os fenómenos não estimulando a sua apreensão relacionada e processual.

A rejeição do público, o seu afastamento face à realidade informada dever-se-ia assim e acima de tudo a uma dificuldade em a apre-

der, situar e relacionar, dificuldade essa gerada não tanto pela informação ou pela sua quantidade, mas acima de tudo pela metodologia informativa. Ao fornecer a informação em *mosaicos* desligados entre si e que apenas se sucedem (como é sobretudo o caso dos telegornais), a realidade surge fragmentada, aparentemente caótica e incompreensível e, portanto, inquietante e ameaçadora, imune a uma intervenção que exige compreensão de relacionamentos, compreensão de processos causais e evolutivos que sugerem e tornam possível a intervenção.

Relacionar, situar, recordar antecedentes, apontar consequências eis assim uma obrigação inseparável de uma noção responsável e adulta do acto de informar. Revelar o facto, sem dúvida, mas assumir igualmente a responsabilidade crítica de não o deixar pairando, ao sabor das emoções e das bolinas que as ideologias dominantes acriticamente lhes imponham é uma exigência da própria informação.

Em matéria de relacionamentos, a passada semana da realidade política portuguesa foi fértil em esclarecedoras situações que reveladoramente contrapõem bem diferentes projectos e concepções políticas.

O País inquieto-se com o problema dos fogos florestais. É uma tragédia cíclica cuja repetição insinua estarmos face a uma fatalidade contra a qual a intervenção dos homens parece inútil. Todos os anos milhares de hectares das nossas florestas são devastados pelas chamas que se sabe serem, na esmagadora maioria dos casos, ateadas por mãos criminosas, mas contra as quais as polícias e tribunais se revelam ineficazes.

A velha máxima de quem beneficia não perde aqui qualquer actualidade. Que sejam os madeireiros os principais lucRADORES da venda ao desbarato dos arvoredos queimados, que sejam essencialmente as celuloseiras as interessadas em que das florestas aridas nasçam ainda mais devastadores eucaliptais, eis uma realidade que ninguém ignora, mas que sistematicamente se oculta quando se mostram as aterroradoras imagens de chamas lambendo arvoredos e de esforçados bombeiros tentando estancar tragédias.

O Governo - faz discursos. Como em todas as situações em que, face ao iniludível sentir das populações, há que ocultar as incúrias e sobretudo as culpabilidades, o executivo anuncia medidas que jamais são tomadas, mostra-se nos ecrans televisivos e... fica tudo na mesma.

Contudo, neste final de Julho o problema trouxe às páginas dos jornais dois factos reveladores em si próprios e ainda mais no seu contraste.

Deputados do PCP estiveram em Coimbra e em vários pontos da região centro contactando com autarquias, populações, agentes económicos, ouvindo os protestos e exigências sobre o problema dos fogos. Em poucos dias - e no seguimento de outras diligências efectuadas em anos anteriores - foram tão longe quanto lhes é permitido pela sua capacidade de intervenção: deram voz institucional às reclamações ouvidas, formularam exigências ao Governo, avançaram propostas de medidas concretas a que se faz referência

noutras páginas desta edição. Há que tudo fazer para pôr termo ao flagelo.

No mesmo momento, o Governo também vem à ribalta pelo mesmo problema. Só que dando origem a um conflito que poderá conduzir à greve os 1 022 guardas florestais existentes no nosso País, ou seja, os elementos essenciais de controle e prevenção dos fogos.

É fundamental frisar que não nos encontramos perante um sector profissional que aproveitasse este momento particularmente delicado da sua área de trabalho para formular novas ou maiores exigências: os guardas florestais limitam-se a exigir que lhes seja pago o que já foi acordado e que se encontra em atraso há mais de oito meses! A questão é tanto mais chocante quanto uma das verbas em atraso se refere ao subsídio de risco que passou a ser atribuído exactamente pelo papel que os guardas são chamados a desempenhar no ataque aos incêndios florestais. Face a um problema desta gravidade, um dos responsáveis da Direcção Geral das Florestas limita-se a dizer que «as verbas ainda não foram transferidas pela Secretaria de Estado do Orçamento e sem o dinheiro não é possível pagar».

É o retrato completo de duas formas de encarar a política: o empenho construtivo, rápido e actuante, o contacto permanente com as populações e os seus interesses; a irresponsabilidade, a incúria e o veso constante contra quem trabalha de um executivo com os olhos postos exclusivamente nas negociações do capital.

Nas últimas semanas mereceu também particular relevo o desaguisado surgido entre os dirigentes PSD dos Açores e Madeira e Cavaco Silva. O tom serafico de Mota Amaral e a vocação circense de Jardim fizeram coro para aproveitarem os embaraços do PSD face às presidenciais no sentido de obterem vantagens para a sua abalada governação nas Regiões Autónomas.

O problema assumiu aqueles contornos mesquinhos e burlescos que caracterizam os desaguisados no PSD: um ambiente de comadres desavindas onde não se consegue descontinuar uma dimensão técnica, um projecto político, uma visão de Estado.

Comentando o facto, a Comissão Política do CC do PCP afirma (em nota que na íntegra se insere nesta edição) a sua firme condenação da «*ligeireza e irresponsabilidade com que os dirigentes do PSD (nacionais e regionais) transformam as suas divisões e intrigas partidárias em questões de Estado, com manifesto prejuízo para os interesses das populações dos Açores e da Madeira, da estabilidade política do País e dos prestígio das instituições da República e das Regiões Autónomas.*»

O mesmo documento põe igualmente o dedo na ferida ao recordar que o essencial do problema se cifra numa operação de chantagem para obter forma de compensar os brutais défices impostos pela gestão PSD aos orçamentos das Regiões Autónomas: 80 milhões de contos na Madeira e 30 milhões de contos nos Açores. E fala também da «*frenética campanha eleitoralista em que o Governo Cavaco Silva está envolvido*» e «*reprova energeticamente a utilização abusiva que o Governo, e em especial o primeiro-ministro, estão a fazer dos meios e recursos do Estado, das funções governativas e do sector público da comunicação social para servir os interesses eleitorais do PSD.*»

Amanhã, sexta-feira, Cavaco Silva irá aos Açores, em mais uma destas viagens eleitorais. O tempo foi anunciada à atribuição aos Açores

de uma quota leiteira de 400 milhões de litros dos 1 500 milhões da quota acordada com a CEE.

A decisão é, em si própria, defensável. Allás, o Grupo Parlamentar do PCP já propusera medidas no referente à questão da quota leiteira para os Açores que defendessem os interesses dos produtores locais. Mas, relacionando os factos, é todo um retrato de um comportamento político que se obtém.

O primeiro-ministro fez a semana passada uma declaração tão reveladora quanto inquietante. Em artigo publicado numa revista de Lisboa (modesta e coerentemente subscrito por reprodução da assinatura do próprio, no mais puro estilo de *mailing* comercial...) declara Cavaco Silva que «em 19 de Julho de 1987 Portugal acedeu finalmente à plena normalidade democrática». No entender do autor, a tal *normalidade democrática* consiste no facto de haver saído daquelas eleições uma «*maioria parlamentar de um só partido.*»

A concepção assim revelada sobre *normalidade democrática* vale por toda uma exposição do ideário político do prof. Cavaco Silva. Por *normalidade democrática* o leader do PSD não entende o normal funcionamento das instituições democráticas, a ampla participação dos cidadãos, a intervenção dinâmica de todas as correntes políticas na definição da política do País: a *normalidade democrática* segundo Cavaco Silva é - governar sozinho. Para ele, qualquer situação que não seja a de uma maioria absoluta é *anormal* em termos de democracia. Toda a rica variedade de soluções institucionais que a democracia em geral e o quadro constitucional português em particular admitem - para Cavaco Silva, a *normalidade*. *Normalidade* só há uma: a de um partido governar sozinho.

A própria variedade de soluções na base do respeito pela vontade popular que constitui a essência da democracia é para Cavaco Silva *anormal*. Ou seja, o primeiro ministro vem dizer o que já se sabia: que para ele a democracia é *anormal*.

Os relacionamentos possíveis são inúmeros. Pode por exemplo relacionar-se esta concepção com os escândalos das atribuições de frequências radiofónicas, com o silêncio sobre o caso Drexel ou sobre os perdões às empresas da «Aveiro *conectiom*», aos casos Costa Freire e tantos outros. Ou ainda ao silêncio governamental quanto ao facto de que, contra o que o Governo previra, a taxa de inflação este ano se cifrará, no mínimo, em 13% e de que os aumentos salariais foram calculados pelas irrealistas taxas anunciadas pelo Governo.

Esta uma *situação anormal* a exigir correcção.

Por isso o PCP coloca «*como exigência pública de elemental justiça social a necessidade de um aumento intercalar do salário mínimo e das pensões e reformas que compensa a derrapagem do Governo na taxa de inflação.*»

A maioria absoluta que Cavaco Silva considera a *normalidade* pode impedir que esta exigência imposta pelas circunstâncias se concretize, tal como que se clarifiquem os casos de corrupção, terminem abusos e desmandos, se tenham em conta os interesses dos trabalhadores. Mas a real normalidade democrática permite corrigir tal situação: afastando o Governo PSD e criando condições para um novo Governo democrático com uma política democrática.

Como é normal em democracia.

# Resumo

## 18 Quarta-feira

Reúnem-se delegações do PCP e do PRD que convergem na preocupação sobre as desigualdades sociais e facilidade de diálogo entre forças políticas democráticas ■ Os Sindicatos da Administração Pública anunciam em conferência de imprensa uma plataforma reivindicativa para 91 tendo em vista nomeadamente um aumento de 22 por cento de modo a compensar a depreciação provocada pelo acréscimo da inflação ■ O Portugal conclui em Bruxelas a primeira fase das negociações de adaptação da agricultura às regras da CEE ■ O Governo apresenta um programa de fiscalização de pescas que permitirá a Portugal um maior controlo da sua zona económica exclusiva ■ O ministro das Finanças comparece no Parlamento para dar contas aos deputados da Comissão de Economia do andamento da execução do Orçamento para 1990 e dos cortes nas despesas correntes até 45 milhões de contos ■ Durão Barroso revela que Portugal vai ser palco da terceira ronda de conversações a realizar brevemente entre delegações do governo da República Popular de Angola e da UNITA ■ O PS acusa o PSD de não se coibir de utilizar questões de Estado para resolver os seus problemas e conflitos internos apontando como exemplo a situação face ao Estatuto Político-Administrativo da Madeira ■ O primeiro-ministro francês visita o Japão para a debater temas económicos ■ Os Estados Unidos anunciam que vão dialogar com o Vietname para impedir o regresso dos *khmers* vermelhos ao Poder do Camboja ■ O vice-presidente do ANC, Nelson Mandela, termina uma visita de quatro dias a Moçambique, onde incita ao diálogo para a paz com a RENAMO.

## 20 Sexta-feira

Mota Amaral encontra-se em Lisboa com Cavaco Silva no momento em que se aviza nos Açores a controversia acerca da visita do Primeiro-Ministro à Terceira, a convite do Instituto Histórico ■ O secretário de Estado das Finanças afirma que a Centracel vai ser privatizada em finais de Setembro em Oferta Pública de Venda na Bolsa de Lisboa ■ Os principais líderes políticos da RDA manifestam profundo desacordo no Parlamento sobre as modalidades das eleições gerais alemãs de 2 de Dezembro ■ O presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Jacques Delors, considera que a URSS deve conservar a sua unidade monetária ■ Inicia-se em S. José nova reunião entre o governo e guerrilha salvadoreña, para alcançar a paz ■ A Coreia do Norte rejeita uma proposta do presidente sul-coreano para a abertura da fronteira entre os dois países durante cinco dias, por considerar que se trata de uma manobra de propaganda ■ A UNITA poderá estar a preparar um ataque final a Luanda, segundo indica a televisão sul-africana ■ São anunciadas para 6 de Agosto as próximas conversações políticas entre o Congresso Nacional Africano e o Governo de Pretória.

## 19 Quinta-feira

O Conselho de Ministros decide prosseguir a alienação da Companhia de Seguros Tranquilidade com vista à sua privatização total ■ Ocorre uma explosão numa oficina de pirotecnia, no concelho de Fafe, que mata cinco pessoas ■ O PS critica a proposta de Progresso Económico e Social para os Anos 90 apresentada pelo Governo aos parceiros sociais, por não a considerar um contributo positivo à modernização do País ■ Começa a ser transferido o valiosíssimo espólio do Arquivo da Torre do Tombo para as novas instalações ■ A Câmara Municipal de Lisboa contrai um empréstimo de 6,4 milhões de contos com o Banco Europeu de Investimentos, destinado ao financiamento da construção do eixo Norte-Sul, que fará a ligação entre a auto-estrada do Sul e a do Norte ■ O Ministro dos Negócios Estrangeiros afirma que Portugal tem que adaptar o ritmo à União Europeia, reclamando o reforço de verbas do MNE para 1991 ■ É anunciado o regresso ao seu país do antigo presidente argelino, Ahmed ben Bella ■ Continuam em Fleetown sob a égide da Comu-

nidade Económica dos estados da África Ocidental as negociações para a paz na Libéria ■ Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia, encontra-se com Gorbachov e o primeiro-ministro soviético Nicolai Rijkov, para discutir a possibilidade de ajuda da CEE à URSS e os preparativos da Cimeira da Conferência da Segurança e Cooperação da Europa, prevista para Paris ■ A Espanha decide suspender a cooperação económica com o governo de Cuba, enquanto espera que seja encontrada uma solução adequada para os quatro refugiados cubanos na embaixada espanhola em Cuba ■

## Avante!

Principais de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa

ASSINATURAS: R. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

terem recusado o juiz-presidente do Tribunal.

## 22 Domingo

O presidente da Assembleia Regional dos Açores manifesta o seu desacordo sobre a visita de Cavaco Silva a Angra do Heroísmo ■ Os deputados da BFD e do SPD desistem de abandonar a coligação governamental, devido ao facto de a constituição da RDA não prever mecanismos para uma situação de queda do governo ■ A imprensa sul-africana afirma que dezenas de guerrilheiros do ANC foram detidos na África do Sul onde entraram clandestinamente ■ O presidente do Afeganistão, Najibullah, aceita um ponto essencial do plano de paz soviético ao anunciar a sua intenção de remeter certos poderes para uma comissão mista formada por representantes dos *mujahidines* e do seu Governo ■ O Jornal de Angola acusa a imprensa portuguesa de mercantilismo, ao divulgar alegados casos de corrupção nas indústrias petrolíferas e de diamantes de Angola ■ O chefe do Partido Trabalhista israelita, Shimon Peres, regista uma importante vitória contra o seu rival, Yitzhak Rabin, ao alcançar o apoio da maioria dos 1363 membros do Comité Central do partido.

## 23 Segunda-feira

Em conferência de imprensa, o PCP afirma que nas próximas eleições legislativas nenhum partido conseguirá a maioria absoluta e está empenhado na «convergência das forças democráticas, designadamente PS/PCP como a única alternativa possível ao PSD ■ Álvaro Cunhal e Albano Nunes, da direcção do PCP recebem uma delegação do Partido Comunista Francês ■ É derrotada na Assembleia Legislativa de Macau uma proposta de lei destinada a regular a eleição e designação de seis novos deputados ■ O primeiro-ministro indiano, V. P. Singh, inicia uma visita de três dias a Moscovo ■ A RFA anuncia que os Governos das duas Alemanhas deverão assinar, antes do final de Agosto, um tratado fixando as regras das eleições conjuntas de 2 de Dezembro ■ A lei das incompatibilidades passa no Tribunal Constitucional.

## 24 Terça-feira

Um incêndio de grandes proporções destrói a Mata do Sobral, uma das mais ricas na região da Lousã ■ Cavaco Silva nega, durante uma visita ao Distrito de Leiria, existir anormalidade nas relações do PSD/Açores ou qualquer contencioso entre as regiões Autónomas e os Ministérios ■ Chega a Lisboa o comandante supremo aliado da Europa e comandante-chefe do Comando Europeu dos Estados Unidos, general John R. Galvin ■ O chefe de gabinete do secretário de Estado português da Cooperação, António Vitor Monteiro, chega a Luanda com uma mensagem de Jonas Savimbi para um debate a sua estratégia para as legislativas do próximo ano tendo decidido constituir uma comissão para elaborar as bases do seu programa, que será liderada por Ivo de Pinho ■ É adiado o julgamento de 24 dignitários do regime de Nicolae Ceausescu, por os advogados dos réus

Entrar em funcionamento a quinta via na Ponte 25 de Abril; a Brigada de Trânsito da GNR assinala várias transgressões e multa cerca de 30 condutores ■ O Grupo Parlamentar do PS admite a possibilidade do ministro das Finanças estar envolvido no caso Drexel ■ Os guardas florestais anunciam greves para os dias 1, 15 e 30 de Agosto exigindo a aplicação do novo regime remuneratório ■ Os liberais abandonam o governo da RDA e os sociais-democratas dão um prazo ao primeiro-ministro para aceitar as suas exigências relativamente às eleições de Dezembro.

ASSINATURAS: R. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

## Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

**1.** A Comissão Política do PCP apreciou a evolução da conjuntura económica nacional, constatando com redobrada preocupação o enorme agravamento do défice da balança comercial e a persistência da elevada taxa de inflação. São dois factos indesmentíveis da realidade nacional que mostram a incapacidade do Governo para dar solução a problemas centrais da economia portuguesa.

A este respeito, a Comissão Política chama a atenção para o facto de que a medida de liberalização da importação de produtos agro-pecuários (carne de suíno, leite e vinho), tomada pelo Governo, para além de enfraquecer a posição do País nas negociações em curso para a 2.ª fase da integração agrícola na CEE, afectará negativamente a situação económica dos agricultores portugueses e o défice da balança comercial, e não contribuirá para a redução da inflação dada a inexistência de mecanismos de controlo da formação dos preços nos circuitos de comercialização.

Ultrapassada que está a primeira metade do ano, é já insofismável que a taxa de inflação anual se centrará na ordem dos 13%, muito acima das metas oficiais que serviram de base às negociações colectivas de trabalho e à fixação dos valores do salário mínimo nacional e das pensões e reformas. Assim, a Comissão Política do PCP entende colocar, **como exigência pública de elementar justiça social, a necessidade de um aumento intercalar do salário mínimo e das pensões e reformas, que compense a derrapagem do Governo na taxa de inflação.**

**2.** A Comissão Política do PCP analisou a evolução recente do processo de privatizações, que mais uma vez vem pôr em relevo que tal processo conduzirá a uma estrangeirização de centros fulcrais da estrutura económica e à perda da soberania nacional na economia portuguesa.

A Comissão Política do PCP critica severamente as afirmações recentes do Secretário de Estado das Finanças de que, em próximas privatizações, a quota oficial das acções adquiríveis por empresas estrangeiras poderá ser aumentada para 30 e 40% do capital a privatizar. Do mesmo modo critica e chama a atenção da opinião pública para o sofisma do Primeiro-Ministro que, reconhecendo os inconvenientes nacionais da desnacionalização da economia nacional através da privatização de empresas públicas, acusa aqueles que se dispõem a adquirir acções por conta de grupos estrangeiros e os que com eles votam nas assembleias gerais, mas se recusa a tomar a única medida que defende o interesse nacional: **a suspensão do actual processo de privatizações.**

A Comissão Política reitera as posições públicas do PCP de que só a estruturação e dinamização do SEE, e a sua cooperação com o sector privado e social da economia portuguesa, pode permitir que a economia portuguesa enfrente o choque de 1993 com o mínimo de custos e não se transforme num apêndice regional das economias mais fortes da CEE e das transnacionais.

**3.** A Comissão Política do PCP chama a atenção dos portugueses para a continuada falta de transparência da Administração Pública e para a multiplicação dos fenómenos de corrupção que degradam a vida pública e minam as instituições.

O Governo de Cavaco Silva, ao erigir o negociadismo e o poder do dinheiro como dois pilares da sua política,

é particularmente responsável pelo clima e «caldo de cultura» que se traduz na proliferação da corrupção, fraudes e outros delitos lesivos do interesse público.

A este propósito, a Comissão Política do PCP chama a atenção (para além dos casos públicos mais conhecidos como as verbas do FSE, o caso Beleza/Costa Freire, Amorim, etc.) para o Relatório da Alta Autoridade Contra a Corrupção, dando conta da instauração de 652 processos-crime nos dois últimos anos, e para as referências nele contidas sobre, designadamente, a verificação de insistentes anomalias no lançamento de empreitadas de obras públicas, o gasto exuberante de dinheiros públicos e a falta de resposta de vários níveis da administração pública em prejuízo da actividade da Alta Autoridade.

A Comissão Política manifesta desde já o empenhamento do PCP, através do seu Grupo Parlamentar, no sentido de o Relatório da Alta Autoridade Contra a Corrupção ser apreciado de forma aprofundada na Assembleia da República no início da próxima sessão legislativa.

Por outro lado, a Comissão Política encarregou o Grupo Parlamentar do PCP de, no seguimento das graves acusações que fez ao Governo, na sessão plenária da Assembleia da República do passado dia 10 de Julho, sobre o perdão de cerca de 500 mil contos a uma empresa ligada ao processo de contrabando conhecido por «Aveiro-Connection», e face às declarações do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais em entrevista publicada no último «Expresso», de requerer a presença do Secretário de Estado na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República para prestar esclarecimentos.

**4.** A Comissão Política do PCP considera que a apresentação pelo Governo do PESAN (Programa Económico e Social para os Anos Noventa) depois do fracasso do PCEDED nas suas várias versões, se inscreve na tentativa de fazer pagar aos trabalhadores os erros de uma política e as inerentes discrepâncias nas variáveis reais e nominais que nos separam da Comunidade, e que adquirem maior realce face à entrada do escudo no mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu e ao avanço da União Económica e Monetária. O PESAN serve-se do pretexto da necessária flexibilidade estratégica das empresas para, através dos conceitos de operacionalidade, polivalência e mobilidade, tentar impor a contenção dos salários, a manutenção e reforço das formas de trabalho precário e a profunda alteração da legislação laboral com prejuízo dos direitos e garantias dos trabalhadores.

A Comissão Política do PCP considera que a evolução salarial proposta pelo Governo no PESAN está em contradição flagrante com o reconhecimento da necessidade da aproximação dos salários dos trabalhadores portugueses aos níveis comunitários, pois a norma não garante um crescimento salarial real que, pelo menos, acompanhe os ganhos de produtividade.

**5.** A Comissão Política do PCP acompanhou as manifestações mais recentes do conflito existente entre Cavaco Silva e os líderes do PSD dos Açores e da Madeira e as suas graves repercussões nas relações entre o Governo da República e os Governos das Regiões Autónomas.

O PCP reprova tanto qualquer chantagem feita com o objectivo de obter novas transferências do Orçamento de Estado para pagamento das vultuosas dívidas das

regiões autónomas (80 milhões de contos da Madeira e 30 milhões de contos dos Açores), como atitudes de pendor centralista por parte do Governo da República.

A Comissão Política do PCP reprova igualmente com toda a firmeza a ligeireza e a irresponsabilidade com que os dirigentes do PSD (nacionais e regionais), transformam as suas divisões e intrigas partidárias em questões de Estado, com manifesto prejuízo para os interesses das populações dos Açores e da Madeira, da estabilidade política do País e do prestígio das instituições da República e das Regiões Autónomas.

**6.** A Comissão Política apreciou a frenética campanha eleitoralista em que o Governo Cavaco Silva está envolvido, procurando, como um verdadeiro «Estado Maior» eleitoral do PSD, recuperar das derrotas sofridas nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, que traduziram uma severa redução da base social e política de apoio do Governo. Foi o próprio Primeiro-Ministro que afirmou numa recente entrevista, que vai jogar tudo por tudo para voltar a obter a maioria.

O PCP reprova energicamente a utilização abusiva que o Governo, e em especial o Primeiro-Ministro, estão a fazer dos meios e recursos do Estado, das funções governativas e do sector público da comunicação social para servir os interesses eleitorais do PSD.

Nesta campanha eleitoralista não declarada avantejam-se as digressões do Primeiro-Ministro pelo País, não tanto para fazer inaugurações de obras públicas, mas para anunciar que as vai fazer daqui a uns meses, «para o fim do ano», desfazendo-se entretanto em ofertas e promessas de novas obras que faz propagandear através da comunicação social. Contrastando chocantemente com a campanha eleitoralista a que se entregam o Primeiro-Ministro e o PSD, vastas regiões do País estão votadas ao marasmo e ao esquecimento e continuam, como agora acontece, a ser pasto das chamas, sem que da parte do Governo tenham sido tomadas as medidas de fundo e as medidas de emergência que a situação inadiavelmente reclama.

A Comissão Política chama a atenção da opinião democrática para a necessidade de uma intensa acção de desmascaramento da campanha eleitoralista do Governo e para a indispensabilidade da convergência das forças democráticas, única forma de contrariar os objectivos eleitorais do PSD.

**7.** A Comissão Política considera que a defeituosa caracterização feita pelo PS do projecto político do PCP e das soluções propostas pelo PCP e a sua apresentação como um factor impeditivo ou criador de sérias dificuldades ao entendimento entre as forças democráticas devem ser entendidos como mais uma tentativa para justificar artificialmente opções, concepções e comportamentos que são, eles sim, prejudiciais para a alternativa democrática.

A convergência das forças democráticas é essencial e indispensável para a definição de uma nova política e de uma alternativa de Governo.

Dotado de um programa e de um projecto político que incorpora o rico património de realizações e valores do 25 de Abril, responde de forma actualizada e moderna a salientes aspirações populares e integra as mais profundas e inovadoras reformas democráticas que são necessárias ao progresso e modernização do País, o PCP, as suas ideias e propostas, são, não um obstáculo ou uma dificuldade, mas uma base indispensável para uma verdadeira alternativa democrática.

Trabalhadores

## Privatizações trazem dias amargos

### O acordo do desacordo

Do desacordo público, o PSD passou agora ao acordo secreto. Dizem os jornais que o evento teve lugar na Quinta das Angústias — um nome quiçá poético e, sem dúvida, adequado — e foi protagonizado por dois potentes líderes «laranjas»: Alberto João Jardim, da Região Autónoma da Madeira, e João Bosco Mota Amaral, da Região Autónoma dos Açores. A ideia básica que os juntou foi a de concordarem em discordar; pelos vistos conseguiram-no e, como a opinião pública ainda é a melhor guardiã de qualquer segredo, trataram rapidamente de divulgar a essência da coisa.

Discordam, genericamente, do seu próprio partido ou, mais precisamente, da secção continental do seu próprio partido.

Aparentemente, porque há «falta de solidariedade do PSD nacional» (onde, pelos vistos, não se sentem incluídos).

Concretamente, porque o Governo central do PSD não pôde «perdoar» as dívidas astronómicas que os executivos do azougado presidente madeirense e do reflexivo presidente açoriano acumularam, não se sabe bem onde, dado que nem obras de fachada apresentam.

É claro que não foi por isso que o Governo de Cavaco Silva não fez a vontade aos seus correligionários insulares — um executivo que vive de fachadas e buracos orçamentais acha natural que as coisas assim funcionem; o problema está em que, entre prebendas a agrários e capitalistas e os encargos da pirotecnia eleitoral, os milhões não chegam para tudo. Dificuldade que os dirigentes insulares do PSD ignoram com galhardia, preocupados que estão com «as dificuldades no sector financeiro», que é como chamam às dívidas, e empenhados que estão em não comprometer «o ritmo de desenvolvimento das ilhas», que é como maquiham a sua aflição pela falta de «caroço», como diria o ministro Álvaro Barreto.

O conflito, agora desembocado na publicitação de um acordo secreto, estalara há dias com destemperos aparentemente políticos e, sem dúvida, incisivos. «Não somos criados de Cavaco Silva!», gritava o deputado Jaime Ramos, do PSD/Madeira, perante o aplauso de João Jardim, com quem cantou depois o «hino» dos separatistas após lançar advertências aos «colonialistas portugueses».

«É uma provocação!», definia a Comissão Política Regional do PSD/Açores a visita que Cavaco Silva tem marcada para amanhã à Ilha Terceira, a convite de Álvaro Monjardino, um PSD que tem acentuado as suas rivalidades com Mota Amaral.

Daí recolherem-se na Quinta das Angústias foi um passo — nada secreto, aliás. E o «pacto» insular estava em marcha.

A primeira coisa que disse, ainda a andar, foi que as Regiões Autónomas estão a ser vítimas de uma campanha de propaganda «para transmitir para a opinião pública a ideia de que a Madeira e os Açores são poços sem fundo onde se malbaratam os dinheiros públicos».

Realmente, que ideia!

A segunda foi para descobrir uma «ardilosa propaganda feita pelo Ministério das Finanças sobre a repartição dos impostos, que atribui 8% dos impostos pagos pelos contribuintes às Regiões Autónomas e às autarquias». De facto, que ardil!

Finalmente denunciaram que estão a ser vítimas de «lobbies» continentais, apostados em afundar os excelentes Governos Regionais que protagonizam e os empenhos autonómicos que os animam, pelo que irão unir esforços (e aqui fica no ar o secretismo da coisa) para combater tal manobra. Posto isto o governante açoriano voou para Ponta Delgada após ter assistido à missa na Sé Catedral do Funchal, enquanto João Jardim se encaminhava para as «Vinte e Quatro Horas a Bailar», um festival de folclore em Santana.

Perante tão contundente desmontagem da raiz dos problemas que afligem as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, somos forçados a concordar com Alberto João Jardim e Mota Amaral: é sempre perigoso, quando os «lobbies» uivam...

«Final, os melhores dias prometidos aos trabalhadores como consequência das privatizações estão a transformar-se em dias mais amargos» - constata a Federação da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, numa nota de imprensa em que anuncia que vai pedir a intervenção do Presidente da República, do Ministério do Emprego e do Provedor de Justiça para garantir a legalidade e os direitos dos trabalhadores das empresas constituídas a partir da Quimigal. Em consequência do pro-

cesso de desmembramento e privatização desta empresa foram já constituídas a Agroquisa, a Plasquisa, a Nutasa, a Companhia de Petroquímica do Barreiro, a Quimiparque e a CUF-Têxteis, com cerca de 1120 trabalhadores, praticamente todos transferidos da Quimigal.

Só que, denuncia a Federação, «confirmando as preocupações suscitadas pelo PR e contrariando o sentido do acórdão do Tribunal Constitucional, todas as administrações destas empresas afirmaram já que vão passar a

aplicar as convenções colectivas de trabalho dos respectivos sectores de actividade, ao mesmo tempo que se recusam a garantir a aplicação e actualização das disposições do Acordo de Empresa da Quimigal».

#### Metalomecânica

A Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP) e as organizações representativas dos trabalhadores da Sorefame, da Mague, da SGM, da SMM, da Metalsines

e da SEPSA, analisando a evolução recente no sector da metalomecânica pesada (e a decisão do IPE de criar uma holding denominada SET, constituída pela Mague, a multinacional ABB e o próprio IPE), manifestaram o seu veemente protesto pela falta de diálogo e secretismo com que foi conduzido este processo, reiterando a exigência de uma reunião urgente para esclarecimento das decisões tomadas e dos seus efeitos quanto ao futuro das empresas e aos direitos dos trabalhadores.

## Sem PESAN nem medida

A fórmula proposta pelo documento do Governo aos parceiros sociais, denominado PESAN, para a determinação dos limites de crescimento dos salários nos próximos cinco anos, não salvaguarda sequer o crescimento efectivo dos salários reais dos trabalhadores portugueses, conclui a Comissão Executiva a CGTP-IN numa nota recentemente divulgada à imprensa.

Apesar de ter sido amplamente publicitado, a CGTP-IN considera que o PESAN, Progresso Económico e Social para os Anos Noventa, não foi esclarecido com rigor, no que respeita ao seu conteúdo real.

No primeiro dos três capítulos, dedicado à política de rendimentos, não obstante se afirmar o princípio genérico da aproximação dos salários portugueses à média comunitária, a fórmula proposta para a determinação do aumento dos salários teria conduzido, se aplicada nos três últimos anos, a valores de crescimento irremediavel-

mente inferiores aos da inflação.

O comunicado emitido exemplifica que, em 1989, o valor que se destinou ao aumento de salários foi de 9,5 por cento, enquanto a taxa de inflação atingiu 12,8 por cento.

A CGTP-IN, relativamente ao segundo capítulo, «Medidas Complementares para o Aumento da Competitividade das Empresas, verifica que o documento insiste fundamentalmente nos pontos de vista defendidos pelo patronato, designadamente a liberalização dos despedimentos e a

desregulamentação da organização do trabalho.

Da análise do terceiro capítulo, «Medidas Complementares de Ajustamento Social», a Central Sindical refere que este não corrige os pontos negativos atrás citados. O Governo, quanto à redução do horário de trabalho, não vai além das 44 horas, que já constam da proposta de lei entregue há já quase um ano.

Por outro lado, as medidas de apoio social que são previstas têm um âmbito reduzido. É exemplo disso o abono de família; cuja melhoria proposta destina-se apenas aos maiores de doze anos que pertençam a famílias atingidas por processos de reestruturação industrial.

O documento do Governo não contempla, por seu turno, a melhoria da fórmula de cálculo das pensões de reforma, a valorização do salário mínimo e das pensões e pres-

tações sociais, nem a melhoria da situação final dos rendimentos salariais.

#### Praias da Linha

O Grupo Sindical para o Ambiente/CGTP-IN esteve reunido na passada semana e entendeu tomar posição sobre o estado de algumas praias portuguesas, nomeadamente as da Linha do Estoril.

Lamentando que a falta de meios financeiros obrigue as populações da área a utilizar praias que não oferecem condições de higiene e ambientais necessárias, o Grupo Sindical reclama a aplicação urgente das políticas de protecção global do ambiente, como a concretização de medidas que evitem na origem a descarga de substâncias poluentes no mar, e apela à consciência cívica dos utentes no sentido de contribuirem para a melhoria do estado das nossas praias.

## Indecisões e problemas de fundo afectam OIDPS

A União dos Sindicatos de Setúbal considerou, após a primeira reunião da comissão de acompanhamento da Operação Integrada da Península de Setúbal que se mantém graves indecisões e problemas de fundo que prejudicam o normal desenvolvimento da OIDPS e o seu grau de concretização.

Da análise da situação resultou um documento em que a USS/CGTP-IN considera que a lentidão do processo de preparação e aprovação que se estendeu por quatro anos, veio a prejudicar o arranque pleno da Operação Integrada da Península de Setúbal. A comissão de acompanhamen-

to da OIDPS apontou igualmente a descoordenação das intervenções da Administração Central e Local e dos organismos de coordenação intermédios, agravada com a ambiguidade da inserção da comissão executiva nas estruturas da Administração Central, aliás reconhecida no rela-

tório da Comunidade Europeia.

Nesta sua primeira reunião a comissão refere ainda como obstáculos a falta de regionalização administrativa e de regulamentação do funcionamento da comissão de acompanhamento deste processo que se pretende integrado.

Como prioridades a USS/CGTP-IN define a implementação de um sistema de avaliação do impacto global da OID, acentuando que não é possível fazer ainda um balanço mínimo mesmo de um objectivo fundamental como a

criação de 38 mil postos de trabalho, inicialmente anunciados.

Por outro lado, a nota divulgada defende a aprovação de um programa integrado de formação profissional para a área da OID, bem como propõe a definição do posicionamento do respectivo Gabinete na hierarquia da Administração Pública e a inscrição no PIDAC e no Orçamento de Estado das verbas necessárias aos projectos de responsabilidade da Administração Central, como forma de evitar o bloqueamento de uma parte importante da OID.

## Greve no IROMA

Os cerca de 4 mil trabalhadores do Instituto Regulador e Orientador do Mercado Agrícola estão em greve desde segunda-feira e até amanhã, com uma adesão que, no primeiro dia e nos mais importantes locais de trabalho (segundo revelou ao «Avante!» um responsável do departamento de informação da Federação da Função Pública), se cifrava entre os 60 e 100 por cento, com maior impacto no abate de gado.

Esta forma de luta foi empreendida — na sequência de um

encontro nacional de representantes dos trabalhadores, a 29 de Junho, em Coimbra — para reivindicar a estabilidade de emprego, a definição quanto ao futuro do IROMA, acções de reciclagem e formação profissional, majoração de 25 por cento no tempo de serviço prestado (para efeito de aposentação) e aplicação do novo sistema retributivo da Função Pública a todas as categorias e carreiras específicas.

Trabalhadores

# Unidade e convergência na acção pelas reivindicações fundamentais

## Função Pública apela a todos os sindicatos

Dezassete organizações sindicais da Função Pública aprovaram na passada sexta-feira um plataforma reivindicativa para 1991 e apelaram à CGTP-IN, à UGT e a todos os sindicatos representativos dos 500 mil trabalhadores da administração pública para que façam «um esforço acrescido na procura dos objectivos reivindicativos centrais, susceptíveis de unir a generalidade dos trabalhadores e de garantir a mais ampla convergência na acção a desenvolver em sua defesa».

A plataforma reivindicativa, que é agora submetida à apreciação dos trabalhadores, exige «melhoria das garantias de participação e negociação colectiva e definição de uma verdadeira política salarial e de rendimentos na administração pública».

As organizações sindicais que participaram na reunião

de dia 18 - e que têm experiência de trabalho conjunto na Frente Comum da Função Pública - reivindicam para 1991 um aumento de 22 por cento na massa salarial (com uma actualização dos salários em 17,5 por cento), «para além, naturalmente, da actualização salarial em 1990 que reponha o poder de compra perdido face ao

acentuado acréscimo da inflação»; exigem igualmente a redução dos horários de trabalho mais longos e a recuperação das pensões degradadas.

### Modernizar o Estado

«A transformação de um aparelho de Estado anquilosado e sem capacidade de resposta às novas exigências e desafios que lhe são postos, numa organização operativa, moderna e ao serviço do desenvolvimento, do progresso e da justiça social» - afirma-se na declaração lida na conferência de imprensa dada após a reunião por dirigentes da Federação da Função Pública, da Fenprof, do STAL e do Sindicato dos

Enfermeiros - «é tarefa pela qual sempre lutaram os trabalhadores da administração pública e os seus sindicatos». No entanto, acrescenta-se, «a concretização deste objectivo exige um forte empenhamento político do Governo e a criação de efectivas condições de participação dos trabalhadores», bem como «estímulos profissionais que passam pela melhoria das condições de vida e de trabalho».

«Neste quadro e prosseguindo tais objectivos» os sindicatos e federações das diversas áreas da administração pública (saúde e segurança social, ensino e cultura, administração local, justi-



ça, administração fiscal), na plataforma reivindicativa para 1991 agora aprovada, consideram essencial:

- a alteração do actual regime jurídico que enquadra os direitos de participação e negociação colectiva, alargando as efectivas garantias de participação dos trabalhadores na fixação das suas condições de emprego, e
- a definição de uma verdadeira política salarial e de

rendimentos, que faça parar a degradação sistemática dos salários reais, acompanhando o nível dos preços e os ganhos de produtividade e garantindo a aproximação aos salários médios já praticados noutras funções públicas de países da CEE, em conjugação com factores como a política fiscal, as medidas de protecção e segurança social, o desenvolvimento das carreiras.

## Governo adia para Setembro

Ao dar por encerrado no dia 13 de Julho o processo negociado com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o Governo inviabilizou um acordo, recusando-se a discutir contrapartidas de actualização salarial em 1990, revalorização de carreiras e redução dos horários de trabalho e sustentando «uma má proposta, que restringe a 1 de Julho de 1990 o descongelamento de escalões do novo sistema retributivo e adia para Setembro a negociação das regras de descongelamento para 1991 e 1992» - denuncia a FNSFP numa nota do seu departamento de informação.

O executivo de Cavaco Silva e do PSD cria assim uma «grande expectativa» em torno do próximo processo negociado, afirmando a FNSFP que «a Federação e os sindicatos da Função Pública tudo farão para que o Governo não venha a frustrar tal expectativa», pelo que vão continuar a defender as propostas relativas à actualização salarial de 1990, à completa aplicação do novo sistema retributivo, à revalorização das carreiras, à redução dos horários de trabalho, às pensões degradadas e ao descongelamento dos escalões.

## Guardas florestais vão para a greve

### Governo decreta e não cumpre

Os guardas florestais vão estar em greve nos dias 1, 15 e 30 de Agosto, exigindo que o Governo dê cumprimento integral ao regime de trabalho que fez publicar em Maio deste ano. O problema surgiu porque o mesmo Governo que fez a lei não transferiu para a Direcção-Geral de Florestas as verbas necessárias para o seu cumprimento.

O regime de trabalho foi conseguido após várias lutas dos guardas florestais, que foram mesmo forçados a recorrer à greve. É por isso que os sindicalistas da função pública consideram que «mais uma vez, o executivo se coloca numa posição de má-fé nego-

cial, pois doutra forma não se compreende que tenha feito um acordo e não tenha tomado as medidas financeiras para o materializar».

Mais grave ainda — como foi salientado anteontem em conferência de imprensa — é o facto de a DGF não saber

quando vai poder aplicar o diploma do regime de trabalho e, tal como o Ministério da Agricultura, não encetar qualquer diligência para resolver o problema, mesmo depois de anunciada a possibilidade de os guardas florestais entrarem em greve.

Esta forma de luta deixará sem vigilância as florestas, numa altura em que são agravados os perigos de incêndio e quando é aberta a época de caça e pesca.

Para o dia 30 de Agosto

está marcada uma concentração nacional de guardas florestais junto ao Ministério, na qual poderá ser decidida a marcação de sete dias de greve, seguidos ou intercalados, em Setembro.

Na conferência de imprensa de terça-feira a Federação sindical da Função Pública acusou ainda o Governo de ter uma política florestal «duplamente penalizadora para a floresta e cinegética», tanto no planeamento, como na preservação das florestas.

## SIACO: Mercenários armados contra greve do calçado

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro repudiou o que se passou na empresa SIACO, de São João da Madeira, no dia 17 de Julho, e exortou os trabalhadores a reforçar a sua unidade e organização «para responder às investidas do patronato e conseguir melhores condições de vida e de trabalho». Ao mesmo tempo, solidarizou-se com a direcção do Sindicato do Calçado, que reclamou do Governador Civil medidas para impedir a repetição de tais situações.

Entre os factos ali ocorridos e testemunhados por vários membros da USAV, a executiva, num comunicado que distribuiu na tarde de quarta-feira, dia 18, salienta, «pela sua gravidade»:

- a contratação pela SIACO de mercenários que, entregando camisolas com gravuras da Associação dos Comandos e possuindo, alguns deles, armas de fogo, agrediram violentamente dirigentes sindicais e trabalhadores do piquete de greve, que tiveram que receber tratamento hospitalar;
- a actuação do comandante da Polícia de São João da

Madeira (sr. Junqueira), o qual, posto ao corrente dos factos por elementos da União, não manifestou interesse sério em identificar os agressores — que entretanto se tinham refugiado nas instalações da empresa —, actuação que contrasta claramente com a forma como actuou junto dos sindicalistas e trabalhadores;

• a responsabilidade assumida pela SIACO, ao contratar mercenários armados para agredir trabalhadores que estavam no uso dos seus direitos legais, com a agravante de um dos patrões da empresa (de nome Américo), que pre-

senciou e incentivou à violência, ser dirigente da associação patronal do calçado.

### Motivos da greve

No comunicado da USAV chama-se a atenção para que a greve dos trabalhadores do calçado «tem origem no facto de o patronato do sector se recusar a negociar tabelas salariais e um subsídio de alimentação dignos», bem como a redução do horário de trabalho e a «inadmissível» discriminação das mulheres.

A média salarial no distrito de Aveiro — recorda a União — é bastante inferior à média nacional; mas, mesmo assim, os trabalhadores do calçado ganham abaixo da média distrital, recebendo um subsídio de alimentação de 60 (sessenta) escudos.

«Com um tal comportamento» — afirma a executiva da União os Sindicatos de Aveiro — «o patronato do sector mostra que, quando fala em

modernização, em enfrentar os desafios e em diálogo social, o que pretende é encobrir a sua política de exploração desenfreada dos trabalhadores.»

O secretariado da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, numa nota de imprensa distribuída

dia 19, repudia veementemente os actos de violência praticados por mercenários pagos pelo patrão da SIACO e solidariza-se com os trabalhadores do calçado em greve.

Considerando o que se passou em São João da Madeira como «sintomas de desespero perante a unidade

dos trabalhadores», o secretário da DORAV exige o completo apuramento das responsabilidades do sr. Américo e seus mercenários, afirmando que «tudo fará para acionar os mecanismos institucionais e legais que contribuam para a punição dos responsáveis por estes actos de violência».

## CGTP exige medidas

A mando do coronel Jaime Neves, foram arrasadas por bulldozers na semana passada cinquenta casas de trabalhadores cabo-verdianos, sem «qualquer suporte jurídico» — constata a CGTP-IN numa nota do seu departamento de informação, acrescentando que «o célebre ex-comandante do Regimento de comandos e, segundo o jornal que noticia a façanha («Público, 19/7), administrador de uma empresa imobiliária, com interesses no local, e resolveu substituir-se à justiça na execução de um acto de que resultou a perda do lar de 500 pessoas».

Além das demolições de dia 19 em Porti-

mão, a nota da Inter refere ainda os acontecimentos de 17 de Julho em São João da Madeira, classificando um e outros como «dois factos da maior gravidade pelo atentado que constituem às leis do País».

A CGTP-IN — afirma a nota, datada de sexta-feira última — «repudia tal comportamento e exige do sr. ministro da Justiça e do sr. Procurador-Geral da República a actuação imediata, o que pressupõe a perseguição criminal do sr. coronel Jaime Neves e de todos aqueles que, com ele, participam na actividade denunciada pela comunidade social».

## Nacional

# CNA exige intervenção em defesa do vinho

«O Governo português não pode aceitar que os países da CEE não produtores de vinho e grandes produtores de cerveja tentem impor uma taxa às bebidas alcoólicas que, para o vinho, pode ser de cerca de 40 escudos por litro» — afirma a Confederação Nacional da Agricultura numa nota de imprensa anteaentem divulgada pelo executivo da sua direcção.

A CNA alerta para a diminuição do consumo de vinho que a introdução daquela taxa acarretaria, com consequências gravosas na produ-

ção, já que a taxa de cerveja teria um aumento insignificante.

Sendo previsível para este ano uma grande colheita de vinho em Portugal, a CNA defende que «o Governo deve, antes das vindimas, anunciar uma intervenção e concretizá-la em Novembro». Além disso, reclama a Confederação, todos os vinhos de má qualidade retirados pelo Instituto da Vinha e do Vinho devem ser queimados para evitar a sua entrada no mercado. Quanto aos preços de intervenção, não devem ser

inferiores aos praticados actualmente pelo comércio grossista. A não intervenção do governo será — afirma a CNA — «um descalabro, quer nos preços, quer no excoamento do vinho».

Dificuldades de concorrência com vinhos de outros países da CEE virão ainda — afirma a Confederação Nacional da Agricultura — do facto de os subsídios à exportação há dias decretados serem «manifestamente inferiores» aos de outros países da Comunidade.

## CNJ e Fenprof defendem maior debate da gestão

Delegações do secretariado nacional da Federação Nacional dos Professores e da direcção do Conselho Nacional da Juventude, que reuniram no dia 18 para debater o projecto de decreto-lei sobre Ordenamento Jurídico dos órgãos de direcção, administração e gestão das escolas, pronunciaram-se contra o encerramento do debate neste final de ano lectivo.

Para a Fenprof e o CNJ, segundo um comunicado de imprensa conjunto «a importância do diploma legal em apreço exige uma profunda e ampla reflexão entre todos os intervenientes, nomeadamente professores e estudantes», pelo que o debate «deve prosseguir e alargar-se a partir do início do próximo ano lectivo», devendo para isso o Conselho Nacional de Educação recomendar ao Ministério da Educação a tomada das medidas necessárias.

O modelo jurídico de gestão e administração das escolas — afirma o CNJ e a Fenprof — deve consagrar a predominância dos aspectos de natureza pedagógica e científica sobre os aspectos de natureza administrativa. Para um e outra, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas democráticas das escolas passa por uma efectiva ligação destas à comunidade; por outro lado, os estudantes do 3.º ciclo do ensino básico deveriam participar

nos órgãos de gestão e administração das escolas, cujo modelo jurídico deveria permitir o incremento da participação e associativismo estudantil.

## Letras de Lisboa não inicia o ano lectivo

Os docentes da Faculdade de Letras de Lisboa decidiram não vão iniciar as actividades lectivas no ano de 1990-91 «até serem proporcionados os meios para um funcionamento digno» — informou o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Num comunicado de imprensa distribuído na semana passada o SPGL repudia veementemente a atitude do Governo «inequivocamente violadora da autonomia universitária», reprova «uma política financeira que põe em causa o normal funcionamento e desenvolvimento de uma instituição universitária» e manifesta a sua «solidariedade activa» a todos os docentes e funcionários.

## Médicos em greve às hoas extraordinárias

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul convocou uma greve às horas extraordinárias, a cumprir desde 21 de Julho até final de Setembro pelos médicos do hospital Egas Moniz que prestam serviço no São Francisco Xavier.

## PCP

## AVEIRO

# Duas palavras sobre «crescimento económico»...

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, eleita em recente Assembleia, tomou um conjunto de medidas de direcção e procedeu à análise da situação política e social.

É conclusão essencial que as condições de vida da grande parte da população se deterioraram no dia-a-dia, em consequência do aumento dos preços dos produtos essenciais, dos encargos que recaem sobre as famílias de mais baixos recursos, sem que os salários acompanhem o aumento do custo de vida.

Foi analisada também a deficiente qualidade dos serviços de saúde, no que respeita à escassez de atendimento em consultas médicas e às precárias condições dos postos de Saúde pública, os quais se encontram sem água canalizada e, em alguns casos, com os tectos em risco de caírem.

Foi também apreciada a falta de habitação condigna para muitas famílias, o que está na origem de tragédias como a que teve lugar há dias, com a morte de duas crianças carbonizadas no incêndio que

volvimento. Crescimento económico será sinónimo de desenvolvimento quando houver uma política democrática que contrarie a tendência existente para se acentuarem as desigualdades sociais.

A política de direita do actual Governo é esta mesma: estar ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos, favorecer os que já são muito ricos, penalizar os que vivem do seu trabalho e os mais desfavorecidos.

É contra esta política que se levantam cada vez maior número de trabalhadores e

quase não há semana sem que tais governantes não apareçam...

As eleições de 1991 são uma oportunidade importante para se mudar de política. Derrotar o PSD, garantir o reforço eleitoral do PCP e dos seus aliados por forma a que a convergência das forças democráticas necessárias venha a ser uma realidade, são objectivos centrais necessários para uma alternativa democrática ao actual Governo.

## Ambiente

A Comissão Concelhia fez também o balanço dos encontros efectuados por uma delegação do PCP da qual fez parte o eurodeputado Joaquim Miranda da Silva com várias entidades do concelho, com o fim de se trocarem impressões sobre a despoluição da ria de Aveiro e outros problemas ligados ao Ambiente.



A resolução dos problemas da ria só pode ser atingida, sublinha a Concelhia do PCP, de uma forma integrada. Para isso, é fundamental o funcionamento da Associação de Municípios da Ria

consumiu as barracas que lhes serviam de habitação.

Por outro lado, o aumento da prostituição em Aveiro, insistentemente denunciado pela imprensa e julgado pelo Tribunal de Opinião Pública ocorrido recentemente, é sem qualquer dúvida reflexo desta realidade.

Assim se prova que o tão badalado crescimento económico de Aveiro, por si só, não é sinónimo de desen-

populações. É por causa desta política que cada vez mais se reduz a base social e política de apoio ao Governo PSD, sublinham os comunistas de Aveiro, que acrescentam:

Consciente desta realidade e procurando contrariá-la, o Governo PSD acelera o correio de ministros e secretários de Estado em iniciativas cujo conteúdo fundamental é o da demagogia eleitoralista. Em Aveiro

Estes encontros efectuados com a Câmara de Aveiro, com o Departamento do Ambiente e Ordenamento da Universidade, com o GRIA e com ADERAV, são considerados como muito positivos. A franca troca de opiniões, para além de ter possibilitado um melhor conhecimento destas questões, levou ainda a que se tivesse concluído que a resolução dos problemas da ria só pode ser atingida de uma forma integrada, sendo para isso fundamental o funcionamento da Associação de Municípios da Ria.

Contudo, não pode deixar de preocupar a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP o atraso no funcionamento desta Associação, o que pode pôr em risco o bom aproveitamento dos fundo comunitários (ENVIREGE) para se encetarem as medidas de fundo necessárias à despoluição da ria.

## Amanhã, na Casa do Alentejo Homenagem a Mário Castrim

Se vos dissermos que amanhã, dia 27, se vai realizar na Casa do Alentejo, em Lisboa, um jantar de homenagem a Manuel Nunes da Fonseca muita gente franzirá a testa procurando localizar o nome; se acrescentarmos que Manuel Nunes da Fonseca é o pseudónimo do jornalista e escritor Mário Castrim, o esforço passará a ser no sentido de ver se ainda há possibilidade de participar na Festa.

O camarada Mário Castrim dispensa apresentações. Ele é das raras personalidades cujo nome invoca, de imediato, algo de importante na cultura portuguesa dos últimos 40 anos. A associação mais fácil será com a televisão, e com a sua lendária coluna de crítica televisiva que diariamente manteve desde 1965 no «Diário de Lisboa», transformando-se rapidamente num caso único de popularidade no panorama jornalístico português; quem não procurou, no dia seguinte a mais uma enormidade televisiva, um programa controverso, ou uma novidade de programação, a opinião abalizada e o comentário certeiro de Mário Castrim na sua crítica televisiva?!... Quem não exultou com a sua ironia cauterizadora ou se emocionou na expressão envolvente dos seus aplausos — quando era caso disso — ao ler as suas aguardadas crónicas?!... Toda a gente sabe, aliás, que a crítica de televisão em Portugal nasceu com ele e quase é sinónimo do seu nome.

Mas a presença impressiva de Mário Castrim na vida cultural portuguesa não se esgota, como se sabe, na crítica de televisão. Que o digam as gerações culturais que se formaram com o «Diário de Lisboa Juvenil», que o Mário criou em 1956 de parceria com Augusto Costa Dias e que só seria estrangulado por ordem directa do fascismo, concretamente com a intervenção pessoal de Marcelo Caetano, em 1973. Que o diga também o vasto auditório do programa infantil na Rádio Clube Português, que se manteve durante anos, produzido por Igrejas Caeiro; que o digam ainda as recentes gerações para quem ele escreveu uma dezena de livros infantis dos quais basta destacar «O Cavalo de Lenço Amarelo é Perigoso», «Histórias com Juízo» ou «Colóquio». Entretanto não têm conta os jornais, revistas e outras publicações em que colaborou, bem como as palestras e conferências que realizou por todo o País.

É este homem que a festa de amanhã homenageia, num encontro de amigos que, por mor do homenageado, se constitui numa referência para nós próprios, gente de há 40 anos para cá. Completamos a nota e o anúncio com os pormenores adicionais da praxe: Manuel Nunes da Fonseca/Mário Castrim nasceu em Ílhavo em 1920 e foi ainda professor do Ensino Técnico Profissional. Está bem assim, Mário? E então até amanhã!

## Camarada Falecido

### Maria Inês Caneca

Faleceu recentemente a nossa camarada Maria Inês Caneca, de 66 anos.

Membro do PCP desde 1974, integrou a Comissão de Freguesia de Alcáçovas. Ao longo dos anos desempenhou com dedicação as tarefas que lhe foram confiadas.

A Comissão Concelhia e a Comissão de Freguesia do PCP de Viana do Alentejo e Alcáçovas, respectivamente, lamentam a morte da camarada Maria Inês Caneca e apresentam à família enlutada sentidas condolências.

# A situação no Porto de Leixões

## • Célula do PCP comenta

A célula da APDL do PCP em comunicado recente dirigido aos trabalhadores analisa a situação no Porto de Leixões e alerta-os para um conjunto de modificações em curso na empresa que causam justas apreensões.

No Porto de Leixões, todos os meios de produção resultam exclusivamente de investimentos do Estado, são propriedade pública. Foram e são investimentos vultuosos, rentáveis e de grande importância estratégica para os capitalistas.

A importância económica e social do Porto de Leixões, a sua grande contribuição para o desenvolvimento do País e da região do Norte, colocam na ordem do dia a luta pelo poder e pelo seu controlo.

Há anos que se desenvolve uma ofensiva que visa transferir para as empresas privadas a exploração de uma parte substancial dos meios de produção portuários, designadamente terraplenos, armazéns e equipamentos de movimentação de carga. A publicação de Leis sucessivas dos últimos governos dão expressão legal ao ataque. Completam o quadro da subalternização da Administração Portuária às empresas privadas que operam no Porto, o seu demissionismo e a progressiva degradação de uma boa parte dos serviços.

A demora no arranque das concessões para a exploração de sectores vitais, as contradições existentes entre os principais interessados, a penetração em força de capitais ligados ao grande comércio de importação/exportação de certas indústrias, às actividades transitórias e a poderosos grupos económicos, agudizaram as lutas e as divergências quanto às soluções concretas para os problemas institucionais e de funcionamento dos sectores a concessionar.

A anunciada demissão do presidente da APDL, eng.º Santos Espinha, situa-se neste quadro. É de prever que outras substituições venham a verificar-se. Tratando-se de um lugar de confiança política do Governo, o perfil e o currículo do futuro presidente contribuirá para a clarificação do alcance e significado destas movimentações.

Em simultâneo, crescem as apreensões nos trabalhadores quanto à estabilidade do emprego, à perspectiva de diminuição dos postos de trabalho (fala-se em meio milhar de trabalhadores excedentários).

### O papel do Estado

Neste contexto, a célula da APDL do PCP alerta os trabalhadores para o significado destas modificações e considera que a reestruturação do Porto de Leixões deveria harmonizar e integrar todas as funções da actividade portuária. Ao contrário, verificam-se limitações drásticas das formas de intervenção reguladora do Estado.

Ao fazer apelo ao reforço da unidade de todos os trabalhadores em defesa dos seus direitos, a Célula da APDL do PCP afirma que, qualquer que seja a evolução dos acontecimentos, os trabalhadores não aceitam que sejam menosprezados os aspectos sociais do desenvolvimento económico, condições de vida digna, segurança e acesso a benefícios sociais.

## Joaquim Miranda nos Açores

Encontra-se na Região Autónoma dos Açores até ao próximo dia 30 o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda da Silva.

Esta visita, realizada por iniciativa da DORAA do PCP, visa essencialmente possibilitar uma aproximação a alguns problemas que especificamente se colocam nos Açores, no quadro da integração europeia, muito especialmente os que dizem respeito às agro-pecuária.

O programa, que se desdobra pelas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial, Flores e Corvo, prevê contactos com entidades oficiais, com associações agrícolas e outros organismos, com autarquias locais e unidades de produção, sessões públicas, entrevistas e conferências de imprensa.

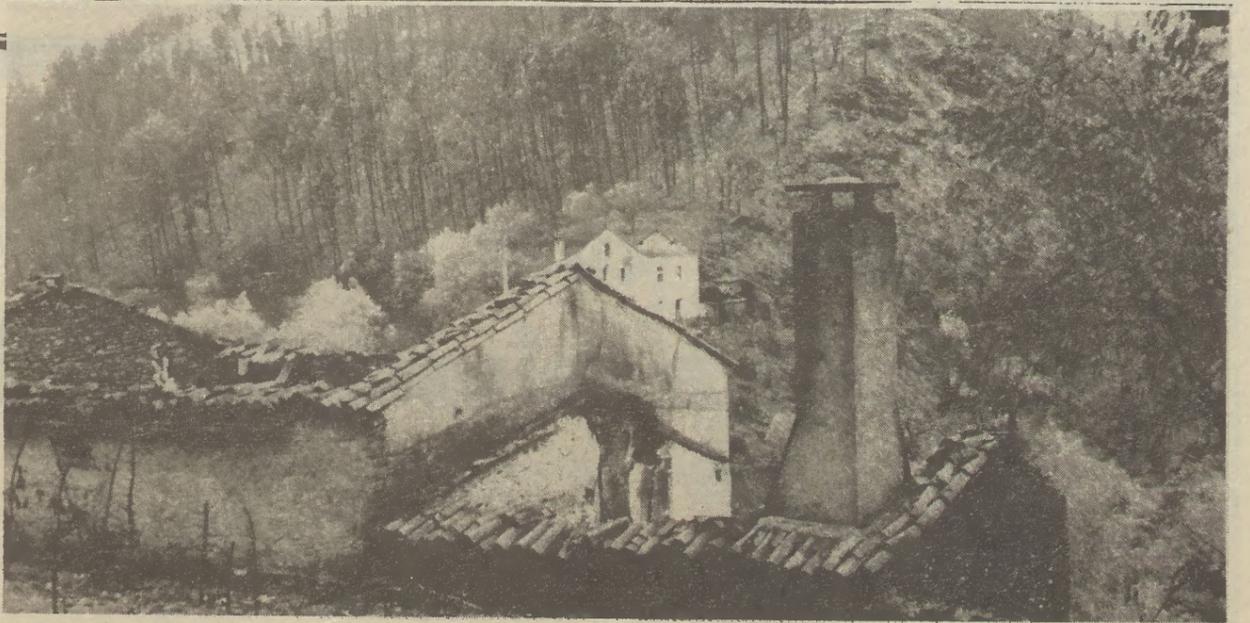
Correspondendo a um convite que lhe foi dirigido pela Comissão de Ilha das Flores do PCP, o deputado Miranda da Silva tem uma estadia mais prolongada naquela ilha e na

do Corvo, com a finalidade de tomar conhecimento dos problemas particulares do grupo ocidental da Região.

## O SOLIDÁRIO



«O Solidário», uma expressão bonita, um título, um instrumento para a actividade do Partido, na organização das empresas da Zona Oriental de Lisboa. Saudações do «Avante!» ao Solidário!



## Após dois dias de contactos e reuniões na Região Centro

# Deputados do PCP levam à AR o grave problema dos fogos

Os deputados do PCP Lino de Carvalho, Vítor Costa António Mota, Júlio Antunes e Sérgio Ribeiro estiveram nas passadas segunda e terça-feiras nos distritos de Coimbra, Viseu e Santarém, contactando directamente as zonas onde têm lavrado fogos florestais de dimensão catastrófica.

No que respeita ao distrito de Coimbra, em cuja capital teve lugar, anteontem de manhã, uma conferência de Imprensa no Centro de Trabalho do Partido delegações constituídas pelos deputados Lino de Carvalho e Vítor Costa e por membros da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP levaram a cabo no início desta semana um vasto programa de contactos e reuniões, destacando-se os encontros com as populações de Cabriç, Vidual, Serpins e Malhada do Colmeal e as reuniões com os presidentes das Câmaras Municipais de Góis, Pampilhosa da Serra e Lousã, e com os presidentes das Juntas de Freguesia do Colmeal Cabral, Vidual, Fajão, Pampilhosa e Serpins.

Aquelas delegações do PCP encontraram-se também com os Bombeiros da Pampilhosa da Serra, os responsáveis da Circunscrição Florestal de Coimbra, o Inspector Regional dos Bombeiros da Zona Centro e ainda com o Centro de Mecânica Fluidos da Universidade de Coimbra.

Incluiu-se também naquele programa de trabalho uma visita à aldeia de Malhada do Colmeal, cuja povoação arde em cerca de 50 por cento e uma deslocação ao teatro das operações de combate aos fogos no próprio momento em que estes deflagravam ou eclodiam de novo, como aconteceu nas Matas do Sobral e Ponte de Sotam.

### Números preocupantes

Os dados apurados nesta visita permitem concluir infelizmente e de forma contrária às previsões demagógicas e irresponsáveis recentemente proferidas por representantes do Governo, que o desenvolvimento, as dimensões e as consequências dos fogos florestais na Zona Centro, sofreram no presente ano um agravamento a todos os títulos preocupante.

Basta citar, de acordo com números oficiais, que em apenas 20 dias do Verão deste ano já arderam mais de 15 000 hectares de floresta e matos contra 36 000 hectares durante os 4 meses (Junho-Setembro) do Verão de 1989.

Está ainda longe de conclusão o balanço dos estragos e prejuízos causados no distrito de Coimbra, mas é já certo que se verificaram incalculáveis prejuízos patrimoniais e morais suportados por comunidades inteiras (perda de habitação e respectivos recheios, arrecadações, palheiros, currais, pomares, vinhas, olivais, searas, alfaias, colmeias, gados e animais domésticos).

### Góis: 700 mil contos de prejuízo

Só na povoação de Malhada do Colmeal os prejuízos são estimados em cerca de 100 mil contos. A nível concelhio, antente-se no caso de Góis: a área florestal ardida corresponde a um prejuízo de 700 mil contos.

Não se podem prever, como foi lembrado no encontro com a Comunicação Social em Coimbra, todas as consequências desta autêntica calamidade nas economias individuais e na agricultura de subsistência das zonas serranas atingidas, bem como o seu verdadeiro alcance na estrutura florestal futura da zona, tendo em conta que já estão a surgir especulações e pressões para a compra ou arrendamento das matas ardidas com vista à sua eucaliptização.

### Prevenir, preparar

São necessárias medidas excepcionais e imediatas

para minorar e compensar os prejuízos sofridos pelas comunidades mais atingidas. Mas também se considera que se impõem desde já outras medidas a curto, médio e longo prazo que conduzam à atenuação dos efeitos dos fogos florestais que ainda se possam verificar este Verão e que previnam a tempo e eficazmente os sinistros dos próximos anos.

Nesse sentido estava prevista a apresentação ainda esta semana pelo Grupo Parlamentar do PCP na Comissão Permanente da Assembleia da República de um pormenorizado relatório da situação encontrada e a proposta fundamentada de um conjunto de medidas que, pretende-se, funcionem também como recomendações para uma actuação urgente do Governo.

### Medidas de emergência

São 6 as medidas de emergência propostas pelo Grupo Parlamentar do PCP:

1. Declaração do estado de calamidade pública para as zonas mais afectadas;
2. Levantamento urgente dos prejuízos;
3. Disponibilização imediata de meios técnicos e humanos, no sentido de se reconstruírem as habitações ardidas e atribuição de meios financeiros a fundo perdido que permitam indemnizar as populações pelos prejuízos sofridos, incluindo as culturas perdidas, tendo em conta a necessidade de sobrevivência das comunidades serranas;
4. Defesa dos proprietários florestais contra a especulação na compra das madeiras queimadas;
5. Disponibilização junto dos CEFA's ou das autarquias de maquinaria adequada aos trabalhos de abertura de estradas e outras vias de acesso para o combate aos fogos;
6. Estudo de acções imediatas dirigidas às zonas que arderam, designadamente de pinhais novos com vista à sua reflorestação.

Para além das medidas de emergência ressaltou como medida de fundo absoluta-

mente necessária a uma política de prevenção eficaz dos fogos florestais o ordenamento florestal do país, recusando-se uma política florestal monocultural de manchas contínuas e privilegiando-se uma floresta diversificada e de uso múltiplo.

Outras medidas se impõem, tais como a articulação entre as diversas entidades que intervêm no combate aos incêndios, a criação de um maior número de Brigadas Especiais de 1.ª Intervenção junto das Administrações Florestais e dotadas de meios adequados, o reforço das secções de patrulhamento, a melhoria da formação profissional e técnica, especializada, o reforço de meios financeiros e técnicos à disposição das Administrações Florestais e dos corpos de Bombeiros, medidas que evitem a acumulação de desperdícios provenientes da exploração de matas, o combate à desertificação do mundo rural e o incremento das acções de sensibilização e educação das populações a partir do sistema de ensino.

### Fundos comunitários

Importa ainda mobilizar fundos comunitários na elaboração de programas de prevenção, detecção e combate aos fogos florestais.

O conjunto dos dados apurados e os elementos, pareceres e propostas técnicas recebidas, o melhor esclarecimento das causas, do número e dimensão dos fogos, o levantamento provisório da situação extremamente desfavorável em que se encontram as populações e áreas sinistradas, levaram a Direcção da Organização Regional de Coimbra (DORC) do PCP a concluir que esta não só foi uma acção institucional e política extremamente oportuna — a que as populações e as autarquias e outras entidades oficiais manifestaram real apreço — mas também uma produtiva base de proposta de medidas cuja importância, pela natureza nacional do problema, justifica perfeitamente a atenção e a actuação das outras forças políticas e dos órgãos de soberania competentes.

**Assembleia da República****Luta contra a droga****PCP avança com medidas de prevenção  
tratamento e reinserção social**

O reforço das medidas de prevenção primária do uso e abuso de drogas, designadamente através da elaboração de um Plano de Prevenção em meio escolar abrangendo todos os graus de ensino, constitui uma das medidas preconizadas num projecto de lei de iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, recentemente apresentado na Assembleia da República.

Adoptando simultaneamente medidas no sentido do tratamento e da reinserção social de toxicodépendentes, este projecto resulta em larga medida da reflexão que a Juventude Comunista Portuguesa tem vindo a proceder sobre esta temática, sendo ainda incorporados, como assinalaram em conferência de imprensa António Filipe e Paula Coelho, outros contributos resultantes do intenso debate em curso na sociedade portuguesa sobre esta problemática.

Um debate, traduzido já em largo número de colóquios, conferências e outros contributos, e outros deputados comunistas pretendem ver justamente reforçado com o projecto de lei agora apresentado, o qual, em sua opinião, deve também ele constituir «um pólo de discussão e um contributo a nível legislativo» para aquilo que entendem dever ser a «união de esforços

absolutamente necessária para combater um flagelo que afecta duramente um largo número de jovens».

Ir mais longe no aprofundar desta matéria, dando um contributo prático significativo nesse sentido, eis, pois, em suma, o objectivo desta iniciativa legislativa dos parlamentares comunistas, uma iniciativa, importa ainda referir que «não põe em causa a utilidade inquestionável de algumas medidas que têm sido postas em prática em vários domínios do combate à droga, designadamente a nível do «Projecto de Vida»».

**Objecção de consciência**

Dos deputados da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP partiu ainda a iniciativa de apresentar na recta final dos trabalhos parlamentares

dois outros projectos de lei sobre objecção de consciência e serviço militar obrigatório.

Divulgados em conferência de imprensa em que participaram António Filipe e José Morais, da Direcção Nacional da JCP, o projecto de lei relativo à Objecção de Consciência garante a efectivação desse direito considerado fundamental, propondo-se clarificar de forma definitiva a situação de muitos jovens que desde há vários anos se debatem com a incerteza do seu estatuto legal, com todas as consequências que daí decorrem para a sua estabilidade pessoal e profissional.

Com a apresentação deste projecto, o que está em causa, pois, na perspectiva dos parlamentares comunistas é a aprovação de uma lei que «respeite o objector de consciência e, ao mesmo tempo, o torne mais respeitado», estabelecendo para o efeito os meios idóneos que possibilitem que a objecção de consciência «possa justamente ser invocada pelos indivíduos que estejam convictos da ilegitimidade do uso de meios violentos de qualquer natureza contra o seu semelhante».

Quanto ao segundo projecto de lei, trata-se de criar um Conselho para o Serviço Militar Obrigatório, entidade que não se destina, como foi dito,

a intervir na esfera própria de competências da hierarquia de comando das forças armadas, antes visando uma maior participação da juventude no

aprofundamento do debate sobre todas as questões relacionadas com o Serviço Militar Obrigatório nas suas diversas vertentes.

**Reestruturação das Forças Armadas****PCP requer apreciação pelo Parlamento**

Os deputados comunistas requereram terça-feira ao Ministério da Defesa Nacional, com pedido de urgência o envio à Assembleia da República dos estudos técnicos que segundo fontes oficiais estão já concluídos e entregues, relativos à consagração de um novo conceito de serviço militar em que a duração do Serviço Militar Obrigatório não ultrapassará em princípio os quatro meses.

Acompanhando esta decisão — que tem em vista o debate e apreciação pela Assembleia da República das medidas que sobre

esta matéria venham a ser tomadas —, os deputados comunistas solicitaram simultaneamente ao presidente da Assembleia que accione as diligências necessárias à convocação de uma reunião urgente, a realizar ainda no corrente mês de Julho, com a participação conjunta das comissões parlamentares de Defesa Nacional e de Juventude, bem como do ministro da Defesa Nacional, cuja presença é igualmente requerida para debate dos referidos estudos e respectivas conclusões.

**Governamentalização prejudica debates**

Como normalmente sucede no período que antecede as férias, as sessões plenárias que marcaram o final da III Sessão Legislativa decorreram em ritmo acelerado, acabando algumas delas por transformar-se em autênticas maratonas parlamentares, resultado inevitável de agendas sobrecarregadas onde abundaram os

pedidos de autorização legislativa do Governo.

Prejudicado foi assim, como não podia deixar de ser, o tratamento de certas matérias levadas a debate, algumas das quais pela sua importância e complexidade, exigiriam naturalmente uma análise mais cuidadosa e responsável.

Terá sido o caso, por exemplo das cinco propostas de concessão de autorização legislativa ao Governo apresentadas no âmbito do Ministério das Finanças, legislação visando em dois casos os regimes sancionatórios, outras duas a concessão de processo tributário e a alteração no quadro sancionatório das infracções cambiais.

Matérias, como se pode ver, de inegável complexidade e importância que obviamente justificariam uma atitude diversa por parte do Governo que não fosse a useira solicitação de autorizações legislativas — «confiante na maioria numérica do seu grupo parlamentar» como assinalou no debate o deputado comunista Octávio

Teixeira —, sem as fazer acompanhar dos projectos de decreto-lei que pretende publicar ao abrigo de tais autorizações.

Mas esta atitude cujas raízes assentam numa concepção antidemocrática de «governamentalização da vida pública e das instituições» não pode deixar de

chamar simultaneamente a atenção para a forma como o PSD e o Governo encaram a Assembleia da República, forma que o deputado do PCP não hesitou em qualificar de «prepotente», própria de quem vê neste órgão de soberania «um órgão burocrático e submisso, mero carimbador e ratificador das iniciativas do Governo.

**Ao encontro dos anseios do concelho de Estremoz**

A necessidade de definição urgente do traçado da IP 7 (Itinerário Principal que há-de ligar Setúbal à fronteira de Espanha-Ceia e daqui à Via Rápida para Madrid) foi uma das conclusões e propostas recolhidas durante a visita

realizada recentemente ao concelho de Estremoz pelos deputados do PCP Joaquim Teixeira e Lino de Carvalho, eleitos pelo círculo de Évora.

Outras questões em foco no debate proporcionado por esta visita de trabalho rela-

cionam-se com a necessidade de construção e melhoramento da rede viária que serve as pedreiras com maior participação comunitária e do Governo central; a elaboração de um plano de ordenamento das pedreiras tendo em vista a defesa do meio ambiente; a definição de um sistema de incentivos que estimule o investimento e a fixação na zona de indústrias de transformação de mármore; promoção das nossas rochas ornamentais no mercado externo; a construção das Barragens de Veiros e Frei Joaquim na Serra d'Ossa; e a garantia da dotação do novo Centro de Saúde com uma unidade de internamento desde o seu arranque.

Foram efectuados contac-

tos e visitas na Cooperativa Agrícola Flor do Sul de Santa Vitória do Ameixial, na Câmara Municipal, na Escola Secundária, na empresa Marferpor (ex-Mármore do Condado), no Centro de Saúde e na empresa Timoz (transformação de mármore).

No final da tarde os deputados do PCP abriram um Gabinete do Eleitor, em instalações da Câmara Municipal, onde receberam várias entidades e eleitores do concelho.

Nesta visita ao concelho de Estremoz os deputados foram acompanhados por Francisco Rocha e Luís Russo, membros, respectivamente, da Comissão Distrital de Évora e da Comissão Concelhia de Estremoz do PCP.

**Loures é cidade  
Novas perspectivas se abrem**

Uma velha aspiração do povo de Loures foi concretizada há dias na Assembleia da República: a bancada comunista viu aprovado um projecto de lei, o n.º 338/V, que promove aquela vila, baluarte das lutas republicanas, à categoria de cidade. O projecto dos parlamentares comunistas recebeu o apoio geral do hemiciclo.

Congratulando-se com a aprovação deste diploma, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma declaração de voto lida pelo deputado Jerónimo de Sousa, que refere:

«Com a elevação de Loures a cidade, novas perspectivas se abrem para os seus autarcas que decididamente se empenham nos caminhos do fomento e desenvolvimento turístico».

«No momento em que o Concelho comemora o seu 104º aniversário, a Assembleia da República presta uma justa homenagem a esta terra de gente laboriosa que transformou o Município num exemplo ímpar no conjunto dos Municípios Portugueses e constitui um referencial do Poder Local Democrático».

«A aprovação do PL do PCP que promove Loures a cidade prestigia a Assembleia da República na medida em que corresponde à vontade, às aspirações e às realizações de uma população decididamente virada para o futuro».

JOAQUIM CAMPINO

**histórias clandestinas**

Colecção «Resistência»

Internacional

# Cambodja, mais perto da paz

O Cambodja parece agora mais perto da paz. Paz que necessariamente passa pelo isolamento, também no plano internacional, dos Khmeres vermelhos, responsáveis, nos anos 70, por um verdadeiro genocídio do seu próprio povo.

Após um encontro, em Paris, com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros Eduard Chevardnadze, James Baker, chefe da diplomacia norte-americana, anunciou à imprensa que os Estados Unidos deixavam de reconhecer a coligação tripartida (integrando os Khmeres vermelhos) que ainda hoje formalmente representa o Cambodja na ONU.

Simultaneamente, James Baker anunciou o início de negociações políticas com o Vietnã, ainda que circunscritas à situação do Cambodja, e não relativas a uma normalização de relações. É a primeira vez, desde 1975, que se abre assim a via dos contactos políticos entre Washington e Hanoi.

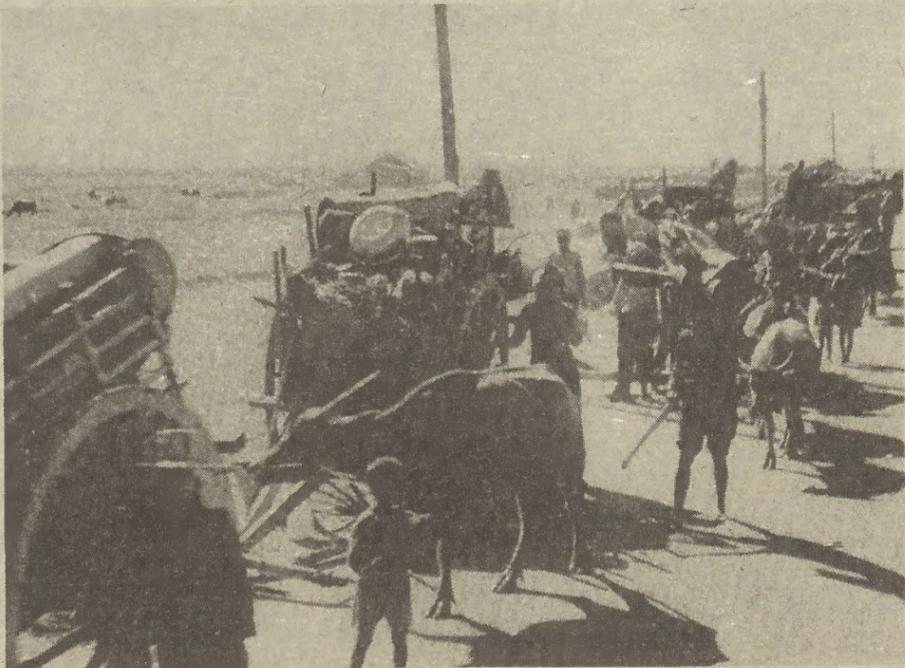
Nas palavras do secretário de Estado norte-americano, esta mudança de estratégia por parte de Washington, teria como razão, «fazer tudo o que pudermos para impedir o regresso dos Khmeres vermelhos ao poder». Uma razão que entretanto não seria de hoje. A verdade é que, actualmente, uma maioria no Congresso dos EUA se opõe à continuação de uma ajuda indiscriminada à guerrilha cambodjana. Já anteriormente, alguns senadores democratas, como Alan Cranston da Califórnia ou o representante Chester G. Atkins do Massachusset, denunciavam o apoio da administração Bush a Sihanouk e à sua exigência de que os Khmeres vermelhos participem num governo provisório de coligação para o Cambodja. Mesmo alguns conservadores se juntaram nesta

de Pol Pot num futuro Governo cambodjano.

## Pol Pot, não

«O povo do Cambodja tem

sem dúvida o sentir praticamente da totalidade da população cambodjana, pois sem qualquer exagero se pode dizer que não houve ninguém, nen-



O regresso, após a derrota de Pol Pot. Que significou também o regresso a essa liberdade, que os cambodjanos não querem perder

crítica à política seguida em relação ao Cambodja.

A posição agora tomada pelos Estados Unidos tem naturalmente a ver com a própria evolução da realidade internacional, e nomeadamente com a evolução das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Objectivamente contribui para o isolamento do grupo de Pol Pot, que acaba por só ficar apoiado pela China, seu principal fornecedor em armas e dinheiro, e que mantém a posição da inclusão do grupo

gravado em si o sofrimento e a ira contra a clique genocida e criminoso de Pol Pot e Ieng Sary» — diz-se num cartaz, num pagode de Choeung Ek, uma aldeia nos arredores de Phnom Penh, onde os Khmeres vermelhos tiveram um campo de extermínio. E sublinha:

«Não o podemos esquecer.

Estamos absolutamente determinados a não deixar que este regime genocida se reestabeça no Cambodja.»

Uma inscrição que traduz

humana família, que de alguma forma não tenha sido tocada pela política genocida dos Khmeres vermelhos, que estiveram no poder entre Abril de 1975 e Janeiro de 1979.

O balanço desse «reinado» é quase inimaginável. Calcula-se em quase três milhões de mortos as vítimas da política genocida — assassinados, mortos sob tortura ou de fome e de falta de assistência. Centenas de milhares de casas foram destruídas, assim como 2 mil templos budistas, todas as construções cristãs e muçulmanas, 6 mil escolas, 800 hospitais. A cidade de Phnom Penh, capital do país, totalmente esvaziada dos seus habitantes, transformou-se numa cidade fantasma.

Na verdade, e muito objectivamente, o fim do domínio dos Khmeres vermelhos representou o regresso à vida. Vida e paz que hoje os cambodjanos naturalmente defendem. Tanto mais que os progressos alcançados ao longo destes anos são bem sensíveis. De par do simples direito à vida e à liberdade, reconquistados, aliás num quadro político de grande abertura, a situação socio-económica do país tem vindo a estabilizar-se e a ganhar dinamismo. A terra pertence a quem a trabalha, as casas a quem as habita. O comércio e a pequena indústria, nas mãos de particulares, são florescentes. A fome é já uma lembrança do passado. A produção de arroz aumentou cinco vezes e hoje o país é auto-suficiente neste produto básico da alimentação cambodjana. Nos mercados surgiu uma acentuada diversidade de artigos.

Respeitando as tradições culturais e religiosas do país, o budismo tornou-se religião oficial do Estado.

## Salvador, negociações difíceis

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) do Salvador acusou o governo de Alfredo Cristiani de assumir posições «cada vez mais à direita», durante as negociações de paz em São José, «recusando iniciar uma discussão de fundo sobre o problema da desmilitarização da sociedade» salvadoreña.

A FMLN mantém, desde a anterior mesa redonda, realizada em Maio, em Caracas, a sua exigência de supressão dos esquadrões da morte, e a redução dos efectivos do Exército. Satisfeita esta reivindicação, a FMLN instaurará um cessar-fogo a partir de Setembro, para que seja possível atingir um total desarmamento até Junho de 1991.

Entretanto o presidente Cristiani tem vindo a recusar debater questões essenciais, como a depuração das fileiras do Exército e os agudos problemas dos direitos humanos.

Recorde-se que durante os dez anos de guerra civil já foram mortas 75 mil pessoas, na sua maioria civis. Os «desaparecidos», é outra das preocupantes realidades em El Salvador.

## Angola: declarações de Jeffrey Davidow

O sub-secretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Jeffrey Davidow, afirmou em Luanda que o seu país está disposto a ajudar o Governo angolano e a UNITA a regressarem o mais depressa possível à mesa de conversações de paz.

Em declarações à imprensa no aeroporto «internacional 4 de Fevereiro» em Luanda, Davidow afirmou que o Governo dos Estados Unidos está encorajado pelo progresso nessas conversações, com vista a resolução do chamado conflito interno angolano.

Salientou ainda que veio a Angola para abordar com as autoridades angolanas questões relacionadas com a seca, que afecta as regiões do centro e sul do país, e encontrar as modalidades viáveis ao incremento de ajudas humanitárias.

«Os Estados Unidos nos últimos dez anos têm dado um importante contributo no campo humanitário às vítimas da seca em Angola, e neste contexto aumentaram o nível de cooperação», disse Jeffrey Davidow.

A delegação que chefia, integra um perito norte-americano em programa de ajuda internacional, que conjuntamente com as autoridades angolanas irá estudar as formas como proceder para aliviar estes problemas.

O governante norte-americano foi recebido pelo vice-ministro angolano das relações exteriores, Venâncio de Moura.

Um dos tópicos principais da sua vinda a Angola será o processo interno de paz no país, cuja terceira ronda de contactos directos terá lugar proximamente em Portugal.

## ANC denuncia repressão

«É preciso controlar as acções da polícia e criar no país um novo clima» — disse em conferência de imprensa Reginald September, membro da comissão executiva nacional do ANC — «tem que se compreender que entramos numa nova era. Esperamos que, antes do início das conversações com o Governo, se instaure no país um clima de paz».

Na apresentação à imprensa do relatório do ANC dirigido ao presidente De Klerk sobre a violência policial, September disse que a polícia, em grande medida controlada pelas forças de direita, dá «provas chocantes de trato desumano», utilizando armas de fogo e gases lacrimogéneos contra manifestações pacíficas, sem poupar mulheres ou crianças.

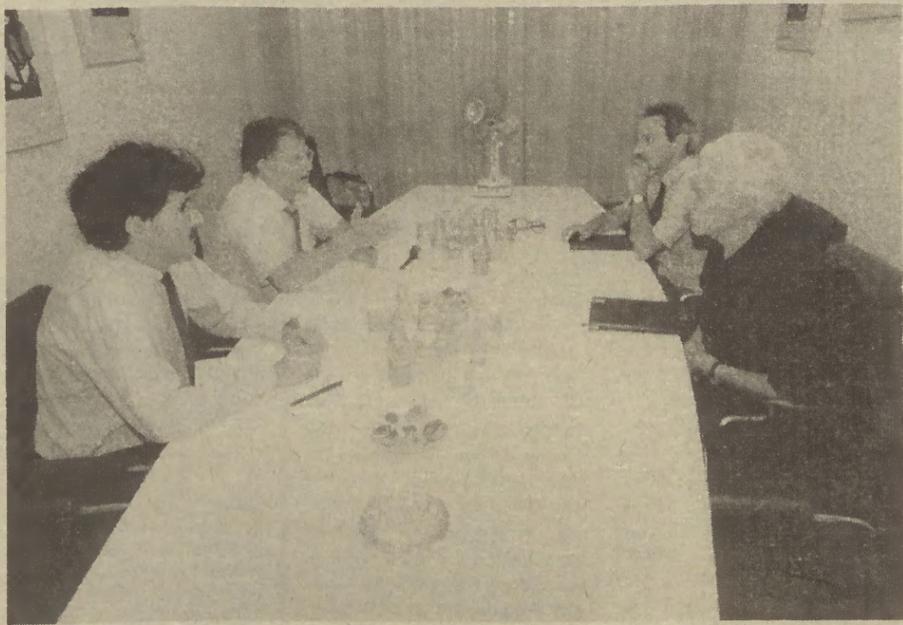
Concretamente, em Abril, na cidade de Robertson, a polícia utilizou armas de fogo, ferindo 157 manifestantes anti-apartheid. Incidentes semelhantes ocorreram, desde então, em Ashton, Montague e outras povoações da África do Sul.

A 26 de Março, em Sebokeng, subúrbio africano de Vereeniging, a polícia abriu fogo sobre 50 mil manifestantes, matando 17.

## Tratado de Varsóvia em período de transição

«O sentido da actividade do Tratado de Varsóvia será a activa participação na criação de um novo sistema de segurança europeia», afirmou o General Piotr Luchev, comandante chefe das Forças Armadas unificadas dos países do Tratado de Varsóvia.

O general considera que a nova situação na Europa cria condições reais para uma gradual eliminação do modelo de segurança por blocos e da divisão do continente em dois campos contrapostos. Neste contexto, o sistema a que se refere Piotr Luchev deve, segundo as suas palavras «ser criado numa Europa unida e em cooperação».



## Encontro com o PCF

A convite do Partido Comunista Português esteve de visita a Portugal no dia 19 de Julho uma delegação do Partido Comunista Francês, composta por Maxime Gremetz, membro do Bureau Político e Secretário do CC, e Dominique Touraine, da Secção Internacional do PCF.

A delegação do PCF manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral e Albano Nunes membro do Secretariado. Encontrou-se também com Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do

PCP e Carlos Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e questões de maior actualidade da situação na Europa e no mundo e do movimento comunista internacional.

Esta visita insere-se nas relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos tendo sido confirmada a vontade de as reforçar ainda mais no futuro.

## Internacional

## ISRAEL

# Repressão no Líbano e na Palestina

Dia 14 de Julho foi assinalado o dia internacional de solidariedade com os prisioneiros libaneses nas prisões de Israel. Uma data a lembrar o carácter repressivo da política de Israel, não apenas em relação ao povo mais directamente atingido — os palestinianos —, como no contexto do Médio Oriente.

Nos territórios ocupados do Líbano, situa-se o campo de concentração de Khjam, em que estão detidos mais de 300 libaneses, entre os quais a jovem estudante Suha Bechara, cuja libertação tem vindo a ser exigida nomeadamente pelo Parlamento Europeu. A situação no campo é particularmente grave, pois nada se consegue saber do que lá se passa. Invocando o pretexto de que o campo de concentração está sob a administração do Exército do Sul do Líbano, de facto ligado a Israel, Tel Aviv impede mesmo a entrada da Cruz Vermelha.

Também em território de Israel se encontram presos mais de 30 jovens libaneses, detidos no Líbano e posteriormente levados para território israelita, onde foram julgados por tribunais militares. Alguns foram condenados a mais de 30 anos de prisão. Os detidos enviaram entretanto cartas ao governo libanês, pedindo que todos os esforços sejam desenvolvidos para a sua libertação, e descrevendo tor-

turas físicas e psíquicas a que estão sujeitos.

## Palestina jovens são alvo

Desde o início da Intifada, em Dezembro de 1987, mais de 850 palestinianos, entre homens, mulheres e crianças, foram assassinados. Entretanto, tal como no Líbano, também na Palestina os jovens são o principal alvo.

Esse um facto indelével, de que há múltiplos testemunhos. Recentemente, um casal de médicos holandeses que esteve na Faixa de Gaza, deu uma entrevista ao jornal «Telegraaf», em que denuncia que os soldados israelitas «brutalizam voluntariamente, abatem à queima-roupa ou espancam sistematicamente» os jovens palestinianos que participam na Intifada. Como afirmam os médicos holandeses, os jovens são «impiedosamente agredidos com matracas, pontapeados, espancados ao ponto de lhes partirem os braços e as pernas». Em Gaza,



Israel continua a apostar na repressão

os militares israelitas «entram nos hospitais e retiram os doentes da cama, chegando a espancar as enfermeiras».

## Diálogo e crise

A actual situação no Médio Oriente é particularmente tensa. Israel tem neste momento o governo mais à direita dos últimos tempos, o que naturalmente não é indiferente em relação a possíveis perspectivas de uma solução pacífica que abra portas à criação de uma pátria independente para o povo palestinianos e permita uma estabilização da situação no Líbano.

Entretanto, e invocando o pretexto de um ataque de um comando palestiniano, em Israel, no passado dia 30 de Maio, os Estados Unidos suspenderam, a 20 de Junho, o diálogo com a OLP, o que naturalmente levanta obstáculos adicionais a qualquer caminho que possa levar à paz.

Reunido nestes dias em Tunes, a pedido da Organização de Libertação da Palestina, o Conselho ministerial da Liga Árabe anunciou a sua solidariedade com a OLP. No comunicado final, a Liga

anuncia ter decidido intensificar os esforços árabes no plano internacional, designadamente junto do governo norteamericano, para que retome o diálogo com a OLP.

Por outro lado, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos doze países da CEE decidiram instalar um representante permanente nos territórios árabes ocupados por Israel.

## Os reflexos em Israel

Enquanto o governo israelita continua a apostar no esmagamento da revolta popular palestiniana e na ingerência político-militar no Líbano, ignorando aliás a própria evolução entretanto registada no plano internacional, os reflexos da Intifada em Israel, em particular no plano socioeconómico, são cada vez mais sensíveis.

A recessão económica (naturalmente não só ligada às consequências da Intifada), é um facto reconhecido. É verdade que há os «novos ricos». Mas não é menos verdade que muitas fábricas estão a fechar, o desemprego em progressão, que a pobre-

za alastra, e a construção de habitações é um sector em retração.

A questão da habitação é um problema particularmente grave. Em 1989, os preços duplicaram em relação a 1986. Simultaneamente, e por causa da inflação, que em 1989 atingiu os 20,7 por cento, e das elevadas taxas de juro, as dívidas contraídas pelos que compram a habitação própria através de empréstimos bancários, são cada vez maiores, o que já deu mesmo origem a manifestações de rua, como a realizada em Fevereiro passado.

O número oficial de desempregados atingiu em 1989 os 142 000, ou seja mais 42 por cento que no ano anterior. A taxa de desemprego tem vindo sempre a subir. Em 1989 foi de 8,9 por cento, enquanto em 1988 foi de 6,4 por cento e em 1987 de 6,1 por cento. O desemprego atinge de forma desigual judeus e árabes de Israel: 8,7 por cento entre os judeus e 10,2 por cento entre os árabes.

Mais recentemente foi divulgado que o salário médio baixou de 1,4 por cento entre 1988 e 1989.

## AFEGANISTÃO

# Esboçam-se novos compromissos para tornar a paz possível

Quer no próprio Afeganistão, quer no cruzar de contactos e reuniões no plano internacional, tem vindo a desenvolver-se todo um processo que visa a solução política do conflito que se vive no Afeganistão. A conquista da paz parece hoje tanto mais próxima quanto os Estados Unidos já tiveram boas razões para se convencer de que uma vitória militar dos grupos armados que combatem o governo de Najibullah é impossível.

Em 1 de Agosto, em Irkutsk, nas margens do lago siberiano do Baikal, vai realizar-se um encontro entre o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, e o chefe da diplomacia norte-americana, Baker. A questão fundamental em debate será o Afeganistão, e o esboço de uma solução política, que naturalmente passe pelo fim dos apoios militares por parte dos Estados Unidos aos grupos dos apoios militares por parte dos Estados Unidos aos grupos armados que têm espalhado a morte pelo país.

A solução política passaria pela realização de eleições

supervisionadas pela ONU, e uma maior distribuição de poderes.

Entretanto, em conferência de imprensa realizada esta semana, o presidente do Afeganistão, Mohamed Najibullah, anunciou a sua intenção de reverter certos poderes, reservados aos Ministérios da Defesa e do Interior, para uma comissão mista formada por representantes dos grupos armados, os mujahidines, e do governo afegão.

Tal comissão ficará encarregue de organizar eleições gerais que deverão pôr termo à guerra civil.

Estas medidas inserem-se

aliás em todo um processo de transformações que se têm vindo a viver no país e no próprio Partido Democrático Popular (PDPA).

Em Agosto-Setembro, está prevista a realização do 2.º Congresso do PDPA, que deverá aprovar novo programa e novos estatutos incluindo uma alteração de nome (o partido passaria a chamar-se Partido da Pátria).

Os membros da Comissão da redacção do programa e estatutos do PDPA justificam a sua proposta de mudança do nome do Partido pela necessidade de subordinar a acção política de reconciliação nacional à tradicional base islâmica e ao pluralismo de opiniões.

Ainda no quadro das transformações do PDPA, os novos estatutos permitirão a filiação de todos os cidadãos maiores de 18 anos que defendam a

política de reconciliação nacional, a paz, o progresso, a democracia, a justiça e a unidade nacional.

Ao divulgar estas informações aos jornalistas, Farid Mazdaq, membro da Comissão Política do PDPA, afirmou que o sistema político da República necessita de profundas mudanças, impostas pela situação no país. Assim, a comissão especial defende a coexistência de todos os tipos de propriedade, estatal, mista, cooperativa e privada e considera necessário atrair capitais estrangeiros para resolver os problemas económicos no âmbito da economia de mercado e de livre iniciativa.

Caracterizando a situação actual como uma etapa de transição para a paz, a democracia e a reconstrução, considerou-se que chegou a hora de introduzir no país o pluralismo político.

Os caminhos da paz estão abertos. Mas há obstáculos que permanecem, em particular a resistência de grupos armados, para cujos dirigentes a guerra se tornou, nalguns casos, num negócio florescente de tráfico de armas e droga.

De entre os chefes dos sete partidos (que chefiavam grupos armados) na oposição, apenas Ahmed Gailani tinha aceite a realização de eleições livres. Mas os entendimentos ao nível dos chefes locais dos grupos são uma realidade quotidiana. O primeiro-ministro nomeado em Março, Fazlullah Jaliliqar, para citar um exemplo significativo, é um independente, ex-governador da província de Herat, que se destacou pela capacidade de obter entendimentos com os comandos mujahidin para evitar mortes inúteis entre a população civil e facilitar o abastecimento das cidades.

«Um balanço, ainda que incompleto, da actividade dos tribunais fascistas no ano de 1964 revela terem sido aplicadas penas que ultrapassam 6 séculos! E a actividade desses tribunais nos últimos 5 anos revela-se nos seguintes números: 129 julgamentos e 698 pessoas julgadas; condenações a pena maior - 215, com o total de 1042 anos de cadeia; condenações a pena correcional - 360, com um total de 451 anos. Entre os condenados, 206 têm «medidas de segurança» de pelo menos 3 anos de cadeia, ou seja, mais 618 anos, o que perfaz 2111 anos de condenações!»

Além destas condenações, conta-se por centenas os portugueses que passam meses e anos nas cadeias fascistas e não são levados a julgamento.»

(«600 anos de condenações em 1964!» - «Avante!», VI série, nº 357, Julho de 1965)

«O fascismo salazarista desde sempre se declarou católico. Todos os seus corifeus, a começar em Salazar, se dizem católicos, assistem a missas e «Te-Deum», fazem tudo para ter junto de si, em aparecimentos públicos, algum representante da Igreja. Diga-se desde já que também alguns dos representantes da Igreja (...) têm mentalidade fascista e não negam o seu apoio ao governo salazarista.

Mas os católicos em geral sabem que entre o fascismo e a doutrina em que crêem existem tais contradições que tornam absolutamente impossível acreditar na palavra de Cristo e simultaneamente na palavra de Salazar. Daí que já mais de uma vez individualidades religiosas e leigos tenham declarado a necessidade de separar do salazarismo a Igreja, enquanto a massa dos católicos, por sua vez, se encontra com os homens de outras crenças religiosas e ateus em luta contra as leis e medidas fascistas contrárias ao que acreditam ser a palavra de Deus.

Sobretudo desde a publicação da encíclica «Pacem in Terris» essa contradição ficou exposta pela voz do mais alto representante do catolicismo - o Papa, na ocorrência João XXIII. Com efeito, esta encíclica caracteriza a nossa época como a época da gradual ascensão económico-social das classes trabalhadoras, do ingresso da mulher na vida pública e da independência de todos os povos da terra. Por outro lado, proclama para todos os homens o direito à existência, à integridade física e aos meios indispensáveis e suficientes para um nível de vida digno, o direito à liberdade de pensamento, o direito à informação verdadeira sobre os acontecimentos públicos, o direito à liberdade de culto, o direito ao trabalho, o direito de reunião e de associação, o direito de participar activamente na vida pública, o direito à legítima defesa dos direitos, etc. Finalmente a «Pacem in Terris» afirma como principal dever do homem o reconhecimento e respeito pelos direitos dos outros.

Nenhum católico de verdade pode pois conciliar a doutrina oficialmente determinada pela voz do Papa com a doutrina aplicada pelo salazarismo. Prisão sem culpa formada, julgamentos em tribunais de excepção, perseguições, demissões, assassinatos, proibição de partidos e de associações, censura, custo de vida inacessível às massas trabalhadoras e a outras camadas da população, despedimentos e desemprego, guerra de extermínio nas colónias, tudo isto e muito mais arbitrariedades, crimes, leis de excepção em que se ajusta toda a vida da nação portuguesa aos interesses de umas dúzias de grandes famílias a que pertencem os monopólios, os latifúndios, os bancos, as colónias, os jornais e os ministérios - tudo isso acusa o fascismo de ao longo de 40 anos ter combatido na prática a doutrina que dizem seguir.»

(«40 anos de falso catolicismo» - «Avante!», VI série, nº 368, Julho de 1966)

# Em Foco

# GRACAS

Avante!

Ano 60 - Série VII

N.º 866

26 de Julho de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

# E DESGRACAS

# DA EMIGRAÇÃO

# PORTUGUESA (1)



■ Anabela Fino

Chegados a esta época do ano um tema se impõe fatal como o destino: a emigração. Não há órgão de comunicação que não fale dos emigrantes que vêm de férias, dos comboios especiais arranjados para o efeito, dessa grande *aventura* que é partir com armas e bagagens a ganhar o pão em terra alheia e voltar uma vez por ano a casa a matar saudades da família, dos amigos, da terra onde - se mais não for - se espera poder voltar um dia para uma velhice tranquila.

Sem quebrar a tradição mas subvertendo um pouco a ordem dos factores, o «Avante!» decidiu enviar um jornalista pelos caminhos da emigração a ver como é para contar como foi. *In loco*.

Como nos tempos que correm a Suíça é que está a dar, foi para lá que me despacharam numa tarde escaldante deste mês. De comboio, claro, que era para me ir imbuindo do espírito da missão.

Rejeitei terminantemente a sugestão de me munir de uma mala de cartão, o que viria a revelar-se sensato pois com as peripécias da viagem - sobe de comboio, desce de comboio, muda de comboio, apanha

autocarro, sobe escadas, desce escadas - não fora o meu saquinho de rodas e ainda por esta hora lá andaria perdida nos labirintos inventados de propósito para as estações. Em contrapartida, aceitei - com relutância é certo, mas aceitei - munir-me de uma máquina fotográfica para registar para a posteridade o que me fosse dado ver. Como se nota pelas imagens juntas, a minha exigência de um *caixote* em que fosse apenas necessário carregar no botão esteve longe de dar um resultado satisfatório. Ninguém me convence que não há para aí algures no mercado uma jiga-joga qualquer a cuja não reduza a miniaturas as imagens panorâmicas e não tenha a mania absurda de reproduzir tremuras lá porque na altura de carregar no bo-

tão o jornalista faça uns gestos largos de latina exuberância. Afinal de contas, os japoneses não pensam em tudo?

Assim equipada lá fui Europa fora com destino à Suíça tendo no programa uma paragem em Toulouse (França) para dois dedos de conversa com os portugueses que trabalham nas obras do Metro. Uma desatenção fez com que acertasse em cheio no 14 de Julho, feriado nacional, dia de festa e de descanso para a maioria dos que laboram em França. Uma ronda pela terra esventrada da cidade acabou por não se revelar infrutífera: no único local onde se trabalhava estavam meia dúzia de

# GRAÇAS E DESGRAÇAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA OS NEGREIROS DE TOULOUSE

portugueses. Foi o primeiro contacto com o que em França se designa já por trabalho negreiro. Uma situação que voltaria a encontrar depois nos vários cantões suíços, onde diariamente se registam problemas cujo dramatismo dão a medida exacta do que é essa aventura da emigração. A testemunhar, afinal, o que um emigrante português há muito radicado em França, companheiro ocasional de viagem, me afirmou com a maior das simplicidades:

Árvore das patacas? Não há. O que ganhamos, quando ganhamos, o que arrecadamos, quando arrecadamos, sai-nos do corpo à custa de muito suor.

Ou por outras palavras, como me afirmou em Toulouse um nortenho - Ernesto, trinta anos de muita revolta abafada em conformismo - **os portugueses só procuram o estrangeiro porque não encontram no país o pagamento condigno do seu trabalho.**

Como todos estarão lembrados, há quem diga por aí, ao mais alto nível, que é por espírito de aventura.

○ metro do ano 2000 em construção em Toulouse, a miúdo classificado como um *milagre da tecnologia* (em túneis), está a transformar-se no grande escândalo deste final de século em que nos discursos oficiais só se fala da Europa da solidariedade, da

cooperação, dos direitos humanos.

A razão é simples: o metro de Toulouse está a ser construído com recurso a trabalho que os sindicatos não hesitam em classificar de escravo. Envolvidas estão empresas portuguesas e francesas, entidades oficiais, conluídas na exploração de trabalhadores portugueses arregimentados na região de Braga.

Em Portugal pouco (ou nada) se tem falado do assunto; e no entanto por terras de França andam compatriotas nossos que ainda acreditam que as horas extraordinárias **não se pagam**, que aceitam impotentes reduções de salário.

Manhã de 14 de Julho, feriado nacional em França. Reina a calma nas obras do metro de Toulouse, as máquinas estão paradas, nos estaleiros estão apenas os que fazem a guarda. Este é o panorama geral das várias secções dos trabalhos, a cargo de diferentes empresas. Num deles, onde procuro portugueses, encontro quatro árabes a preparar o almoço: um tacho de massa e salada. Não me atrevo a perguntar se vão comer mais alguma coisa, mas uma vista de olhos pela improvisada cozinha parece indicar que não.

Falo dos portugueses e fico a saber que estão nos alojamentos colectivos, algures, nos arredores da cidade. É dia de descanso. Palavra puxa palavra e vem à baila as horas extraordinárias, os salários, a necessidade de pedir a ajuda dos sindicatos, a possibilidade de uma luta reivindicativa; os portugueses, dizem, aceitam facilmente o que os patrões querem impor...

Vou comprovar essa realidade (ou o seu testemunho) um pouco mais à frente, noutra secção das obras. Num barracão, uma cozinha improvisada muito longe de respeitar os comunitários padrões de higiene; meia dúzia de portugueses almoçam: frango assado com batatas fritas, uma peça de fruta. Olham-me com desconfiança, ficam indecisos

horas mas não se ganha por isso que «agora já não se pagam extraordinários»; o trabalho extra é «compensado» com tempo de descanso, mais tarde, talvez durante as férias. Digo-lhes o que a legislação francesa prevê sobre a matéria e é como se falasse chinês; ali não se pagam horas, descansa-se depois, até é bom voltar uns dias mais cedo para Portugal, se calhar... Ali está tudo bem.

E o abono dos filhos, recebem? O chefe de equipa começa por dizer que sim, mas acaba por confessar que os primeiros papéis que preencheu lhe foram devolvidos por qualquer razão e os novos a preencher são demasiado complicados para se haver sozinho com eles. Ou seja, continua sem receber os abonos a que tem direito.

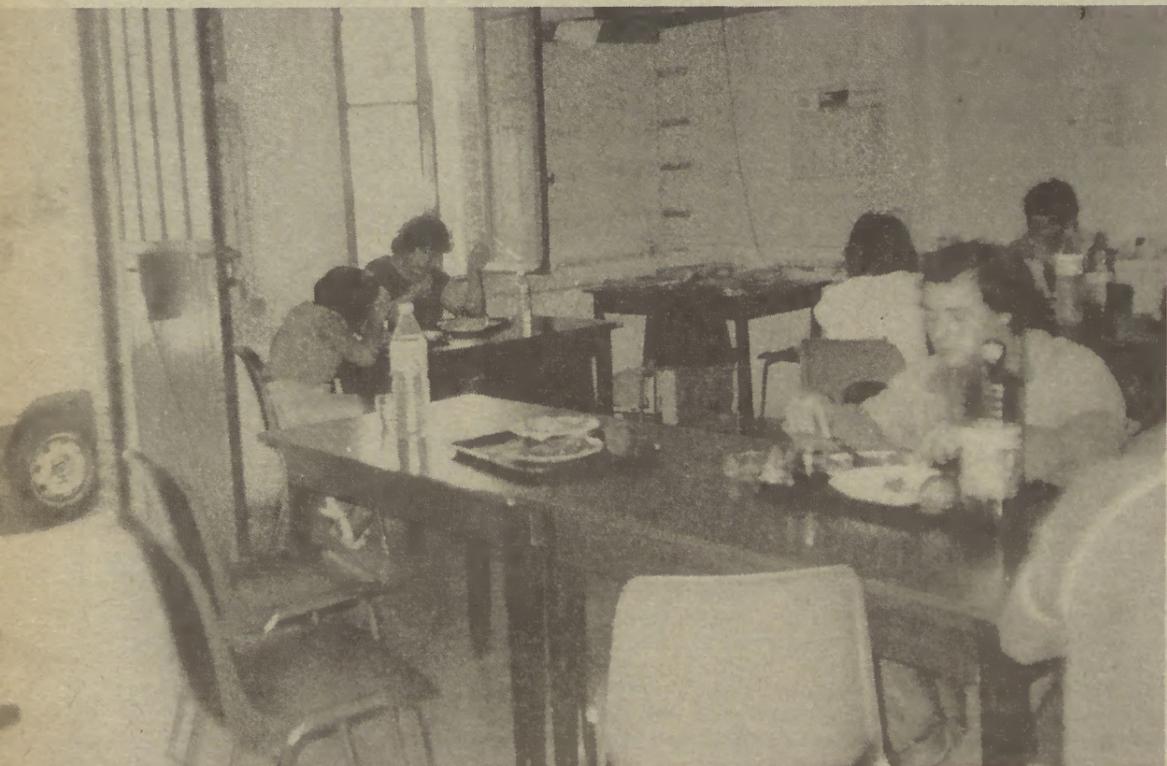
Mas está tudo bem. Fazem descontos para assistência a que ainda não tiveram de recorrer. Falo dos números fictícios constantes de muitas folhas de salários da empresa Solletanche, já denunciados na imprensa francesa, mas parecem não acreditar.

Recebem 13º mês? Dizem que sim. Só que o pagamento é dado em mão, escapando ao controlo oficial - um «benefício» imediato a troco de um prejuízo futuro.

Mas ali está tudo bem. Afinal,



Grande parte dos trabalhadores portugueses vivem isolados do resto da comunidade; formam equipas à parte, vivem em alojamentos só de portugueses, comem em refeitórios próprios — uma forma de melhor serem mantidos na ignorância dos seus direitos e sujeitos a uma maior exploração



Um barracão, uma cozinha sem um mínimo de condições onde nunca se ouviu falar das normas de higiene da CEE, a inevitável televisão a um canto, três mesas e meia dúzia de cadeiras, eis um refeitório de portugueses em Toulouse

quando peço para tirar fotografias e dar dois dedos de conversa. A cozinheira, uma portuguesa em situação irregular, protesta; mesmo quando lhe digo que apenas me interessam as instalações e que de modo algum a vou fotografar, não fica descansada. O ambiente desanuvia-se quando um deles, chefe de equipa dos carpinteiros de cofragem, acede a conversar.

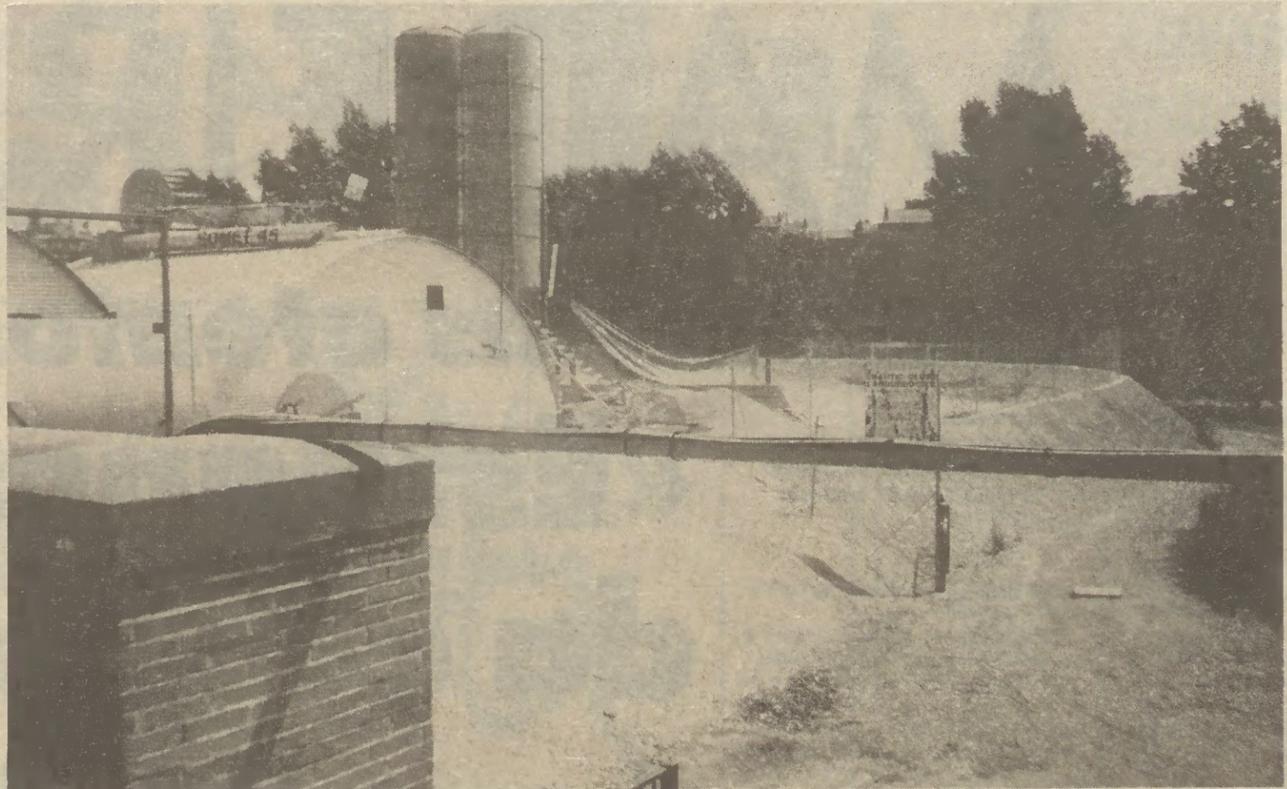
Não têm razões de queixa, diz. A empresa está a cumprir com os salários acordados, não há problemas nenhuns, ele próprio dispõe de um estúdio como alojamento, está tudo bem, ganham em França o que não conseguem ganhar em Portugal.

Mas é feriado e eles estão a trabalhar. Ganham horas extraordinárias? O espanto é genuíno. Ali fazem-se

ganham mais do que em Portugal, trocados os francos por escudos e isso é que interessa. Em Portugal é que as coisas estão mal: «se quer falar dos emigrantes fale das condições de vida em Portugal, que a gente só sai de lá porque no país mesmo trabalhando uma vida inteira não se consegue amealhar nada; pensa-se em poupar um conto ou dois por mês e chega-se ao fim com três ou quatro de dívida. Isso é que está mal, não é o trabalho aqui».

É uma verdade que não se pode ignorar. Mas será com o trabalho escravo no estrangeiro que se enfrenta a situação?

Quando a oferta excede a procura, reivindicar pode ser sinónimo de despedimento, de regresso ao país de onde saíram para amealhar uns tostões. O medo gera a convivência



com os exploradores. O silêncio é a lei, não levantar problemas é a divisa. Ali, está «tudo bem» e a política é o trabalho. Escravo.

## Trabalho clandestino trabalho negro

A história do trabalho clandestino em Toulouse conta-se em duas penadas.

Em Setembro de 1989, a empresa Solletanche recebeu autorização da direcção regional do trabalho e emprego para empregar 22 portugueses com um contrato de trabalho de seis meses, um salário de 5 974,15 francos (bruto) que seria ao longo dos seis meses revalorizado para 6 440 francos (revalorização profissional). O horário de trabalho seria de 39 horas semanais.

O escândalo começa quando as autoridades francesas autorizam um contrato deste tipo como se fosse natural que a Agência Nacional para o Emprego (ANPE) não conseguisse encontrar em França trabalhadores qualificados para o trabalho exigido (carpinteiros de cofragem). O escândalo aumenta quando se sabe que a «Asfometro», criada pela Câmara do Comércio e Indústria, e que tem vindo a beneficiar largamente de dinheiros públicos para assegurar a formação profissional dos trabalhadores do metro, apenas formou desde a sua criação, há um ano, sete trabalhadores.

Até aqui, poder-se-ia pensar estarmos perante um caso de corrupção de empresas francesas. Mas a situação complica-se quando os sindicatos verificam que os trabalhadores portugueses com contratos de

trabalho de 39 horas semanais trabalham de facto 12 a 15 horas por dia, ou seja quase o dobro, sem que as horas extraordinárias lhes sejam pagas. O que significa estar-se perante uma situação de trabalho escravo!

Mas o caso não fica por aqui. Terminado o período de seis meses previsto no contrato, a Solletanche solicita a sua renovação, o que a direcção regional do trabalho e emprego recusa. Um obstáculo de percurso que pouco incomoda a empresa em causa; um recurso ao Ministério do Trabalho resolve o problema. O contrato com 15 trabalhadores portugueses é renovado até Agosto deste ano.

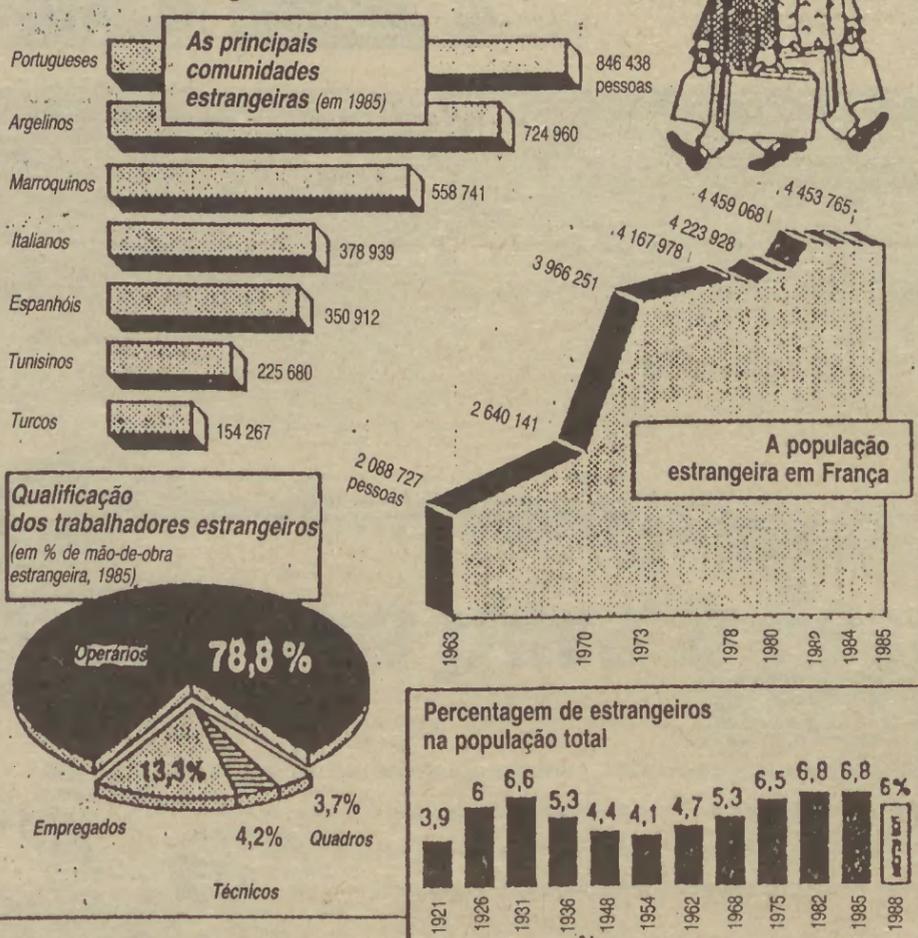
Um novo escândalo vem agora juntar-se aos anteriores: as condições do novo contrato são ainda piores do que as anteriores: regista-se uma baixa nos salários, que voltam aos 5 974 francos iniciais, sempre na base das 39 horas; são eliminados os subsídios de transporte e de refeição.

Aqui trabalha-se sábados, domingos e feriados sem pagamento de horas extraordinárias; alguns trabalhadores portugueses até pensam que agora essas horas já não se pagam...

País	Idade indeterminada	-18 e 19	18 a 25	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 e +	N.º de assalariados	Idade média	
ARGÉLIA	5	29	125	664	1896	2003	4510	10437	10927	8475	4667	711	41	44485	45,1
TUNÍSIA/MARROCOS	5	39	163	1009	1782	4326	8233	7335	7015	5363	2877	554	54	38750	42,2
ITÁLIA	2	24	94	569	1190	1917	2348	3150	4283	4950	3589	851	88	23053	45,5
OUTROS PAÍSES CEE	1	8	15	109	178	196	221	188	149	154	121	48	11	1398	39,7
ESPAÑA	2	25	113	616	1442	1474	1802	2494	2466	3409	2369	633	32	16875	44,1
PORTUGAL	65	264	1524	7541	9999	11782	17431	17806	12544	9919	4754	829	46	94439	38,8
JUGOSLÁVIA	0	3	6	62	102	205	767	651	748	531	273	43	3	3394	43,5
OUTROS PAÍSES	11	79	349	1748	2393	3108	4117	3386	2282	1561	859	143	20	20045	37,5
TOTAL GERAL	91	471	2389	12316	18982	25011	39429	45447	40414	34362	19509	3812	295	242439	41,5
PERCENTAGEM		0,2	1,0	5,1	7,8	10,3	16,3	18,7	16,7	14,2	8,0	1,6	0,1	100,0	

Fonte: Caisse des Congés Payés

## A EMIGRAÇÃO EM FRANÇA



Nas novas condições de trabalho apenas uma coisa se mantém: o horário real de 12 a 15 horas de trabalho por dia.

Como se tudo isto não bastasse, verificou-se ainda que o número da segurança social constante nas folhas de pagamento era falso; ou seja, os descontos efectuados ao trabalhador ficavam nos cofres da empresa.

Acresce ainda o facto dos trabalhadores portugueses estarem completamente isolados, tanto durante o trabalho - formam equipas à parte - como fora dele, já que têm alojamentos e refeitórios próprios. As possibilidades de contacto com os restantes trabalhadores do metro - e eventuais laços de solidariedade entre eles - são deliberadamente impedidas.

Como facilmente se percebe, a Solletanche não está sozinha neste comércio de mão-de-obra barata. Os trabalhadores portugueses são recrutados em Portugal através da empresa (?) portuguesa «Norte Construção» de cuja existência legal há fortes suspeitas. As autoridades portuguesas parecem estranhamente alheias a todos estes problemas. E as autoridades francesas, que dizem pretender acabar com o trabalho clandestino, fecham simplesmente os olhos a situações como estas, apesar do eco que as mesmas vão encontrando na imprensa, quer por acção dos sindicatos quer dos partidos de esquerda, como é o caso do PCF.

Eno entanto não se pode dizer que é difícil apurar as ilegalidades cometidas no metro de Toulouse. Se é certo que muitos dos trabalhadores portugueses em condições como as que acabámos de relatar são os primeiros a evitar dar a cara na denúncia da exploração de que são

vítimas, com medo das retaliações patronais - que podem ir de «castigos» do tipo de obrigar os carpinteiros de cofragens a trabalhar durante dias seguidos com o martelo compressor, quando a legislação estipula que o façam no máximo quatro horas por dia, até ao despedimento puro e simples - não é menos certo que um mínimo de fiscalização bastaria para detectar um monte de irregularidades. Só que, como se reconhece na própria direcção regional do trabalho, a fiscalização do trabalho não trabalha aos sábados, domingos, feriados e fora das horas de expediente.

Importa salientar que nem todos os portugueses que trabalham no metro de Toulouse se encontram submetidos à exploração desumana que acabámos de descrever. Muitos são os que, com consciência de classe, se organizam na defesa dos seus interesses, se sindicalizam, se batem por melhores condições de trabalho e de vida. Ainda recentemente os trabalhadores da Somet 45 (maioritariamente portugueses), elegeram os seus delegados sindicais numa lista apoiada pela CGT (derrotando uma outra de «inspiração» patronal), e conseguiram importantes regalias, prémios de produção, etc.. Aqui, os trabalhadores sabem o que significa a solidariedade e unidade de classe, trabalham em equipas mistas (o que é um importante factor na luta contra o racismo), defendem os seus direitos.

Os outros, tantas vezes acusados pelas forças mais reacçãoárias de «andarem a comer o pão dos franceses», são os que em França comem o pão que o diabo amassou... e ainda se dão por contentes porque *malgré tout* é mais vantajoso do que trabalhar em Portugal. ■

# MADEIRA

## Comunistas atentos à realidade

**A** estagnação da economia é um facto real. Sem dramatismos, com a objectividade que a sua intervenção responsável exige, os comunistas da Região Autónoma da Madeira lançam de novo o alerta à opinião pública e às entidades do País.

A estagnação da economia é um facto real, que leva ao aumento da nossa dependência do exterior e à destruição a curto prazo da produção e exportação dos poucos produtos tradicionais da economia regional, nomeadamente a banana, que, com a entrada do Mercado Único no nosso país, deixa de ter protecção no mercado do continente, observa a DORAM (Direcção da Organização do PCP), que, recentemente, em conferência de imprensa realizada na cidade do Funchal, levou ao conhecimento dos jornalistas alguns aspectos mais salientes das conclusões da sua reunião plenária de 14 de Julho.

Ai estiveram em foco a situação política, económica e social do arquipélago, para além das «questões relativas à intervenção nas próximas bata-

lhas eleitorais e a evolução da organização do Partido».

Num momento em que surgem à luz do dia «vergonhosas guerrilhas» entre dirigentes do PSD das ilhas e do continente, num quadro onde não faltam as tradicionais declarações bombásticas do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, a tentar, o que também não é novidade, desviar as atenções públicas do fundamental para o acessório, num momento em que «nem sequer foi possível aprovar na Assembleia da República o Estatuto Político-Administrativo da Região, porque os dirigentes do PSD colocam acima dos interesses da Região os seus interesses pessoais», num momento destes os comunistas madeirenses recordam perante os órgãos da Comunicação Social:

## «Estagnação da economia é um facto real»

### A propósito de...

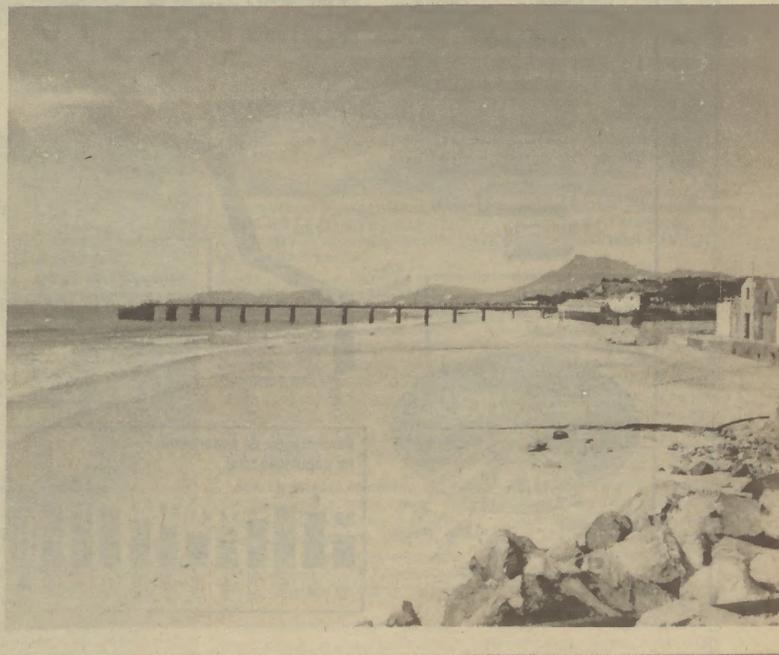
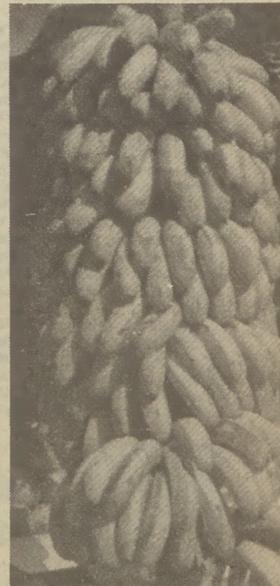
#### Banana

«As autoridades da Madeira têm 6 milhões de contos para reconverter as explorações acima de 250 metros», que, actualmente, representam 10 mil toneladas do total, afirmou recentemente no Funchal o presidente do sector de bananas da Associação Nac. dos Armazenistas, Importadores e Exportadores de Frutas e Produtos Agrícolas.

Terá sido um recado, um alerta ou apenas uma simples informação técnica?

#### Esbanjamento

O Governo Regional de Alberto João Jardim chega ao ridículo de oferecer tarifa de residente no Porto Santo a meia dúzia de grandes senhores do Funchal que, na bela ilha de areia dourada, têm as suas vivendas de férias...



Região Autónoma da Madeira: situação financeira em crescente gravidade

A situação actual de limitação das liberdades, a estagnação da economia, o agravamento brutal da situação financeira, a degradação do ambiente natural e do património cultural, cujas consequências se reflectem principalmente nas condições de vida e de trabalho da grande maioria dos madeirenses e dos porto-santenses, é o resultado da política do PSD de benesses e de esbanjamento dos dinheiros públicos.

#### Esbanjamento dos dinheiros públicos

Acrescenta a DORAM do PCP: A grave situação financeira limita cada vez mais a resolução dos problemas da Região sem que o PSD — nacional e regional — consigam encontrar soluções justas e vantajosas para uma situação que mais se deteriora porque, passados mais de 16 anos sobre o 25 de Abril, continua a não existir nenhuma lei de financiamento às Regiões Autónomas. Entretanto, continua o esbanjamento dos dinheiros públicos, como se verificou na compra do «Pátria» barco que custou mais de um milhão de contos, sem quaisquer melhorias para

#### «Analisar o passado, tirar as lições para o futuro»

### Congresso Regional do PCP marcado para Março de 1991

Inserida nas medidas de organização foi decidido realizar em Março do próximo ano o Congresso Regional do PCP que, entre outros objectivos, irá eleger a nova Direcção Regional que, por sua vez, elegerá os respectivos órgãos executivos.

Em Abril do próximo ano completam-se três anos sobre a realização da II Assembleia da Organização Regional. No período decorrido verificaram-se acontecimentos políticos de grande importância tanto no plano nacional como internacional, que foram analisados no XII Congresso e XIII Congresso (Ext.) do Partido, refere a resolução da DORAM, que acrescenta:

Na Região e neste período, agravou-se a situação política, económica e social, cujas consequências recaem sobre os trabalhadores e a maioria das populações. Ao mesmo tempo registaram-se acontecimentos negativos para a vida do Partido nomeadamente a perda da representação



parlamentar na Assembleia Legislativa Regional.

Entretanto, novas e importantes batalhas políticas se aproximam, sendo de salientar as eleições nacionais de 1991 e regionais de 1992.

#### Objectivos

Assim e tendo como preocupação central analisar o passado e tirar as devidas lições para preparar o futuro, tendo em conta as decisões dos Congressos do Partido e a sua adaptação à realidade regional, a DORAM decidiu:

● Marcar para 10 de Março de 1991 a realização do Congresso

da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP;

● Definir como objectivos para o Congresso: analisar a evolução da situação política, económica e social na Região e as propostas do Partido para uma política democrática ao serviço dos trabalhadores e da população; traçar as medidas para a intervenção do Partido nas batalhas eleitorais, tendo por objectivo contribuir para a derrota do PSD, reforçar a influência do Partido e recuperar a representação parlamentar na Assembleia Legislativa Regional; analisar a situação interna do Partido, definir as medidas para o seu reforço e eleger a nova Direcção Regional.

● Responsabilizar a Comissão Executiva pela apresentação, na próxima reunião da Direcção Regional, de uma proposta global para a preparação e realização do Congresso tendo em conta os objectivos aprovados. ■

as populações da Madeira e Porto Santo.

Ao mesmo tempo continua a verificar-se o enriquecimento desenfreado de uma minoria, sucessivamente contemplada com benesses mais ou menos legais.

O Governo Regional chega ao ridículo de oferecer tarifa de residente no Porto Santo a meia dúzia de grandes senhores do Funchal que aí têm as suas vivendas de férias...

As consequências desta gravíssima situação recaem principalmente sobre os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas, os agricultores e pequenos e médios comerciantes que vêm as suas condições de trabalho e de vida piorarem com a precarização do trabalho e o aumento dos despedimentos, com o agravamento do custo de vida, com a degradação do acesso à saúde, ao ensino, da habitação.

#### Liberdades só para alguns...

Esta situação gera descontentamento crescente em grande parte da população, descontentamento que o PSD através do seu Governo procura calar, limitando as liberdades constitucionais, como foi exemplo último a proibição de debates em duas escolas do Funchal com o pretexto de que se tratava de fazer política. Entretanto, a cédência de uma escola para a realização da festa da JSD, já foi possível, e apenas porque se trata de fazer a política oficial, sublinha a DORAM do PCP. ■

«A análise da situação regional demonstra que com o PSD nos governos da República e da Região nenhum dos graves problemas que afectam os trabalhadores e a maioria da população foi resolvido. E nem sequer foi possível aprovar na Assembleia da República o Estatuto Político-Administrativo da Região, porque os dirigentes do PSD colocam acima dos interesses da Região os seus interesses pessoais, envolvendo-se em vergonhosas guerrilhas» ■



### Em Outubro Jornadas parlamentares

Procurando contribuir para a solução dos problemas que afectam a Região, a DORAM decidiu promover, em colaboração com o Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República, as Jornadas Parlamentares, na primeira quinzena de Outubro próximo.

As Jornadas Parlamentares têm por objectivo preparar propostas do Partido a apresentar na Assembleia da República, sobre:

- Questões financeiras da Região;
- Organização Judiciária e Questões Sociais, nomeadamente questões pecuniárias do âmbito do Governo da República;
- Direitos dos trabalhadores. ■

Em conferência de imprensa realizada no Funchal a DORAM do PCP comentou a evolução da situação política, económica e social no arquipélago

#### «Inteira disponibilidade» da DORAM do PCP

### Alternativa, soluções conjuntas para os próximos actos eleitorais

Analisando aspectos relacionados com as próximas batalhas eleitorais, a DORAM aprovou uma resolução sobre a convergência para uma alternativa democrática, na qual considera a sua inteira disponibilidade para analisar conjuntamente com forças políticas e sectores democráticos soluções conjuntas para os próximos actos eleitorais.

A resolução aprovada definiu também objectivos considerados essenciais para uma política democrática ao serviço dos trabalhadores e das populações da Madeira e Porto Santo. Uma política de defesa da Autonomia e das liberdades, que promova a melhoria das condições de vida dos madeirenses e portosantenses.

A Direcção Regional do PCP analisou aspectos da organização do Partido e, entre outras, aprovou medidas quanto à participação nos dias 7, 8 e 9 de Setembro na Festa do «Avante!», cujo pavilhão terá por base a Casa Típica de Santana, promovendo assim a Madeira na maior realização cultural do nosso País. ■

## Relatório Político do Comité Central do PCUS ao XXVIII Congresso e Tarefas do Partido apresentado por Mikhail Gorbatchov (extractos)



# A situação económica da URSS

res e mercadorias industriais de consumo corrente aumentou.

Isto é assim, mas, ao mesmo tempo, a situação no mercado de consumo não só não se tornou mais simples, como, em muitos casos, se agudizou, adquiriu um carácter inaceitável. Até diria que este é um ponto crítico na situação socioeconómica do país.

Isto deve-se, principalmente, ao facto de os rendimentos monetários terem crescido muito mais rapidamente do que a produção de mercadorias. A que se deve isto?

Primeiro, quando foram alargados os direitos e a autonomia económica das empresas, foi eliminado o controlo rígido sobre a correlação do aumento da produtividade do trabalho e o salário. Em muitas empresas ela ultrapassou consideravelmente o crescimento da produção.

Segundo, nem tudo foi devidamente ponderado quando do lançamento do movimento cooperativo. Paralelamente ao que de útil fizeram e fazem as cooperativas, formou-se um canal de passagem do dinheiro depositado para dinheiro efectivo, tratando-se de milhares de milhões de rublos.

Terceiro, as resoluções tomadas no sentido de mudar a situação, de estabelecer ordem na construção de grandes obras verificaram-se irrealizáveis. Continua a prática da construção prolongada que conduz à inutilização dos recursos materiais, em lugar de os concentrar no mercado.

Acrescente-se ainda as despesas nos salários para os construtores dos projectos inacabados. Tudo isso são milhares de milhões de rublos.

Naturalmente que, a elevação dos lucros monetários verificou-se também devido à realização das resoluções tomadas sobre o aumento dos ordenados dos professores, dos médicos e de outras categorias de trabalhadores, as pensões e os subsídios.

### Os erros eram inevitáveis

Devido a tudo isso, no ano passado, o aumento dos rendimentos monetários da população atingiu os 64 mil milhões de rublos, quando normalmente não ultrapassava os 12-15 mil milhões. Semelhante situação conserva-se no ano corrente.

Naturalmente, levanta-se a questão: seria ou não possível evitar os erros de cálculo no trabalho, evitar as tendências negativas na economia? Em qualquer caso — sobre isto é preciso falarmos francamente — estas consequências poderiam ter sido muito menores se o governo tivesse assegurado uma abordagem integral das reformas económicas, se tivesse conseguido resistir à pressão dos diversos ramos da indústria, das velhas estruturas de direcção da economia, que tendiam a conservar a sua posição, os méto-

dos de trabalho de comando administrativo. Era precisamente aqui que o Bureau Político deveria ter ajudado o governo, ter-lhe apresentado exigências mais elevadas e prestado apoio no trabalho. Há que dizer que a sociedade, os serviços económicos, com destaque para o departamento económico do CC, alertavam para essa situação. Infelizmente, isto não foi tido em conta. Em qualquer dos casos não foi feito tudo aquilo que se deveria. Por isso estamos a assumir responsabilidade directa pelo agravamento da tensão no mercado que complicou a situação em todo o país. Isto é uma séria lição para o nosso trabalho. Mas daqui advém precisamente a necessidade imperativa de **acelerar e radicalizar a reforma económica**. Não podemos continuar a viver com o sistema económico que rejeita o progresso científico-técnico, as novas tecnologias, segue o princípio de meios gastos, origina o esbanjamento, perdas.

Avançamos esta tarefa ainda na etapa inicial da *perestroika*, mas só agora, quando temos certa experiência de trabalho na economia com o emprego de novas formas de actividade económica, quando foram dados grandes passos no campo da reforma política, aprovada uma série de leis importantíssimas, principalmente as leis da Propriedade, da Terra, do Arrendamento, etc., é que nos podemos dedicar à realização da tarefa de transição para o mercado.

Claro que temos ainda muito que fazer e estamos a realizar trabalho neste sentido.

Aí são necessárias medidas urgentes na esfera da normalização do mercado de consumo, para liquidar os excedentes de dinheiro, sanear o orçamento de Estado, etc.

Como tarefa prática, coloca-se perante nós a realização bem sucedida do actual ano económico. Todos os colectivos laborais, revelando iniciativa, devem fazer tudo para que os resultados económicos do presente ano exerçam influência positiva na situação socioeconómica no país.

### A questão do mercado

A pergunta que preocupa as pessoas quando se discute a questão das vias de transição para a economia de mercado é: não conduzirá isso à deterioração do nível de vida, à estratificação social da sociedade, serão garantidas a justiça e a protecção social das pessoas?

Estas perguntas são feitas pelos comunistas e preocupam todos: pessoas activas e pensionistas, homens e mulheres, veteranos e jovens.

Tudo isto são questões muito sérias e provocaram uma atitude muito crítica da população precisamente porque não foram devidamente elaboradas aquando da preparação do programa do governo. Aqui tudo deve ser extremamente claro.

Antes de tudo, falemos do mercado. Ele sofreu uma evolução milenária desde a troca espontânea de mercadorias até um mecanismo altamente organizado. Devemos renunciar às abordagens voluntaristas, aprender a influir nos processos económicos através da acção da lei do valor e, deste modo, criar fortes impulsos para a actividade económica intensa.

O mercado abre a possibilidade de conhecer realmente as necessidades e encontrar formas de sua satisfação eficaz, de equilibrar a oferta e a procura, de criar na sociedade um meio natural normal para o desenvolvimento da produção. Resumindo, vemos o mercado não como um objectivo em si, mas como meio de incentivo da economia, do nível de vida das pessoas. O mercado deve ajudar a resolver rapidamente a tarefa de conceder à nossa economia uma direcção mais social, de a virar para os interesses do homem.

No seu estado actual, o mercado rejeita o monopólio de uma só forma de propriedade, exige a sua variedade, igualdade económica e política. As empresas públicas, a propriedade colectiva da união cooperativa ou accionista, a propriedade laboral do camponês, do artesão ou familiar reforçarão as bases democráticas da sociedade visto que os trabalhadores tornar-se-ão verdadeiros donos dos meios de produção e dos resultados do trabalho, interessar-se-ão pessoalmente pelo trabalho eficaz e por altos resultados finais. Aqui não há base para a exploração.

O avanço para o mercado significa que não nos afastamos do socialismo, mas nos aproximamos de mais completa realização das possibilidades da sociedade. É precisamente esta a intenção da concepção da *perestroika*.

Claro que não podemos deixar ao bel-prazer do mercado a realização de grandes programas técnico-científicos, planeados para grandes prazos, o desenvolvimento das ciências básicas, da cultura, dos programas sociais e ecológicos nacionais. Porém, isto também não deve ser garantido à custa da pura pressão administrativa, mas através dos impostos, juros, facilidades e sanções, tarifas aduaneiras. Para que a economia política do Estado seja eficaz, ela deve possuir todo um conjunto de instrumentos de gestão.

As questões da introdução das relações de mercado devem ser resolvidas com o máximo de ponderação. São necessários actos jurídicos que defendam o direito das pessoas ao trabalho, à possibilidade real de escolha da profissão. O Estado deve apoiar materialmente os que querem trabalhar, mas que, temporariamente, não encontram o emprego conveniente. Outra questão importante é a diferenciação material na sociedade. Do princípio do socialismo advém a possibilidade de diferenças materiais, se estão ligadas ao carácter e volume da contri-

Uma das teses fulcrais da estratégia elaborada pelo XXVII Congresso do Partido foi a da **reorientação social da economia**, a sua viragem para o homem.

Que foi feito neste campo? Antes de tudo, foram feitas correcções na política estrutural. Isto conduziu a que, no quinquénio actual, os ritmos de crescimento dos ramos que produzem mercadorias de consumo corrente tivessem subido consideravelmente mais do que nos ramos que fabricam meios de produção. Se utilizarmos a terminologia normalmente aceite, pela primeira vez, o grupo «B» desenvolve-se mais dinamicamente em comparação com o grupo «A». Começou a transfusão de capital para uma esfera directamente ligada ao homem, para ramos que trabalham para ele. Na nossa enorme economia, esta tendência é extremamente importante e devemos fazer tudo não só para reforçá-la, mas para desenvolvê-la ainda mais.

Neste quinquénio foram dados passos suplementares com vista a superar o princípio de financiamento da esfera social que apenas concede a esta o que resta dos recursos previstos. Em quatro anos, foram canalizados para a construção não-produtiva mais 34 mil milhões de rublos do que o previsto no plano quinquenal. No total, para estes fins foram gastos mais de 246 mil milhões de rublos e o ritmo anual médio de crescimento dos investimentos não-produtivos quase duplicou: de 4,7% no 11.º quinquénio para 8,8% no actual.

Trata-se de uma operação muito séria. Permite em cinco anos construir 100 milhões de metros quadrados de habitações mais do que no quinquénio precedente. Pela primeira vez atingimos semelhante envergadura na construção de habitações. Aumentou a construção de outros edifícios para fins socioculturais. Anualmente, em média, o país constrói 38% mais escolas que no quinquénio passado, 10% mais instituições infantis, 15% mais hospi-

tais, 38% mais clínicas, 51% mais clubes e casas da cultura, 7% mais empresas comerciais.

### o problema do abastecimento

Destaco particularmente o problema do fornecimento de mercadorias à população. Aqui a situação é extremamente pesada. Eu poderia concordar com tudo o que se diz a este respeito, solidarizar-se com as mais agudas críticas. Mas o atíção de paixões não faz aumentar o número de mercadorias. São precisas avaliações frias, conclusões ponderadas, passos práticos. É precisamente isto que os soviéticos esperam de nós.

O que se passa realmente?

Se recorreremos à estatística, fazendo a comparação não dos índices de valor, mas dos naturais, torna-se evidente um certo dinamismo quanto a muitos produtos alimentares e mercadorias de consumo corrente.

Por exemplo, a produção média anual de cereais, comparada com o quinquénio anterior, aumentou 26,6 milhões de toneladas. Isto é um crescimento considerável. Aumentou igualmente a produção de carne em peso de abate em 2,5 milhões de toneladas, e, em taxas menores do leite, baterraba sacarina, girasol. Cresceu a produção de tecidos, roupas de lã, televisores a cores, gravadores, frigoríficos, máquinas de lavar, de outros electrodomésticos. Começa a dar os primeiros resultados a reconversão dos ramos da defesa: entre Janeiro a Maio deste ano a produção de mercadorias de consumo corrente nas empresas destes ramos aumentou 22%.

Tudo isso se reflectiu na venda de mercadorias. Se no passado o seu crescimento anual médio foi de 10-12 mil milhões de rublos, no quinquénio presente atingiu 20 mil milhões de rublos e, no ano passado, 38 mil milhões. O consumo *per capita* de muitos produtos alimenta-

buição laboral, ao talento, iniciativa e criatividade do homem. Mas somos decididamente contra a estratificação baseada em rendimentos não provenientes do trabalho ou privilégios ilegais.

## A formação dos preços

Uma questão particular é a questão dos preços. Depois da discussão no Soviete Supremo da URSS, o governo reelabora agora as suas propostas tendo em conta as críticas feitas, em primeiro lugar, sobre a reforma dos preços. Espero que seja encontrada uma solução ótima.

Da nossa parte, gostaria de sublinhar que a revisão dos preços de venda a retalho não pode começar sem mecanismos bem pensados e elaborados de **defesa social**, que excluam o abaixamento do nível de vida do povo.

Penso que a crítica por parte da sociedade e por parte de deputados — debruço-me sobre esse problema porque ele provocou muitos debates na sociedade — demonstrou que não foram analisadas até ao fim a lógica, a tática, as prioridades e a sucessão de passos a dar no caminho do mercado. Como resultado, o problema dos preços tornou-se quase a questão principal. Dir-se-ia que era a única medida a tomar para começar a passagem ao mercado.

E o ponto central no conjunto de medidas ligadas à passagem ao mercado. Devemos tudo fazer para que as pessoas estejam certos em que nessa difícil etapa de passagem a novas formas de actividade económica serão protegidos no plano social, vendo garantidos os seus interesses.

Quando da passagem para o mercado, é preciso destacar as medidas prementes. Nada impede que hoje se comece a transformação das empresas públicas em empresas anónimas, que se crie a base real da liberdade de iniciativa empresarial, que se arrende ou venda as pequenas empresas, lojas, que se inclua na esfera da compra-venda a habitação, acções e outros valores, assim como parte dos meios de produção.

É preciso acelerar a criação de bolsas de mercadorias e valores, reformar o sistema bancário, pôr em acção a política de juros, criar condições para o aparecimento de uniões e produções concorrentes, de pequenas e médias empresas, principalmente na esfera do fabrico de produtos de consumo corrente.

No que respeita às estruturas de gestão, é preciso pô-las em conformidade com a economia de mercado. Estrategicamente, devemos ir pela via da liquidação dos ministérios de ramos concretos e, nos tempos mais próximos, reduzir já o seu número. É necessário separar ao máximo a actividade económica das empresas da gestão administrativa, do diktat dos departamentos.

O facto da soberania das repúblicas e do Poder Local adquirir um conteúdo económico real tem particular importância para a formação de um novo modelo económico de sociedade. Nos últimos tempos, tendo por pano de fundo fenómenos de crise cada vez maiores, começaram a aumentar as tendências para o isolamento económico. Tem lugar a quebra dos laços existentes entre as regiões, a sua naturalização. Estes processos negativos são ataçados pelos anseios separatistas, utilizados pelos círculos nacionalistas.

Somos adeptos de que, no novo Tratado da União, seja precisamente definida a esfera dos direitos económicos das repúblicas, os princípios das suas relações mútuas no complexo económico único. Além disso, não se deve limitar a liberdade económica das empresas. Não se pode permitir a substituição do diktat dos departamentos federais pelo diktat dos departamentos das repúblicas. Os laços directos entre empresas autónomas devem ser a base da economia, as associações de que as próprias empresas e colectivos de trabalhadores tenham necessidade.

A unidade, a integridade da nossa economia é uma condição indispensável da formação de um verdadeiro mercado nacional. O seu reforço, a libertação do monopolismo são tarefa de primordial importância. O interesse económico das repúblicas e regiões na integração é um factor constantemente actuante e promotor. Quem se opõe a isso, comete um erro.

Quero debruçar-me sobre o **problema ecológico**. Aqui, a situação é dramática e, em algumas regiões, crítica. Infelizmente, as medidas até agora tomadas mostraram ser pouco eficazes, não travaram a deterioração da situação ecológica no país.

Devemos abordar este problema de forma nova. Antes de tudo, é preciso aumentar a responsabilidade das próprias empresas, pôr completamente em acção os direitos e poderes das repúblicas federadas e dos órgãos de Poder Local, estabelecer o mais rígido controlo estatal e social pelo respeito da legislação de protecção da natureza. Ao mesmo tempo, são necessárias acções coordenadas para defender a natureza: isto também deve ser fixado no Tratado da União. Outra tarefa é unir os recursos intelectuais e materiais, nomeadamente a nível internacional, para a salvação ecológica da Terra. Tudo isso deve fazer parte do programa nacional ecológico que está em vias de elaboração.

## Internacionalização da economia

O saneamento da economia soviética depende, em grande parte, da forma como ele for incorporada no sistema da **divisão internacional do trabalho**. Este processo não é simples. Será preciso fazer muita coisa para modernizar a nossa economia, aproveitar novas tecnologias, aumentar a produtividade do trabalho, garantir o fabrico de mercadorias competitivas.

Mas sem dúvida que o principal é o avanço para a convertibilidade do rublo. Até aos últimos tempos, falava-se disto como de uma perspectiva longínqua. Entretanto, a solução desta tarefa não pode ser adiada. São precisos estímulos potentes para a exportação, obstáculos na via das importações ineficazes, do aumento da dívida externa. É preciso criar condições mutuamente vantajosas para a atracção do capital estrangeiro.

As tarefas ligadas à transição para o mercado e o ingresso nos laços económicos mundiais apresentam altas exigências à nossa actividade no campo da política económica externa. É preciso dizer que, nos últimos tempos, temos prestado muita atenção a estas questões, formulámos princípios políticos correctos, fizemos mudanças consideráveis nesta esfera. Mas há

sérias faltas no trabalho dos departamentos ligados à actividade económica externa.

Claro que na situação geral se reflectiu a queda brusca dos preços mundiais das matérias-primas, antes de tudo do petróleo. Isto levou a que os nossos rendimentos em moeda convertível se tenham tornado duas vezes menores. Nestas condições, foi necessário tomar grandes medidas, tanto no campo das exportações como no das importações. Mas isso não se passou sem consequências, o que não podemos deixar de sentir. Quanto à modernização da metalomecânica, fomos obrigados a anular o acordo de aquisição de muitos equipamentos. Isso influiu também no mercado de consumo, já que no passado utilizámos parte considerável de reservas de divisas para encher o nosso mercado de artigos.

Actualmente, o Governo prepara propostas sobre todo o leque de problemas ligados à actividade económica externa. Trata-se do alargamento dos laços com os países capitalistas, da passagem para os preços mundiais e pagamentos em moeda convertível no CAME. Isto diz respeito também à reconsideração e introdução de correcções na nossa cooperação com os países do Terceiro Mundo.

Tudo é assim, mas a situação vai mudar. A saída para o mercado mundial, a entrada da URSS nos laços económicos mundiais exigem a mudança radical do pensamento, nas atitudes dos nossos quadros, grandes conhecimentos, perspectivas, capacidade de trabalhar de forma nova. Vemos com frequência tudo reduzir-se a um problema: dá-nos 3,5 ou 10 por cento das reservas de divisas para que as possamos vender no mercado e comprar aquilo que queiramos. À primeira vista tudo parece ser natural e simples. Mas se virmos nisso o sentido da *perestroika* da actividade na esfera das relações externas, não percebemos nada do que se passa. Há que reorientar os quadros no plano profissional, transformar a sua mentalidade e ensinar a trabalhar de outra maneira. Por enquanto, dedicamos atenção claramente insuficiente a este aspecto da questão e isto trava a *perestroika* da actividade económica externa, em muitos casos, provoca perdas directas.

Mais, se as nossas empresas continuam a utilizar assim tudo o que importamos para a modernização da economia, se tudo o que adquirimos com tanto trabalho e no que gastamos moeda convertível estiver parado durante anos, estragar-se e envelhecer em vez de trabalhar para o mercado, será difícil esperar mudanças para melhor e obter a utilidade que traz a cooperação internacional na esfera da economia.

Resumindo, aqui são necessárias medidas rápidas, inadiáveis e decididas.

## problema da agricultura

Camaradas! No relatório ao XXVII Congresso e no Plenário do CC de Março, o **problema agrário** foi colocado da forma mais aguda. Foi colocado no contexto de todo o destino do campo, do destino do campesinato. Aqui está a chave para a solução da questão alimentar. Por isso nenhuma medida separada de carácter técnico e tec-

nológico foram capazes de resolver o problema. Isto agora é um facto evidente.

O facto de o partido ter ocupado posições completamente novas foi resultado de uma análise sem compromisso da história da questão camponesa e das relações agrárias, começando pela colectivização e acabando nos nossos dias. Esta análise fez-nos concluir que se deve tratar de mudanças não só directamente na esfera agrária, mas também nas relações para com o campesinato, o campo em geral, nas relações entre a classe operária e o campesinato, entre a cidade e o campo.

No fundo, voltámos ao conceito fundamental leninista da questão agrária e daí partimos para novas abordagens face ao desenvolvimento social do campo, à necessidade da troca equivalente entre os sectores fundamentais da economia, de transformações radicais das próprias relações de propriedade no campo.

Camaradas, hoje, avaliando objectivamente a situação, é preciso reconhecer que estas decisões de princípio não foram reforçadas com a actividade prática adequada nem a nível governamental, nem ao nível dos órgãos das repúblicas e das regiões.

Compreendo o que leva hoje os camponeses a terem um estado de espírito tão crítico e categórico. O campo necessita realmente de medidas sérias no que respeita a melhoramentos sociais e ao reforço da base técnico-material das economias. Neste Congresso é preciso elaborar uma posição a este respeito. Devemos reconhecer a justeza de os camponeses, nos mais diversos foruns sociais, levantarem a questão da necessidade de prestação de grande ajuda financeira e material ao campo, ao sector agrário.

## Alterar os métodos

Como fazer isto? Já nos habituámos a fazer assim: dá, redistribui, concede ao orçamento! Semelhante método de distribuição administrativa é já inaceitável. É preciso resolver o problema do renascimento do campo com métodos económicos: estabelecimento de troca equivalente entre cidade e campo; criação de prioridades económicas e sociais para o campo, o complexo agro-industrial em geral; desmonopolização da indústria que produz técnica agrícola e criação de sistemas de máquinas que correspondam às necessidades das formas variadas de actividade económica. Devem ser aprovados os actos legislativos e decretos do governo necessários, cuja realização garantirá uma transfusão considerável de capital para o desenvolvimento do campo.

Proponho que esta questão seja colocada no Soviete Supremo da URSS como iniciativa legislativa. A sociedade deve ir em ajuda do campo.

Por outro lado, quero sublinhar que nenhum outro ramo da economia precisa tanto de liberdade económica, de um verdadeiro meio de mercado como o nosso campo, como o sector agrário. É preciso fazer tudo para que essa liberdade seja concedida.

O Plenário do CC de Março colocou como tarefa fulcral a reestruturação radical das relações de produção no campo, sem o que é impossível a liberdade económica.

Hoje, quero afirmar uma vez mais: se aqui não foram alteradas as relações económicas, se não forem introduzidos novos estímulos para o trabalho camponês, se não se mudar a própria situação do camponês, se ele não se tornar o verdadeiro dono da terra, nenhuns investimentos ajudarão. Devemos reafirmar no Congresso o empenho na política apontada pelo Plenário de Março.

## Os kolkhozes e sovkhoszes

A isto está ligada uma questão que já é tema não só de discussão, mas de autênticas especulações. Trata-se da atitude de face aos **kolkhozes e sovkhoszes**. Chega-se mesmo a afirmar que a nova política agrária põe em dúvida a sua própria existência. Mas o seu sentido consiste em estabelecer possibilidades iguais para todas as formas de cultivo da terra. Que cada uma delas mostra a sua vivacidade e eficácia, esta é a nossa posição fundamental. E claro que recusamos a exigência de «descolectivização total».

Estou convencido de que merecem de todo o apoio os **kolkhozes e sovkhoszes** que trabalham bem, melhoram no plano social, garantem aos camponeses dignas condições de vida. Claro que eles continuarão a ser parte integrante do campo soviético em renovação. Os **kolkhozes e sovkhoszes** que durante décadas realizaram uma actividade económica negligente, dão prejuízo, vivem à custa de dotações e o seu aparelho de gestão, não obstante, dificulta a reforma das relações de propriedade e a aplicação de novas formas de actividade económica, semelhantes economias devem ser radicalmente transformadas.

Mais uma questão actual: a Reforma Agrária. Devo dizer abertamente que a Lei da Terra, por enquanto, não funciona. Ela esbarra não só na estrutura de gestão formada, na posição do aparelho administrativo-económico, mas também na velha psicologia, nos estereótipos empedernidos que se formaram devido à «descamponização», à alienação do trabalhador em relação à terra e meios de produção, ao salário garantido independentemente dos resultados finais.

Camaradas, tudo isto é muito sério e há a necessidade premente de tomar medidas decididas. Claro que ninguém propõe o «arrendamento total» à semelhança da «colectivização total». Espero que ninguém ainda chegou a pensar em fazer planos de criação de colectivos de arrendamento. Seria uma repetição da grande tolice que nos causou grandes perdas e desgraças que nos continuam a atormentar. A questão fulcral reside na criação do mecanismo de realização da Lei da Terra. A propósito, os operários agrícolas colocam esta questão de forma aguda e, principalmente, os rendeiros, numerosos gestores e especialistas. É preciso eliminar todas as barreiras na via dos que queiram livremente dedicar-se à agricultura. A Lei da Terra deve ser rigorosamente cumprida, devem ser principalmente utilizados os novos poderes dos Sovietes. Isto é um dever directo seu.

Quero informar que a Reforma Agrária será analisada numa das próximas sessões do Conselho Presidencial. ■

Tradução da agência Novosti  
Subtítulos da responsabilidade  
da Redacção do «Avante!»

**Poupanças**

Não satisfeito com a imposição que fez aos professores coagindo-os a uma poupança de 20% no orçamento das escolas para o próximo ano lectivo (o que as obrigou a concentrar turmas e a extinguir outras, para só falarmos de problemas mais gordos), o Ministério da Educação tenta, mais uma vez, poupar algum dinheiro à custa dos professores ao obrigá-los agora, por via de uma circular oriunda do GEP, a comprar um impresso-questionário ao qual terão de responder e que substituirá um outro já existente em cada processo individual e normalmente fornecido, grátis, aos professores no início do ano lectivo. Quem denuncia o caso é o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que relembra que «uma das prioridades do programa do actual Governo era, precisamente, a Educação, para a qual seriam desbloqueadas verbas que permitiriam dignificar a profissão docente e o ensino em geral».

Não se pode ser mãos-largas em tudo, né? Quando se gasta tanto em promessas, há que poupar nos factos...

**Combustíveis**

A Comissão das Comunidades Europeias decidiu suspender até Outubro o envio ao Tribunal de Luxemburgo do dossier relativo à adaptação do mercado petrolífero português às regras da livre concorrência, dada a intenção expressa pelo Governo de Cavaco Silva em alterar o actual regime fiscal em vigor no nosso País, que é de um elevado proteccionismo.

Até lá continuaremos a ser os campeões do preço dos combustíveis; depois disso o Governo há-de arranjar maneira de continuarmos a largar rios de dinheiro para os cofres do Estado — nem que seja o Estado dos outros...

**Fragatas**

Segundo as contas feitas pelo semanário «O Jornal», simples manutenção das três fragatas «Meko» adquiridas à RFA com helicópteros da Grã-Bretanha custará, ao erário



público, a incrível soma de um milhão de contos/mês, para não falar das revisões que terão de ser feitas de cinco em cinco anos e que atingirão as muitas dezenas de contos; acontece que estas armas — das mais sofisticadas na sua categoria — vão ser utilizadas pela NATO num quadro que não tem nada a ver com os interesses concretos portugueses, nomeadamente o tão urgente patrulhamento costeiro (feito por lanchas muito menores e infinitamente mais baratas) que trave a autêntica depredação dos nossos recursos marítimos levada a cabo pelos «parceiros» comunitários, em especial os espanhóis.

Isto tudo quando a generalidade dos países desenvolvidos (e nossos parceiros, tanto na NATO como na CEE) aproveitam o desanuiamento para reduzir despesas militares. Pelos vistos os nossos Governos — com particular

realce para o actual — já não se contentam em pôr Portugal a seguir docilmente os ditames norte-americanos; agora até lhes pagam os belicimos... enquanto eles tratam de poupar.

**Massa cinzenta**

Considerando que «é preciso pôr a massa cinzenta portuguesa ao nível da europeia», o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, explicou a nossa deficiência neste sector pelo facto de «o desenvolvimento tecnológico e as actividades de investigação e desenvolvimento terem sido, financiadas até agora, em grande parte pelo Estado», coisa que tem de passar, segundo ele, para a alçada (e a bolsa) dos institutos de investigação e as indústrias. Os dinheiros públicos entretanto utilizados para este fim deverão, ao que supomos, pela prática deste

Governo, passar para as mãos dos industriais, como «incentivo». Isto é que é massa cinzenta... e do mais fino quilate europeu.

**Estranhesas**

Krus Abecasis tomou posse como líder do CDS/Lisboa e o evento deu festa; quem diz discurso e vai daí Basílio Horta, do alto dos seus aflitivos 4% eleitorais, tratou de zurzir o apoio do PSD à recandidatura de Mário Soares em detrimento de um apoio a um candidato mais próximo quer do PSD, quer do CDS, considerando ainda «estranho e eticamente condenável» que, apesar desse apoio público, o Primeiro-Ministro «abra frentes de batalha em todos os campos contra o Presidente da República».

Só discordamos ligeiramente do dr. Basílio Horta: não há dúvida que o comportamento do PSD é «eticamente condenável», mas isso não tem nada de estranho...

**Pontos Cardeais**

**Gazetilha**  
por Ignotus Sum

**Simples!**

Governo quer dar, quer dar, mas sem dar mostras de o querer. Pra dar e legalizar o que é que ele há-de fazer?

— Eureka! — grita ele então — Já descobri o recurso já achei a solução: é simples, abro um concurso...

**Panorama**

Os Estados Unidos, os jornais dão fé, estão preocupados com a CEE.

A CEE essa então está preocupada com o Japão.

Os Sete grandes, sorridentes todos, preocupam-se entre si, de vários modos.

A França não brinca com os carcanhóis está preocupada com os espanhóis.

Na Inglaterra diz-se que eles são reféns do marco, e preocupam-se com os alemães.

A indústria alemã preocupa-se, com certeza, com a agricultura francesa.

E na corda da «boa vizinhança» a longa faca dança, dança, dança...

**Que mercado?**

O rico dá pontapé o pobre fica humilhado. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado».

Matam-se amanhã de fé no jovem desocupado. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado».

Sobe na droga a maré há coca por todo o lado. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado».

O falso veste a libré pra ter o melhor bocado. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado».

Todo o lucro ao jacaré a insónia ao desempregado. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado».

As migalhas à ralé a fartura ao instalado na pocilga do curral. Pois é, pois é. Isso é que é a «economia do mercado» do mercado liberal.

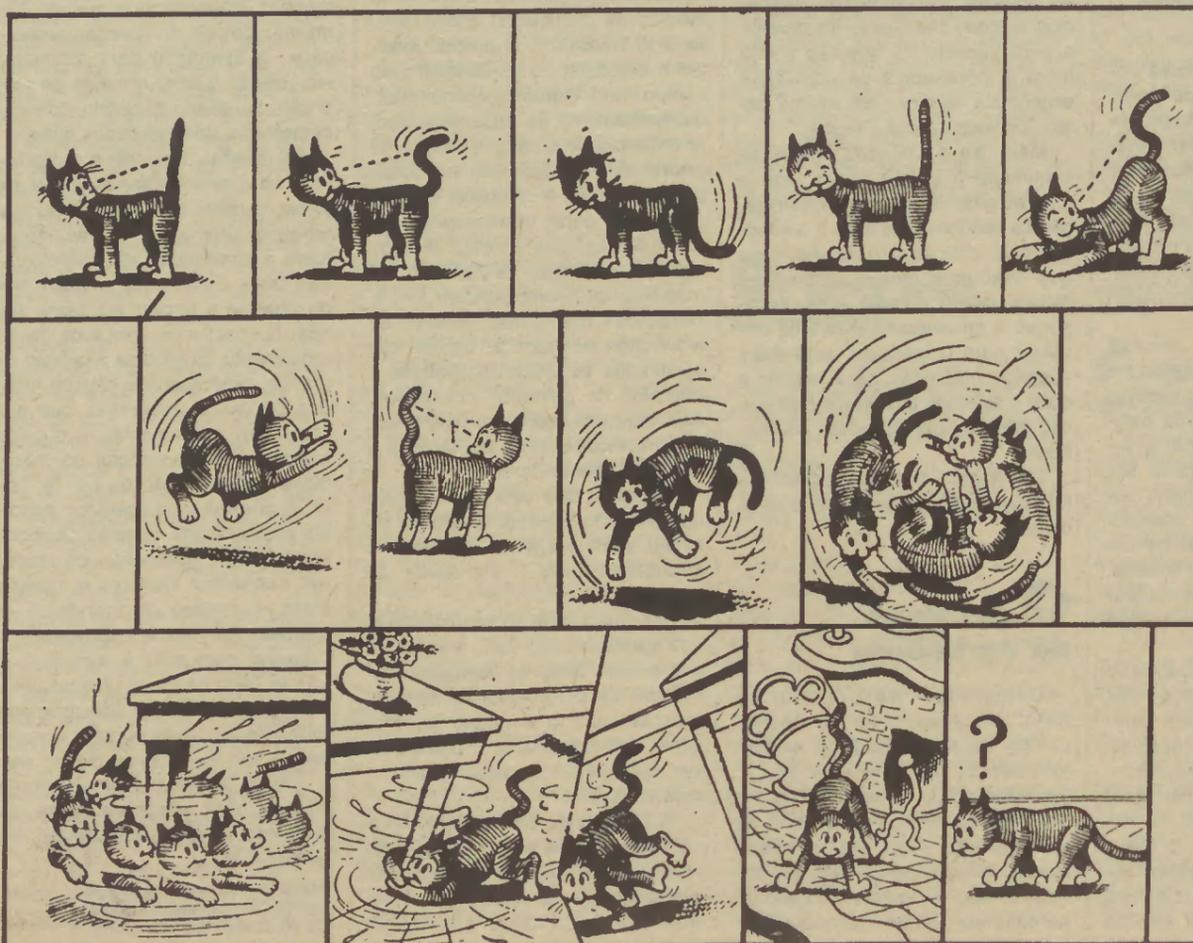
**...E ainda há mais!**

Não é que eu seja velho. Nada disso. Mas já tenho da vida alguma ciência e à força da vivida experiência tornei-me brutalmente malhadoço.

Eu vi na corrupção tanto serviço a nível da mais alta competência que cheguei a pensar ter tal demência atingido a maior do rebuliço.

Caí por mim abaixo quando li num jornal que, o que anda por aí, é um pobre milho que aos pardais se déu.

Não tarda — e então sim, haverá moessa — que se abra a sério a caça à peça grossa... O que é que inda virá, pergunto eu...



# Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII  
N.º 866  
26 de Julho de 1990  
4.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente



## Porto

### UMA GRANDE NOITE DE FADO

**JANTAR**  
• arroz de cabidela  
• vinho/pão  
• sobremesa (tudo da época)

**SERVIÇO DE BAR PERMANENTE**  
• caldo verde  
• choupão assado  
• várias bebidas

**TOMBOLA**  
• brindes sensacionais

Preço:  
espectáculo 500\$00  
com jantar 1.200\$00

Espectacular elenco de fadistas e guitarristas

SÁBADO • 28 DE JULHO • A PARTIR DAS 20 HORAS  
ESPLANADA DO C.T. DE BARÃO DE S. COSME

## TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO

N.º Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de

**Esc. 1000\$00**  
(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa da «Avante!»

de de 19

O Secretariado do Comité Central do PCP

## Nosso O Terreno para a Festa Avante!

Adquira Títulos de Participação, interesse na sua subscrição cada um dos seus amigos, promova a sua aquisição.  
São Títulos apropriados às posses e à disposição dos subscritores. Vão dos 1000 aos 5000, 10 000, 25 000, 50 000 e 100 000 escudos.  
E no próximo futuro a Festa do «Avante!» brilhará como nunca no terreno que é nosso. De que não mais receberemos «ordem de despejo».  
Os Títulos de Participação (oferta), poderão ser adquiridos através das organizações do PCP. Mas, se o desejar, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 Lisboa Codex, em troca dos quais enviaremos os correspondentes Títulos.

(Da carta-apelo da comissão coordenadora nacional da campanha.)

## Festa-convívio no Couço

(Terreno do novo CT)  
Sábado, 28 de Julho

A partir das 16 horas: Torneio de chinquillo e sueca.  
À noite: espectáculo com o Grupo de Danças e Cantares Jovens da URSS, Núcleo de Pioneiros do Couço, fadistas amadores do concelho. Baile.

Intervenção sobre a situação política por  
**Carlos Carvalhas**

## festa da unidade 90

28 e 29 JULHO  
S. Pedro da Cova

MÚSICA POPULAR  
TÔMBOLA  
FADOS E GUITARRADAS  
COMES E BEBES  
RANCHOS FOLCLÓRICOS  
VÍDEO GIGANTE  
ESPECTÁCULOS

## JCP

Domingo, 29 de Julho

## Festa juvenil em Vila Pouca de Aguiar

Barragem do Alvão

Convívio  
música  
jogos populares

# TV **O Programa**

**Quinta** 26

**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez (inclui «Os Marretinhas»)



12.05 - A Gata Comeu (56º epis.)  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Um Anjo na Terra (52º epis.)  
14.20 - Pescadores (4º epis.)  
14.40 - White Lion  
15.40 - Casa de Irene (61º epis.)  
16.10 - Derrick (24º epis.)  
17.00 - O Mundo Animal (15º epis.)  
17.30 - Brinca Brincando  
18.30 - Os Marretinhas (17º epis.)  
19.00 - Jogo de Cartas  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Roda de Fogo (24º epis.)  
21.15 - Um Espião no Purgatório (9º epis.)  
22.15 - Luta pela Democracia (2º epis.)  
23.15 - Murphy Brown (16º epis.)  
23.50 - 24 Horas  
00.20 - Remate

**RTP2**

14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Espaço Infantil  
14.45 - Filhos e Filhas (519º epis.)  
15.10 - Agora, Escolha!  
16.35 - Os Centuriões (16º epis.)  
17.00 - Jogos da Amizade  
18.30 - Meu Pé de Laranja Lima (151º epis.)  
19.05 - Espaço Infantil  
19.55 - Via Rápida  
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco» (8º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Emoções (26º epis.)  
21.55 - Hora da Verdade  
23.00 - O Processo Franchise (2º epis.)  
23.30 - Universidade Aberta

**Sexta** 27

**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Gloss (últ. epis.)  
14.20 - O Mar e a Terra (4º epis.)  
14.45 - Guns and Roses with Great White  
15.40 - Casa de Irene  
16.10 - Os Amores de Napoleão e Josefina (4º epis.)  
17.00 - O Mundo Animal  
17.25 - Juntos e ao Vivo  
18.30 - Os Marretinhas  
19.00 - Jogo de Cartas

19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico



20.15 - Roda de Fogo  
21.15 - Wolf (3º epis.)  
22.15 - A Magia de Paul Daniels  
23.15 - Chefe, Mas Pouco (24º epis.)  
23.45 - 24 Horas  
00.15 - Remate  
00.30 - Pela Noite Dentro - «Os Onze Implacáveis Meninos do Coro», real. Robert Aldrich (EUA/1977, 119 min.)

**RTP2**

14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Espaço Infantil  
14.45 - Filhos e Filhas  
15.10 - Agora, Escolha!  
16.35 - Jogos da Amizade 1990  
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.15 - Espaço Infantil  
19.55 - Via Rápida  
20.05 - As Cidades e as Terras  
20.30 - Bucha e Estica (16º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - D. Belja (44º epis.)  
23.00 - Rotações  
24.00 - Haja Música

**Sábado** 28

**RTP1**

09.00 - TV Rural  
09.25 - Meu Querido Sábado  
13.00 - Notícias  
13.10 - Anderson, Wakeman Brudford, Howe  
14.00 - Os Espectaculares Records Guinness  
14.25 - O Barco do Amor (10º epis.)  
15.20 - Vivamúsica



16.05 - Sessão da Tarde - «Viagem dos Malditos», real. Stuart Rosenberg (EUA/1976, 149 min.)  
18.20 - Ouro Negro (1º epis.)  
19.10 - Nem o Pai Morre Nem a Gente Almoça (3º epis.)  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.30 - Poirot (10º epis.)  
22.35 - The Earth Day Special  
00.40 - Cinema da Meia Noite - «Com o Meu Filho, Nunca», real. Michael Tuchner (EUA, 100 min.)

**RTP2**

09.00 - Universidade Aberta  
10.15 - Caminhos  
10.50 - Zona Jazz  
11.40 - Um Lar para os Animais  
12.30 - Documentário - «A Arte no Mundo das Trevas»  
13.20 - Tauromaquia  
13.45 - Cine-Sábado - «Consciências Mortas», real. William Wellman, interpr. Henry Fonda, Dana Andrews, Anthony Quinn (EUA/1943, 72 min.)  
15.00 - Estádio  
19.00 - Primeiro Jornal  
19.15 - Canção de Coimbra Anos 80 (3º epis.)  
19.45 - O Assalto ao Comboio Correio (3º e últ. epis.)  
21.05 - S. Remo em Liberdade (1ª parte)  
22.40 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

**Domingo** 29

**RTP1**

09.00 - Domingão  
11.30 - 70x7  
12.00 - Missa  
13.00 - Notícias  
13.10 - Espaço 1999 (23º epis.)  
14.00 - Oito e Oitenta (6º progr.)  
15.20 - Primeira Matinée - «O Pelotão Chanfrado», real. Ivan Reitman (EUA/1981, 95 min.)  
17.10 - The Rolling Stones  
18.55 - McGyver (44º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.40 - Querido John (18º epis.)  
21.20 - O Quinto Missil (3º epis.)  
22.05 - Domingo Desportivo  
22.55 - Saga da Canção Francesa

**RTP2**

09.00 - Música n'América  
10.00 - Troféu  
12.00 - Espaço Infantil  
12.40 - Novos Horizontes  
13.00 - Troféu  
19.00 - 3ª Corrida da TV/ Açores  
21.30 - Cineclubes - «O Grande Escândalo», real. Howard Hawks, interpr. Gary Grant, Rosalind Russell (EUA, 89 min)



23.00 - Artes e Letras - «Van Gogh»  
24.00 - Lusitânia Expresso

**Segunda** 30

**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Sete Filhos (3º epis.)  
14.20 - A Água e a Vida (6º epis.)  
14.45 - Elton John Live 89 (1ª parte)  
15.55 - Buck Rodgers no Séc. XXV (5º epis.)  
17.00 - O Mundo Animal  
17.25 - Brinca Brincando  
18.30 - Os Marretinhas



19.00 - Especial Volta a Portugal em Bicicleta  
19.25 - Jogo de Cartas  
20.00 - Telejornal  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.50 - Roda de Fogo  
21.50 - Jogos Sem Fronteiras  
23.25 - Histórias de Duas Cidades (2º epis.)  
00.30 - 24 Horas  
01.00 - Remate

**RTP2**

14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Espaço Infantil  
15.00 - Filhos e Filhas  
15.25 - Agora, Escolha!  
16.50 - Fora de Horas  
17.00 - Jogos da Amizade 1990  
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.05 - Espaço Infantil  
19.55 - Via Rápida  
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Acerto de Contas  
22.00 - Ópera - «Regresso de Ulisses à Pátria», de Monteverdi, enc. Jean-Pierre Ponnelle, prod. Ópera de Zurique

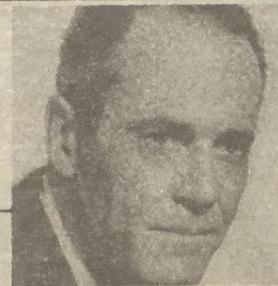
**Terça** 31

**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Dailas  
14.15 - Rotas do Extremo Ocidente (2º epis.)  
14.40 - Carry Careton  
15.40 - Desenhos Animados  
16.05 - Pais e Filhos (5º epis.)  
17.00 - O Mundo Animal  
17.30 - Brinca Brincando  
18.30 - Os Marretinhas  
19.00 - Especial Volta a Portugal  
19.30 - Jogo de Cartas  
20.00 - Telejornal  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.50 - Roda de Fogo  
21.45 - Clube dos Subscritores  
22.15 - Primeira Página  
23.20 - Saracen (3º epis.)  
00.25 - 24 Horas  
00.50 - Remate

**RTP2**

14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Espaço Infantil  
14.50 - Filhos e Filhas  
15.15 - Agora, Escolha!  
16.35 - Os Novos Caça-Fantasmas (35º epis.)  
17.00 - Jogos da Amizade 1990



**Filmes**

«Os Onze Implacáveis Meninos do Coro» - 6ª, 00.30, RTP-1  
«Consciências Mortas» - sáb., 13.45, RTP-2  
«Viagem dos Malditos» - sáb., 16.05, RTP-1  
«Com o Meu Filho, Nunca!» - sáb., 00.40, RTP-1  
«Pelotão Chanfrado» - dom., 15.20, RTP-1  
«O Grande Escândalo» - dom., 21.30, RTP-2  
«Edipo Rei» - 3ª, 21.50, RTP-2  
«Star Trek II» - 4ª, 22.05, RTP-1

**Ópera**

«Regresso de Ulisses à Pátria» - 2ª, 22.00, RTP-2

**Música**

Quinta  
14.40, RTP-1: White Lion  
19.55, RTP-2: Via Rápida

**Sexta**

14.45, RTP-1: Guns And Roses  
16.35, RTP-2: Magazine Musical  
19.55, RTP-2: Via Rápida  
24.00, RTP-2: Haja Música

**Sábado**

13.10, RTP-1: Anderson, Wakeman, Brudford e Howe  
15.25, RTP-1: Vivamúsica  
19.15, RTP-2: Canção de Coimbra Anos 80  
21.05, RTP-2: S. Remo em Liberdade  
22.35, RTP-1: The Earth Day Special

**Domingo**

09.00, RTP-2: Música n'América  
17.10, RTP-1: The Rolling Stones  
22.55, RTP-1: Saga da Canção Francesa

**Segunda**

14.50, RTP-1: Elton John  
19.55, RTP-2: Via Rápida

**Terça**

14.40, RTP-1: Carry Careton  
19.55, RTP-2: Via Rápida

**Quarta**

14.45, RTP-1: Bob Dylan  
19.55, RTP-2: Via Rápida  
00.35, RTP-1: Madonna em Barcelona

**Desporto**

Remate - RTP-1, 5ª (00.20), 6ª (00.15), 2ª (00.30), 3ª (00.50)  
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.05  
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 13.00

18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.05 - Espaço Infantil  
19.55 - Via Rápida  
20.05 - Ruas de S. Francisco  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Cinemazine  
21.50 - Cinemadols - «Edipo Rei», real. Pier Paolo Pasolini (EUA/1967, 100 min.)

**Quarta** 1

**RTP1**

09.00 - Bom Dia  
10.00 - As Dez  
12.05 - A Gata Comeu  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Clínica Geral (20º epis.)  
14.20 - Estrada Larga (5º epis.)  
14.45 - Bob Dylan - «Hard Handle»  
15.45 - A Casa de Irene  
16.15 - Acção em Miami (4º epis.)  
17.05 - O Mundo Animal  
17.30 - Brinca Brincando  
18.30 - Os Marretinhas  
19.00 - Especial Volta a Portugal  
19.30 - Jogo de Cartas  
20.00 - Telejornal  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.50 - Roda de Fogo  
21.45 - Vamos Jogar no Totobola  
22.05 - Lotação Esgotada - «Star Trek II: A Ira de Khan», real. Nicholas Meyer (EUA/1982, 109 min.)  
00.25 - 24 Horas



00.35 - Madonna - Concerto em Barcelona (transmissão em diferido)

**RTP2**

14.00 - Primeiro Jornal  
14.30 - Espaço Infantil  
15.05 - Filhos e Filhas  
15.20 - Agora, Escolha!  
16.30 - O Liceu Degraasi (16º epis.)  
17.00 - Jogos da Amizade 1990  
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima  
19.05 - Espaço Infantil  
19.55 - Via Rápida  
20.05 - Ruas de S. Francisco  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Fuga do Desespero (Série, 1º epis.)  
22.25 - Serviços Secretos Americanos (4º epis.)  
23.15 - Desfile da Moda Italiana

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. O Baile, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. O Regresso de Bucha e Estica, encen. Mário Viegas.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De

3ª a dom. às 20.30 e às 23. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

**CASCAIS**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. Rei Lear, de Shakespeare, enc. Carlos Avilez, pelo TEC

**PORTO**

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3ª a

sáb. às 21.30, dom. às 16 e 21.30. Anfiteatro ou Júpiter e Alcmena, de António José da Silva, encen. Moura Pinheiro, produção conjunta Tear/Os Comediantes.

Collseu. 3ª a 6ª às 21.45, sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. A Severa.

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Ata-me!	—	★★	—	★★★
<b>B</b>	Cookie	—	★★	—	★★
<b>C</b>	Na Corda Bamba	—	★★	—	—
<b>D</b>	Sonhos	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Pedro Almodovar — Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Susan Seidelman — Quarteto/3 (15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. John Badham — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Império (15.30, 18.30, 21.30); Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

# Exposições



António Areal

LISBOA

**António Areal** - exposição retrospectiva (1934-1978). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4.º e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2.ª). Até 9/9.

**Arte Suíça Contemporânea**. Fundação Gulbenkian/CAM (galerias de exposições e parque). 4.º e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2.ª). Até 9/9.

**Azulejos do Metro** - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaleiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

**No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

**Colectiva** - Pintura de Augusto Barros, Gracinda Candelas, Jean Miotte, Roland Bouvier, Tomás Mateus. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 28/7).

**Colectiva de Arte Contemporânea**. Galeria Miron, R. do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 31/7).

**Colectiva de Gravura** - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

**Colectiva de Pintura** («A natureza-morta é um revivalismo?»). Galeria Artebruta, Rua do Século, 104-114. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.

**Colectiva de Verão** (pintura) Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 28/7).

**Daniel Blaufuks** - Fotografia. Ether, R. Rodrigo da Fopnseca,

25. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/7).

**Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

**Eduardo Luiz** - retrospectiva de pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. 4.º e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2.ª).

**Evocação de Ivone Silva**. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2.ª). Até 14/8.

**«O Jazz em França: dos anos vinte aos nossos dias»** - fotodocumental. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7).

**João Martins** - Aguarelas. Galeria Moira, Rua Nova da Piedade, 33. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 2/8).

**Jovens Pintores** - Concorrentes ao Prémio Socp. Galeria Socp, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20 (até 30/7).

**Luís Camacho** - Pintura e escultura. Galeria Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/7).

**«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa»** (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

**Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2.ª das 15 às 19.30, 3.ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

**Pedro Morais** - Desenho e pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (até 11/8).

**Rocha Mendes** - Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7).

**Saldanha da Gama** - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

**Um Século de Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3.ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

**Severin Muller** - Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 20 (até 30/7).

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

**Thomas Ianelli** - Pintura. Galeria Zen, Campo Grande, 111 (até 28/7).

**Vítor Ribeiro** - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

PORTO

**«A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro»** - documentos originais (séc. XII-XIX), pinturas, gravuras. Casa do Infante, Rua da Alfândega, 8. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 17.30, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30.

**Arte Contemporânea de Moçambique** - colectiva de 9 artistas moçambicanos. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30 (até 30/7).

**Arte Efémere na Paisagem** - exposição de espantalhos. Parque de Serralves (até 29/9).

**Gilberto Zorio** - Esculturas recentes. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977 (até 2/9).

**Graça Martins** - «O Negro Pó da Grafite», desenho. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30 (até 30/7).

**Isabel Moniz** - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 26/7).

**José Barrias** - Esculturas e desenhos; Cerâmicas dos Antigos Povos da Amazônia. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

**Pedro Tudela** - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2.ª a sáb. das 15 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

**João Cutileiro** - «Cavaleiros», esculturas. Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCIL, Ilda Pombela - Pintura e desenho. Galeria da Casa Museu dos Patudos, das 14 às 17.30 (até 12/8) ALPIARÇA

**Mafalda Justino Alves** - Fotografia. Junta de Freguesia (até 5/8) ALVERCA

**Henrique Pichel** - Pintura. Galeria Múltiplo, Centro Comercial Solmar (até 27/7) ESPINHO

**Jovens Artistas Portugueses** - Colectiva de pintura, escultura e cerâmica. Galeria Arcada, Arcadas do Parque (até 30/7) ESTORIL

**Fernando Carvalho** - Pintura. Agora Sim, Rua Alvaro Luz, 19 3.ª Bienal Internacional de Óbidos - pintura. Até 2/9, ÓBIDOS

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Cinemateca Portuguesa

Na sala da Cinemateca Portuguesa prossegue até sábado o ciclo «Tempo do Mundo Português», dedicado à produção cinematográfica dos anos 40. Nestes três dias, além de longas metragens mais ou menos divulgadas em anos recentes, nomeadamente na televisão (hoje, às 21.30, A Menina da Rádio, de Artur Duarte; amanhã, Os Vizinhos do Rés-do-Chão, de Alejandro Perla e Fado, de Perdigão Queiroga, respectivamente às 18.30 e 21.30; sábado, às 15.30, Sol e Tórridos, de José Bucha), exibem-se duas séries de documentários de actualidades daqueles anos: hoje às 18.30 e sábado à mesma hora.

### Jazz no Estoril

Tem lugar neste fim de semana a segunda e última série de concertos do Jazz num dia de Verão deste ano. Na sala de cinema do Casino Estoril apre-

sentam-se hoje em dois espectáculos (às 21.30 e 23.30) os New York Voices, um octeto vocal-instrumental; na sexta e no sábado os concertos realizam-se no Parque de Palmela e neles participam o Quinteto de Scott Hamilton (dia 27 às 22) e o Projazz New York All Stars (no dia 28 às 21.30).

### Mais música

A Orquestra Sinfónica de Moscovo tem programados vários concertos. No Mosteiro dos Jerónimos nos dias 26, 27 e 30, com três programas diferentes: hoje com Sequeira Costa, para interpretarem a Sinfonia n.º 1 de Prokofiev; amanhã com Artur Pizarro e ainda os cantores Elsa Seque, Lilliana Bizineche, Carlos Guilherme, José Fardilha (Mozart e Schubert); no dia 30 para executar obras de Tchaikovsky e Chostakovitch. Sempre às 21.30.

No Castelo de Palmela realiza-se mais um concerto integrado no Festival dos Capuchos: dia 29, às 21.30, com os London Brass Virtuosi.

## ESTORIL JAZZ

**CASINO ESTORIL**

QUARTETO

MARCUS ROBERTS  
JULHO 13 - 21.30 - 23.30 h

HARPER BROTHERS  
JULHO 14 - 21.30 - 23.30 h

NEW YORK VOICES  
JULHO 26 - 21.30 - 23.30 h

**PARQUE DE PALMELA CASCAIS**

QUINTETO

SCOTT HAMILTON  
COM SPANKY WILSON  
JULHO 27 - 22.00 h

PROJAZZ NEW YORK ALL STARS  
COM CLARK TERRY  
JULHO 28 - 21.30 h

JAZZ NUM DIA DE VERÃO

LISBOA: ABEP RESTAURADORES, DARCIL AV. DE OUTUBRO, DISCOTECA ARCO IRIS, C.C. ARCO IRIS, DISCOTECA ROMA AV. ROMA, AGENCIA ALVALADE, C.C. ALVALADE

CASCAIS: LIVRARIA GALILEU, DISCOTECA ROMA, AV. 25 ABRIL

ESTORIL: BILHETEIRA DO CASINO, PARQUE PALMELA (DIAS DO ESPECTÁCULO)

BILHETES PARA TODOS OS CONCERTOS EM QUALQUER DOS POSTOS DE VENDA: MUNICIPIO DE CASCAIS, ESTORIL, SOL, DIRECCAO GERAL DE ACCAO CULTURAL, SERVICIOS CULTURAIS DA EMBAIXADA DOS EUA, JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL

### Ópera na Cornucópia

«O Urso», de William Walton - uma ópera baseada na peça com o mesmo

título, de Tchekov - é apresentada no Teatro do Bairro Alto em curta série de espectáculos. Tem encenação de Luís Miguel Cintra, direcção musical de João Paulo Santos e cenários e

figurinos de Cristina Rels, e interpretação de Marina Ferreira, Jorge Vaz de Carvalho e José Manuel Coelho. Espectáculos nos dias 27 às 21.30 e 29 às 17.30.



ABELA, Eduardo - Cuba, in «Voz», semanário colombiano - 28 Junho 1990

## Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco e neblina ou nevoeiro matinal. Pequena subida de temperatura.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## As lições da vida

Os regimes totalitários podem ser tontos, mas não tanto que a si próprios se chamem... totalitários. Publicamente, gostam de passar sobre a pele um verniz de democracia. Dá sempre melhor aspecto. Recordo, por exemplo, naquela reportagem sobre a Nicarágua recentemente transmitida, aquela imagem que nos mostra o Somoza a dizer: «Sou um liberal, contra a extrema esquerda e contra a extrema direita...»

Mas, em política, para além daquilo que as pessoas dizem há aquilo que as pessoas são. Arredadas as palavras e vistos os factos, que concluímos?

Concluímos que uma visão totalitária da política se caracteriza pelo silenciamento de todas as vozes (menos as dela...) e pela erosão de todas as imagens (menos a própria...)

O primeiro passo consiste em hostilizar o partido comunista. As outras forças vêm a seguir. Destruído o paredão, depois o mar avança...

Estamos assistindo em Portugal a um processo gradual de silenciamento. Enquanto o PSD se regala com a intervenção nobre no **telejornal**; enquanto o PCP é acintosamente afastado - o PS, por sua vez, já vê as suas iniciativas remetidas para a síntese dos acontecimentos...

Vejamos o que se passa na Assembleia da República. Os deputados do PSD são sistematicamente apresentados de frente; os do PCP são sempre vistos de costas - enquanto os deputados do PS e outras forças democráticas aparecem de perfil...

Não são pequenas coisas. São factos de grande eloquência. São as lições da vida e da História. Vamos ou não vamos nós todos aprender com elas?

## O mar de rosas...

Isto vai tudo por aí num mar de rosas, com os milhões de contos da CEE a entrar nos bolsos de alguns e tantos milhões de contos a sair dos bolsos de todos...

Tudo vai bem. Mas de repente lá se descosem e aparecem à superfície umas lascas de verdade. Então se percebe o fosso que há entre as palavras e a realidade.

**Telejornal** publicou números relativos às férias dos portugueses. Não era nada daquelas sondagens que eles mandam fazer às vezes. Eram números fornecidos pelo próprio Instituto Nacional de Estatística.

Através deles ficámos a saber que nada mais, nada menos de 86 por cento dos portugueses não gozam férias.

Isto vai tão bem (segundo a palavra de Cavaco Silva) que a explicação para o facto só poderia ser uma: não gozamos férias porque não queremos, não nos apece, não estamos para aí virados. Preferimos o calor, o barulho, a incomodidade, a rotina de todos os dias. Ou, simplesmente, preferimos arranjar uns biscates para nos entretermos durante os dias de férias a que legalmente tenhamos direito...

Mas parece que não é assim. Segundo o **Telejornal**, 67% dos portugueses não passam férias por uma razão simples: não têm dinheiro...

Tem razão o Prof. Cavaco: isto vai num mar de rosas...

## Quanto custa um rico?

Mas o **telejornal** diz mais. Diz-nos dos casacos que custam 200 contos e dos automóveis que custam 20 mil contos.

E vendem-se? Que sim, que há quem compre e que está a aumentar o número dos endinheirados...

Admito. Só que o aumento do dinheiro num lado representa cada vez mais a falta dele em muitos outros lados.

Andai, ganha pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprei, vendei, agiotai. No fundo, de tudo isto, o que lucrou a espécie humana? Que há mais umas dúzias de homens ricos. E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? Cada rico custa centos de infelizes, de miseráveis.

Estas palavras são de Almeida Garrett e vêm nas **Viagens na minha terra**. Não perderam actualidade. Ofereço-as ao **Telejornal**...

## Afinal, a CIA chia...

A série **Século XX** (conjunto de excelentes documentários de grande valor cultural) dedicou a sua última emissão aos serviços secretos americanos. Assistimos à evolução da CIA desde a sua criação, por Truman, como organismo para recolher informações, até à sua constituição como organismo de espionagem, fábrica de conspirações, de atentados, de assassínios.

Tudo ali foi dito, com a maior simplicidade. Como tramaram os atentados a Lumumba, a Trujillo, a Fidel, a tantos outros. Vimos como destruíram a democracia na Guatemala de Arbenz. Assim mesmo, em directo, pela voz de um ex-dirigente da CIA: «Arbenz deposto não por ser comunista mas por querer a Guatemala para o seu povo...» Vimos como organizaram a invasão de Cuba. Vimos como atearam as grandes manifestações que afastaram Mossadegh e recuperaram o Xá e o petróleo...

A emissão teve o mérito de nos trazer à avaliação de uma realidade global, da qual está sendo moda esquecer a acção da CIA.

Mas, como se costuma dizer das bruxas, lá que ela existe, existe. Por exemplo: os jornais dão notícia do protesto do governo da URSS pela ingerência que apresentam os contactos dos serviços secretos americanos com certas forças naquele país.

Pois. O nervo CIA...tico continua sensível...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## As barrelas de Verão

O atoleiro de corrupção em que a «maior maioria» do PSD se enfiou a si própria e ao País está em época de safra; os frutos saltam, cada vez mais nauseabundos, enchendo primeiras páginas e excitando os analistas por conta de outrem a uma produção opinativa de pretensa contra própria, resultando daí uma espécie de barrela onde até o sabão é de origem duvidosa. Perante isto, só nos restará rir?!...

«Fernando Costa Freire, antigo secretário de Estado da Administração da Saúde, foi ouvido esta semana pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) no âmbito do inquérito aos casos do Ministério da Saúde. O seu depoimento era fundamental para esta última fase dos trabalhos do inquérito. De tal maneira, que não chegou um dia para perguntar ao antigo colaborador de Leonor Beleza tudo o que era preciso saber. Bastou, no entanto, esta audição para detectar «fortes contradições» entre os depoimentos da ex-ministra e de Costa Freire. Como aconteceu naquele que é o caso mais público de todo este processo: a publicidade feita pelo irmão de Leonor para o Ministério da Saúde.

Em declarações a *O Independente*, Costa Freire revela hoje ter conhecido José Manuel Beleza no gabinete da própria Leonor. Recorde-se que José Manuel foi alvo de um mandato de captura pelo DIAP precisamente por envolvimento numa burla de 50 mil contos no ministério. A sua irmã manteve até aqui a posição de desconhecimento dos contratos com José Manuel.

Após a audição, a situação está sobretudo «negra» para Costa Freire, como afirmam fontes próximas ao processo. Aliás, parecer ser ponto assente que o ex-secretário de Estado venha a ser envolvido na acusação final.

A audição de Costa Freire, onde esteve acompanhado pelo seu advogado Agostinho Cavaleiro Ferreira, durou todo o dia de segunda-feira. Começou às nove da manhã e prolongou-se por cerca de 10 horas. Foi, no entanto, preciso continuar no dia seguinte, tendo Costa Freire sido inquirido por mais algumas horas. Ao que apurámos, o ex-secretário de Estado foi ouvido sobre quase tudo. E deverá voltar ao DIAP na próxima semana para responder novamente perante os inquiridores do Ministério Público.

Um dos lados que Costa Freire terá esclarecido prende-se com a sua primeira audição no DIAP. O inquérito foi aberto pela Procuradoria-Geral da República há cerca de um ano e Costa Freire foi ouvido algum tempo depois.

Segundo soube *O Independente*, o ex-secretário de Estado terá então feito afirmações que vieram a contradizer os factos depois descobertos durante a investigação. Agora, Costa Freire foi confrontado com aquilo que disse sobre o processo de instalação do Hospital de São Francisco Xavier, a aquisição de material informático, as obras de remodelação no

Hospital de Fafe e no Centro das Taipas, entre todos os casos a serem averiguados.

Outro dos dados fundamentais desta inquirição terá também a ver com as declarações de rendimentos feitas por Costa Freire. É que, segundo soube *O Independente*, o Tribunal Constitucional aceitou entregar ao DIAP as declarações de rendimentos feitas pelo ex-secretário de Estado até ao ano passado.

Antes de mais, e num primeiro acórdão, o TC pediu esclarecimentos sobre o pedido feito. Considerou que ele era insuficiente. E quis saber do «interesse legítimo relevante» do DIAP em tomar conhecimento do conteúdo das declarações de rendimentos de Costa Freire.

Este departamento não demorou a responder. E justificou-se assim: pretendia «averiguar a eventual prática de ilícitos criminais correlacionados com actos praticados no Ministério da Saúde, nomeadamente no processo de aquisição e entrada em funcionamento do Hospital São Francisco Xavier, no processo de criação do Centro das Taipas, no processo de obras do Hospital de Fafe e no processo relativo ao anteprojecto de urbanização dos terrenos em que estão instalados os Hospitais Júlio de Matos e Curry Cabral». Isto significa que o DIAP pretendia verificar, na sequência das suas eventuais descobertas, a existência de contradições entre o que Costa Freire declarou como rendimentos e o dinheiro que foi recebendo antes e durante o tempo em que foi secretário de Estado.

Quando, finalmente, o segundo acórdão do TC sobre este assunto foi emitido, era anunciada a decisão, por unanimidade, de entregar ao DIAP as declarações de rendimentos de Costa Freire. Mas não foi fácil chegar aí.

De um lado, os juízes afectos ao PSD defendiam a recusa do pedido do DIAP. Isto de situações, o tribunal pode entregar declarações de rendimentos desde que isso fique devidamente justificado de acordo com o «interesse legítimo relevante». Mas, de outro lado, estavam os juízes que defendiam a entrega ao DIAP do documento solicitado.

No final, o voto foi unânime em considerar o pedido do DIAP legítimo. Apesar de cinco dos 13 juízes do Tribunal Constitucional terem feito declaração de voto. Foram Messias Bento, Assunção Esteves, Bravo Serra, Vítor Nunes de Almeida e Alves Correia. Todos próximos ao PSD. Consideraram que o DIAP podia consultar as declarações de rendimentos de

Costa Freire mas sem que o tribunal passasse disso certidão formal.»

«Independente», 20/7/90

## Não fui eu, foi ela!

(...) «Em relação à eventual utilização de dinheiro do Ministério da Saúde destinado à remodelação do Hospital de Fafe nas obras da sua casa da Grandarinha, em Cascais. Costa Freire respondeu: «É uma rotunda mentira que tenha comprado o que quer que seja com dinheiro do Ministério da Saúde, ou que algum dinheiro do ministério tenha chegado à minha posse de forma ilícita.

Quanto às remodelações do gabinete de Costa Freire e de Leonor Beleza apresentarem gastos e facturas desadequadas em relação ao que de facto foi feito, especialmente ao nível das instalações de material informático, Costa Freire diz: «A iniciativa das obras de instalação do gabinete do secretário de Estado não me pertenceu, mas sim à senhora ministra da Saúde».

«Independente», 20/7/90

## O «contra-ataque»

«O Presidente da República deu ordens aos seus serviços para que começassem a elaborar «dossiers» sobre eventuais casos de corrupção em que estejam envolvidos membros do Governo. A decisão consta de uma nota interna de natureza confidencial e circulação muito restrita, na qual se dá conta da urgência desta investigação que deverá estar concluída no seu regresso de férias em Setembro.

Segundo fontes contactadas pelo «Expresso», Mário Soares não pretende fazer uso das informações que venham a ser obtidas, a menos que prossiga a escalada de críticas do Governo e do PSD à sua actuação. Neste contexto, o «inquérito» presidencial assumiria um carácter de «seguro político» contra os crescentes rumores de que não estaria completamente alheado dos escândalos que têm abalado a administração portuguesa em Macau. Com efeito, elementos do Governo e do PSD passaram de acusações mais ou menos veladas de cobertura política a hipotéticas irregularidades do governador Carlos Melancia a insinuações de que Mário Soares não teria sido apanhado completamente desprevenido pelas notícias sobre casos de corrupção em Macau. Na base desta especulação a longa amizade do Presidente da República com alguns dos principais intérpretes dos escândalos no território, como Rui Mateus, Menano do Amaral, João Tito de Moraes. Algumas fontes dão ainda relevo ao facto de Soares ter sido, numa primeira fase o responsável pela promoção de muitas destas figuras ao primeiro plano da política partidária e, posteriormente, de se lhes ter associado na área dos negócios.

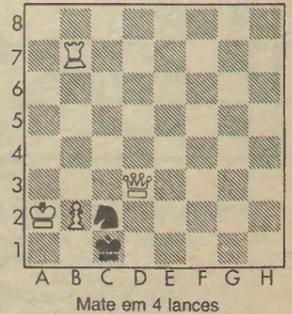
Recorde-se que o conflito entre o Presidente e o Governo extravasou já os limites da condução da política de Macau para se estender ao plano legislativo, área em que Soares demonstrou extrema prudência ao longo do seu mandato.

«Expresso», 21/7/90

# Xadrez

CCLXIII - 26 de Julho de 1990  
Proposição n.º 263/A  
Por: Eric Zepler  
3.º Prémio «Palitzsch-Gedenk-Turnier», 1932

Pr.: [2]: Cç2-Rç1  
Br.: [5]: Ps.b2, b3-Tb7-Dd3-Ra2

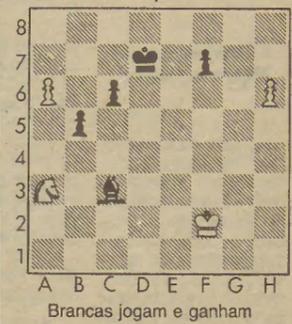


Mate em 4 lances

\*\*\*

Proposição n.º 263/B  
Por: E. Holm  
«Denken & Raten», 1931

Pr.: [5]: Ps.b5, c6-f7-Bç3-Rd7  
Br.: [4]: Ps.a6, h6-Ca3-Rf2



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

Soluções do n.º CCLXIII

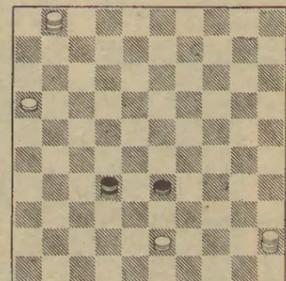
N.º 263/A - (E.Z.): 1. Dd8, C61; 2. Td7, Cd3; 3. T:d3, Rç2; 4. Tç3 ++  
N.º 263/B (E.H.): 1. C:b5, ç:b5; 2. a7, Bd4+; 3. Rf3, B:a7; 4. R64, f5+; 5. R65, Bb8+; 6. Rd5... g.

A. de M.M.

# Damas

CCLXIII - 26 de Julho de 1990  
Proposição n.º 263  
Por: Meaudre  
- Agosto, 1919

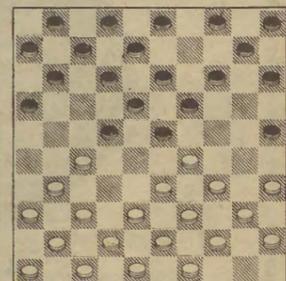
Pr.: [2]: (32)-33  
BR.: [4]: (1)-16-38-(40)



Brancas Jogam e ganham

Golpe N.º 263  
Por: Henri Chiland  
- Outubro, 1934

Pr.: [20]: 1-2-3-4-5-6-7-8-10-11-12-13-14-15-16-18-19-22-23-25  
Br.: [20]: 27-29-31-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49



Brancas jogam e ganham material

Soluções do n.º CCLXIII

N.º 263 (M): 1-34 (32X49), 34-39 (33-44), 45-50+  
N.º 263 (H. Ch.): 27-21 (16X27), 33-28 (22X24), 31X22 (18X27), 34-30 (25X34), 40X29 B+1

A. de M. M.



# da festa!

**Avante!**

Director  
António Dias Lourenço  
SUPLEMENTO N.º 6  
26 de Julho de 1990  
Não pode ser vendido  
separadamente

AMORA-SEIXA • 7, 8 e 9 SETEMBRO

# JULIO PEREIRA



## LOSIBISA

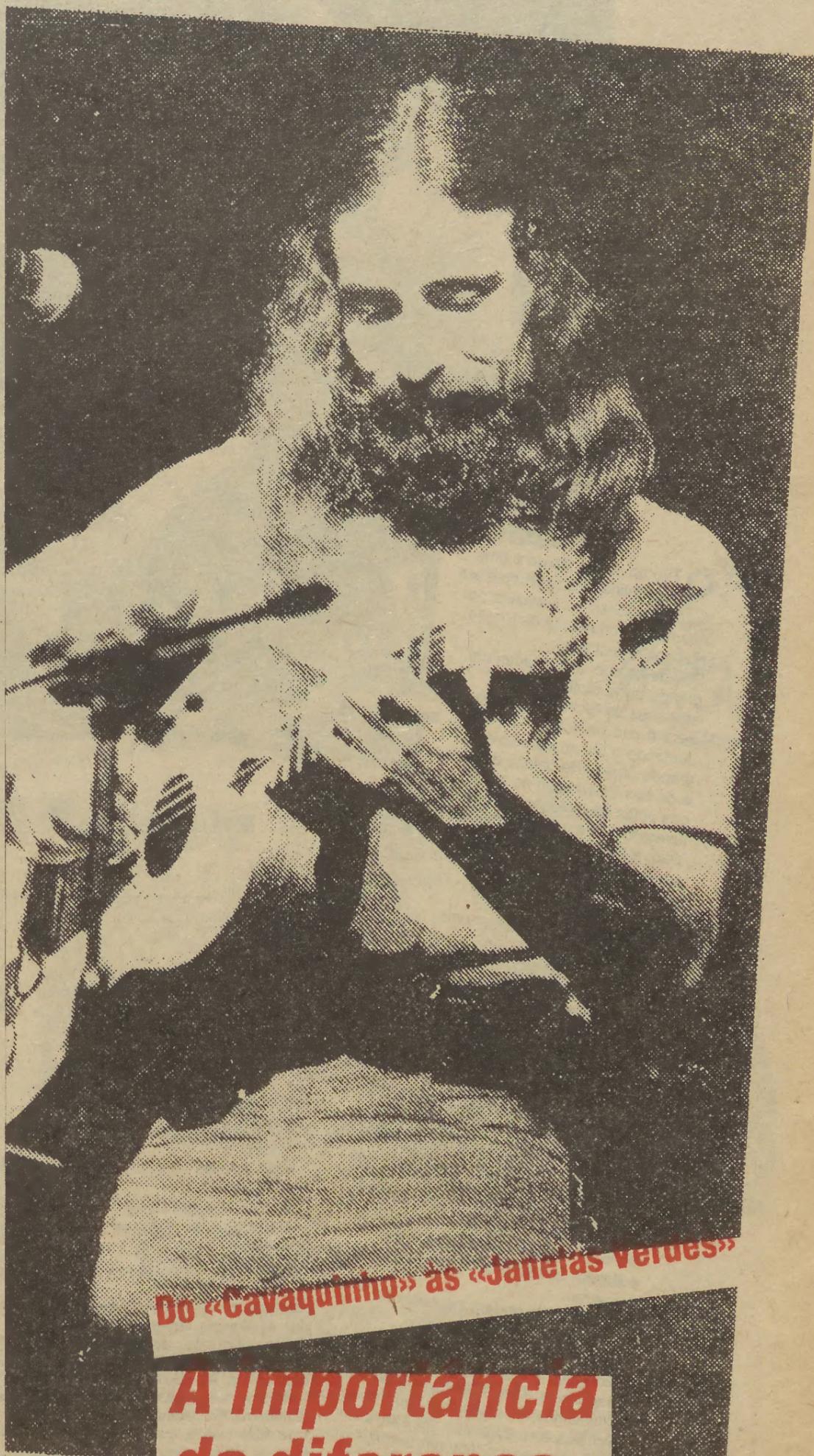
PAULO



TORDO

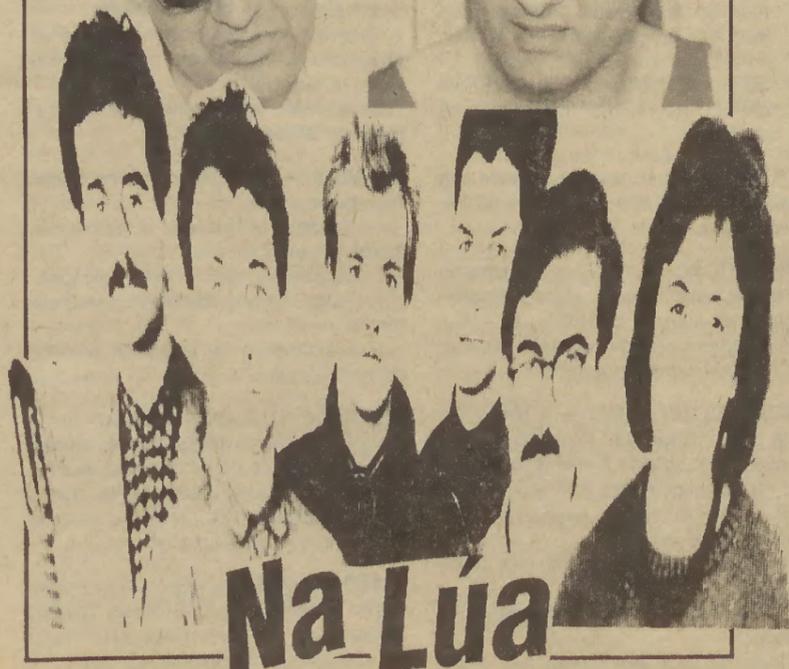


## TELECTU



Do «Cavaquinho» às «Janelas Verdes»

## A importância da diferença



## Na Lúa

I Torneio de

# TIRO AO ALVO A DARTO

**Experimente  
e diga  
de sua justiça...**



O Tiro ao Alvo a dardo é uma modalidade actualmente em grande expansão e praticada por um número crescente de jovens, homens e mulheres. Debate-se com dificuldades em grande parte motivadas pela escassez de recintos apropriados para a sua prática. Juntando o útil ao agradável, tirando partido da beleza da Atalaia e da sua localização na Amora, um dos polos de maior crescimento e juventude da margem esquerda do Tejo, a Festa do Avante! vai lá construir um recinto específico para a sua prática. É a primeira vez que temos condições para, condignamente, albergar esta modalidade, para a qual projectámos um programa aliciante.

Assim, na sexta-feira, dia 7 de Setembro, com início às 21.30 horas, e com a presença de alguns dos melhores atiradores, terá lugar uma demonstração-exibição. Destina-se a divulgar a modalidade, as suas regras, e sua técnica junto dos visitantes da Festa, que aí terão a oportunidade de experimentar a sua pontaria e apreciar a perícia dos atiradores. No sábado, dia 8 de Setembro, terá início o I Torneio de Tiro ao Alvo a dardo, que se realizará em três jornadas.

Neste Torneio podem inscrever-se todas as equipas interessadas, representando colectividades, comissões de moradores, grupos desportivos e empresas e outros organismos. As inscrições são gratuitas e efectuem-se até 3 de Setembro, na Av. António Serpa, 26, 2.º esq. 1000 Lisboa, ou na Atalaia, no local da prova, meia hora antes do seu início.

## Regulamento

**ORGANIZAÇÃO** — A Comissão Organizadora do Desporto da Festa do «Avante!» organiza nos próximos dias 8 e 9 de Setembro/90 com início às 10.30 horas, um Torneio de Tiro ao Alvo a dardo em três jornadas, como segue:

- 1.ª Jornada — dia 8/9 com início às 10.30 horas
- 2.ª Jornada — dia 8/9 com início às 16 horas
- 3.ª Jornada — dia 9/9 com início às 10.30 horas
- Classificações finais
- Entrega de prémios (dia 9, 14 horas)

**LOCAL** — Quinta da Atalaia, Seixal

**INSCRIÇÕES** — Podem inscrever-se todas as equipas representando colectividades, Comissões de Moradores, Grupos Desportivos de Empresas e outros organismos. As inscrições são gratuitas e deverão ser efectuadas até 3 de Setembro, na Av. António Serpa, n.º 26, 2.º esq. 1000 Lisboa, ou no próprio dia, no local da prova, até meia hora antes do seu início.

**CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS** — Cada equipa será composta por um má-

ximo de 5 e um mínimo de 3 atiradores que depois de inscritos não poderão ser substituídos.

- Cada clube pode participar com mais de uma equipa, bastando para isso a indicação das letras A B C para cada uma das equipas.
- Será excluído todo o atirador que estiver inscrito por mais de uma equipa.

**SORTEIO** — O sorteio de entrada em prova será feito meia hora antes do início da prova.

**COMPETIÇÃO** — O Torneio disputar-se-á em escalão único. Haverá classificações por equipas e individuais. Pontuam-se os três melhores atiradores de cada equipa por jornada.

**QUESTÕES TÉCNICAS** — À hora marcada para o início das jornadas, a equipa que não responda à chamada por um seu representante será eliminada.

Só serão admitidas espingardas de pressão de ar 4,5 m/m.

As armas não poderão ter alça telescópica.

O Alvo será colocado a 7 metros do atirador.

Cada atirador tem direito a 2 (dois)

dardos para treino e 5 (cinco) para pontuar, quer se trate a nível colectivo ou como individual.

Todo o dardo que perca a penugem pelo trajecto, terá de ser repetido.

Todo o dardo que corte a divisão do alvo, será pontuado pela escala imediatamente superior.

Serão feitos desempates para os lugares com direito a prémio.

**PRÉMIOS** — Taças às primeiras 5 (cinco) equipas.

— Taças e troféus aos 5 (cinco) melhores atiradores.

— Medalhões do 6.º ao 10.º atirador.

— Medalhas aos elementos das 3 primeiras equipas.

— Certificados de presença a todos os participantes.

**DIVERSOS** — A Organização chama a atenção de todos (dirigentes e atiradores) para o facto de se não responsabilizar por quaisquer acidentes ou danos sofridos, procurando, contudo, garantir assistência de primeiros socorros.

**CASOS OMISSOS** — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Técnica, tomando-se por base principal, em todas as resoluções, as normas em vigor.

# Filatelias na Festa!



Como já anunciámos no número da semana passada, a Festa do «Avante!» vai continuar a dar atenção à filatelia, este ano com um espaço privilegiado integrado na campanha dos 150 000 contos para o terreno da Atalaia. Falámos com **Ismael Correia, Norberto Filipe, Manuel Vieira e Leandro Figueiredo**, os camaradas que centralizam a organização da exposição filatélica da Festa, para que nos amiudassem o assunto. E proximamente voltaremos a ele, porque isto da filatelia tem muito que se lhe diga!

A conversa decorreu no Centro de Trabalho da António Serpa, em Lisboa, onde o organismo da Função Pública centraliza a preparação da exposição filatélica da Festa sob a orientação de Norberto Filipe.

Começando por nos historiar a presença da filatelia na Festa do «Avante!», os camaradas recordaram-nos que «a presença dos selos na Festa» foi uma ideia, precisamente, do organismo da Função Pública, já lá vão dois anos. Em 1988 houve duas mostras (uma sobre o 25 de Abril e outra sobre os Descobrimientos Portugueses) e mais duas o ano passado (uma dedicada à capital e integrada na campanha autárquica da coligação «Por Lisboa» e outra de selos da União Soviética).

«O Partido, por enquanto, tem um património filatélico reduzido», confessaram-nos os camaradas, acrescentando que a iniciativa «se está a desenvolver na base de consignações para venda e cedência para as exposições provenientes de camaradas e amigos filatelistas». Entretanto o grande impulsor dos certames, «não só com ideias como com material, tem sido o camarada Ismael Correia» (que, à viva força, não queria que os seus companheiros de filatelia e de entrevista realçassem o facto, mas factos são factos e o seu a seu dono nunca fez mal a ninguém!). Ainda no capítulo de colaborações, acrescentaram:

«Quem nos tem ajudado bastante nesta actividade filatélica da Festa em termos de cedência de expositores, tem sido o núcleo filatélico «Nossa Cooperativa», o círculo filatélico «Sociedade 1.º de Agosto Santairense» e a secção filatélica do Grupo Recreativo do Bairro da Bela Vista, todos de Santa Iria da Azóia».

## Três grandes domínios

Quanto a este ano, a Festa contará com um grande pavilhão de filatelia com exposição e venda de selos para colaborar na campanha de angariação de fundos para o terreno da Atalaia, mostrando-se «a organização desde já disponível para a realização de um leilão filatélico depois da Festa».

Para já, «a venda deste ano centrar-se-á em três grandes domínios: a **Maximafilia** (postais de Portugal e estrangeiros), a **Marcofilia** (carimbos sobre selos) e a **Filatelia** (selos novos e usados e temáticos, tanto de Portugal como de muitos países estrangeiros)».

Mas as novidades não se ficam por aqui, como já dissemos a semana passada e os nossos camaradas recordaram. Por iniciativa do «Avante!» vai ser editada uma série de três postais tendo como tema a imprensa e informação do PCP, os quais servirão de suporte a «máximos», que é como quem diz, vão enriquecer a galeria da maximafilia (que, também como se explicou a semana passada, consiste, em definição breve e aligeirada, na obtenção de peças filatélicas compostas por três elementos: um postal ilustrado obedecendo aos requisitos oficiais, um selo e um carimbo; para se conseguir um «máximo», ou seja a maior concordância possível, terá de se colar num dos cantos da ilustração postal um selo da mesma temática e, depois, obter o carimbo do selo na estação dos CTT da localidade indicada no verso do postal.

E mais: o pavilhão de filatelia terá este ano para oferecer aos visitantes três exposições temáticas de alto nível: uma de «máximos» sobre Lisboa e o Tejo, outra de selos sobre o Tejo e uma terceira de «máximos» sobre pintura espanhola. Recordar-se aos leigos que uma exposição temática não consiste na apresentação anárquica de um conjunto apenas subordinado ao mesmo tema; trata-se, pelo contrário, de contar uma história através do exposto, o que implica apurada pesquisa sobre a temática escolhida, a elaboração de textos adequados, a investigação sobre o que se pretende apresentar.

Recordar-se ainda a série de três postais que o «Avante!» vai editar subordinados ao tema da imprensa e informação do Partido. Os selos utilizados para o efeito foram editados em 1978 e 1983 e fazem parte de uma série dedicada a instrumentos de trabalho, de que se escolheram três: um representando uma tipografia e as artes gráficas, outro as comunicações radioelétricas e um último sobre agricultura. Os postais correspondentes reproduzem ilustrações de Dias Coelho (o prelo clandestino), de António Domingues, (sobre rádios clandestinas no tempo do fascismo) e do jornal «A Terra» que tem no seu cabeçalho símbolos do trabalho agrícola.

Voltaremos ao assunto. Entretanto não percam o grande certame filatélico da próxima Festa!



## LUTEMOS CONTRA O IMPOSTO DE TRANSACÇÕES

Arrastado o País para a miséria e a bancarrota, a camarilha salazarista criou em julho último um novo imposto, o imposto de transações, com o produto do qual pretende continuar a espalhar o terror sobre a nossa terra e a alimentar as guerras nas colónias. Duma assentada os fascistas elevaram o custo de vida em 20 por cento, e o que vinha a subir assustadoramente!

Como não podia deixar de ser, também a pequena e média lavoura são enormemente prejudicadas com este novo imposto, que só beneficiará os monopolistas, os grandes armazénistas e os grandes lavradores, parceiros e aliados baqueles na exploração do povo trabalhador. Isto quer dizer que a esmagadora maioria do nosso povo, em particular os camponeses e os

## VITICULTORES!

OS VINHOS DEVEM SER ESCOADOS

### E PAGOÇOS!

Agora que as vindimas terminaram e que chegou a altura de nós, viticultores, fazemos contas à vida, não serão poucos os desesperados que pela fraca colheita, pela sua deficitária situação financeira e pela perspectiva de terem que recorrer uma vez mais a empréstimos hipotecários, deixarão as mãos à cabeça.

A produção foi muito inferior à do ano findo, regulando por dois terços e, em certos casos, por menos de metade. Com as adegas cheias em virtude de não haverem tido possibilidades de vender os vinhos da colheita anterior, muitos lavradores não tiveram

recolher o dia colheita actual e ao conselho arriscaram-se a gastar toda a mão deste ano venha a dar. Por outro só não tirou, como lhe competia, a colheita do último ano, causando istornos e prejuízos a muitos viticultores e a muitos vinhateiros os de 1965 anteriores. E ainda como se uco, o governo de Salazar acaba de isto, o imposto de transações, encarecendo o custo de vida.

inhateiros continua a ser, pois, carne, portanto, que cada um de nós, viticultores, compreenda que quer ir seja maduro, as nossas dificuldades como se agravam, e que não te o governo de Salazar nos tire ara que ele próprio nos atirou. te governo salazarista que nos a, que nos dizem que o governo xiste unicamente para servir os es lavradores e dos grandes ca- tes 40 anos de ditadura fascista, ueção económica não tem para- onto de atirar muitos de nós ria, os grandes lavradores e os encontram à frente dos grêmios ninam o comércio dos vinhos, trários, a quem recorremos, e i compramos os produtos de o cada vez mais ricos. ignifica que, se quisermos evi- cessitamos de intensificar os a luta contra o facto de a ua na pág. 2)



## Um apelo

Como há pouco património filatélico, os nossos entrevistados apelam a todas as organizações do Partido, aos camaradas e amigos, que enviem as suas ofertas e colaborações para o Centro de Trabalho do Partido na António Serpa, 26-3., sector da Função Pública da DORL.

Chamam igualmente a atenção de todos os coleccionadores que estiverem interessados em vender colecções à consignação, que contactem igualmente o sector da Função Pública da DORL, acima referido e que é quem centraliza a organização da exposição filatélica da Festa.

XIV  
Festa  
Avante!

# JÚLIO Pereira

**J**anelas Verdes é o nome do próximo disco de Júlio Pereira, músico que há poucos dias terminou as gravações de um álbum a ser editado por alturas do próximo Natal. *Janelas Verdes* porque é nessa zona de Lisboa que Júlio Pereira trabalha, certamente também por os dez temas do disco terem como fonte de inspiração trabalhos de dez pintores portugueses, a dar a unidade procurada pelo músico para mais um trabalho discográfico com referência na música popular. Não só de Portugal, já que na «festa!» Júlio Pereira apresentar-se-á, pela primeira vez num palco, com o grupo da Galiza, *Na Lúa*. É importante que as pessoas sintam que há coisas diferentes, distintas, assim termina esta entrevista. Um músico distinto qualifica o nome *Júlio Pereira*.

**AV:** Na «festa!» vai estar um grupo da Galiza, o *Na Lúa*, cujo último disco foi produzido por ti. Inclusive anuncia-se um espectáculo conjunto entre o teu grupo e o deles. Quem é *Na Lúa*?

**JP:** É um grupo incrível da Galiza que eu produzi há dois anos. Gostei muito de o conhecer e de trabalhar com ele. Vai ser o primeiro espectáculo onde vamos tocar juntos. Já iniciámos aliás contactos no sentido de tentarmos fazer qualquer coisa a meias na «festa!».

**AV:** Mas como caracterizas esse grupo?

**JP:** *Na Lúa* é um grupo de música popular, mas não se fica só por aí. É evidente que a música que ele faz é uma música de facto popular mas tem igualmente algumas características eruditas.

Alguns dos músicos vêm de áreas diferentes que não da música popular. Tendem a fazer uma música que é uma música deles mas com grandes conotações com música popular da Galiza... e não só da Galiza, também de certas zonas da Europa. Aliás há temas nesse último disco deles de forte inspiração portuguesa.

## Um músico distinto

**Um somatório de temas**

**AV:** E quanto à tua própria apresentação na «festa!», como é que vai ser?

**JP:** Na «festa!» vou apresentar algo que gosto muito de fazer em todos os espectáculos que realizo: uma espécie de somatório de temas de todos os discos que fiz desde o *Cavaquinho* até agora. Será um somatório desses trabalhos, mas tudo com arranjos diferentes. No espectáculo da «festa!» também irei tocar alguns dos temas do meu próximo disco que vai sair no Natal.

**AV:** Um palco grande e muita gente a ver são duas das características dos espectáculos do palco 25 de Abril na Festa do «Avante!». Estas condições creio serem raras no mundo do espectáculo português. Tu já foste à «festa!»...

**JP:** Várias vezes.

**AV:** E a tua postura muda pelo facto de teres à tua frente, a ver-te e a ouvir-te, 50 mil ou 100 mil pessoas?

**JP:** Ah! Eu gosto muito! Sinto-me melhor! Prefiro ter 100 mil pessoas à frente do que cinco. Não sei se é por ser tímido, qualquer coisa assim, mas prefiro e sinto-me bem nesses palcos.

**AV:** Mas vocês músicos, por exemplo, estão mais afastados uns dos outros num palco como o da «festa!» do que em outros palcos...

**JP:** Isso por acaso mete um bocado de impressão. Não estamos muito habituados a estes macroespectáculos agora muito em voga... Mas toda a infraestrutura de som em palco, de monição, é mais ou menos igual há dos outros concertos mais pequenos, muda é a potência do som.

Onde há realmente grande diferença é entre um espectáculo numa sala de concertos ou num pequeno teatro e um espectáculo ao ar livre. É que numa sala de concertos, pequena ou média, sabes que mal se apagam as luzes há normalmente silêncio e aí a postura é uma: tudo o que é ruído toma uma dimensão maior, até o próprio silêncio tem uma dimensão terrível - isto em termos musicais.

Num espectáculo ao ar livre, e sobretudo se for gigantesco, às vezes é difícil chegar ao silêncio. Basta ter 100 mil pessoas em pé num sítio onde as pessoas querem estar divertidas, para esse silêncio ser muito difícil de alcançar. Aí a postura é diferente e normalmente aposta-se em temas mais populares, mais vivos.

**O tempo do computador**

**AV:** Do *Miradouro* para o teu próximo disco, já gravado e a ser editado no Natal, há modificações a nível da composição dos temas ou da instrumentação utilizada?

**JP:** Sobretudo no estrangeiro fui de certa maneira criticado pelo uso e abuso de instrumentos electrónicos (aliás, mais do computador) no disco *Miradouro*. No

meu próximo disco tento já salvar esse erro...

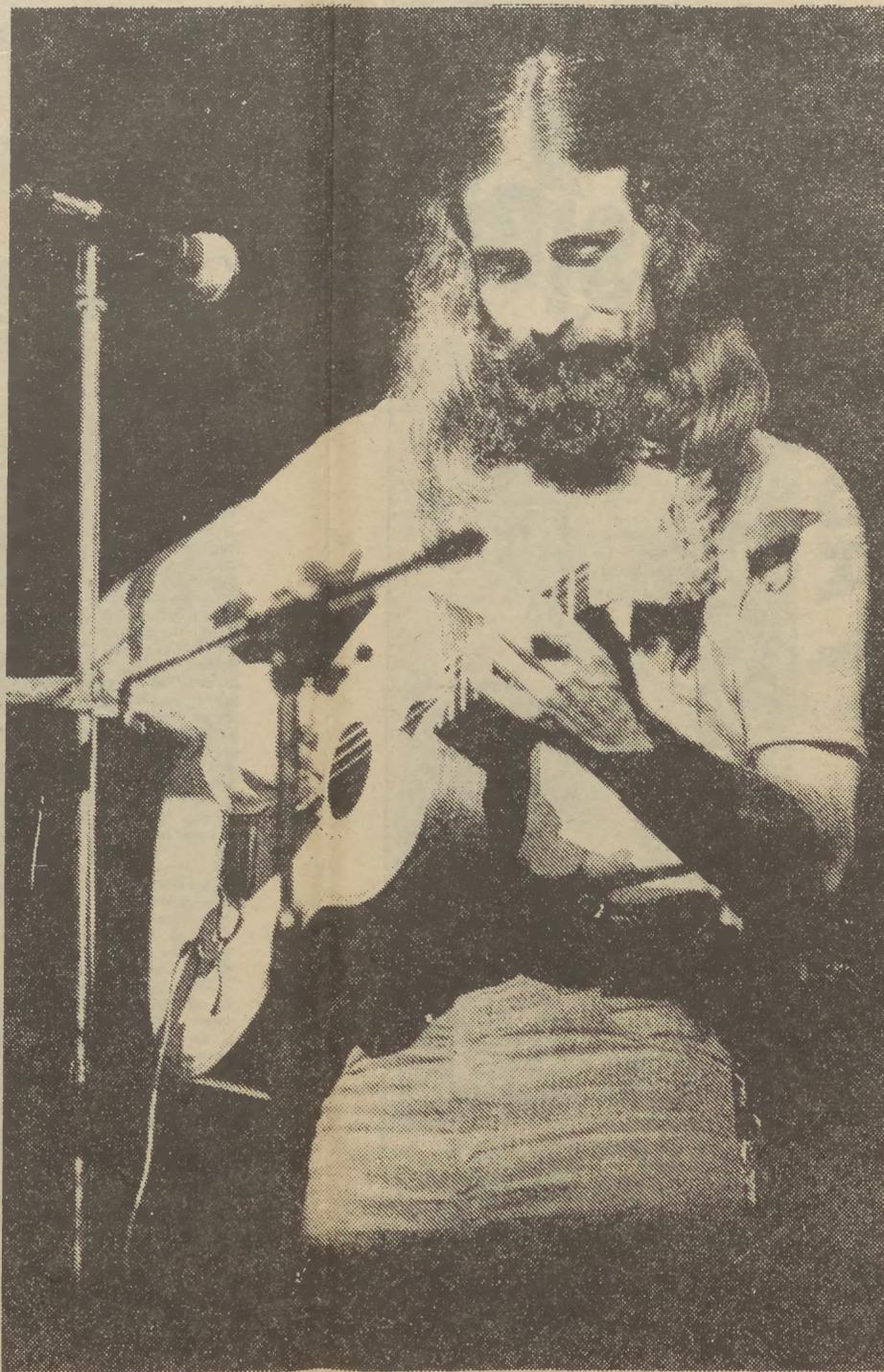
**AV:** É portanto um erro reconhecido?

**JP:** Absolutamente. Tentei e não foi conseguido, a utilização de instrumentos naturais. É que utilizei muitos *samplers*, isto é, amostras de sons naturais tocados em sintetizador.

No próximo disco já quase todos são instrumentos naturais, se bem que tenha utilizado (e sem problemas nenhuns) a electrónica. O que agora tentei foi abolir o maior dos erros que o disco *Miradouro* tinha e que se traduzia no uso do tempo da máquina e não o tempo real do músico.

**AV:** E, para quem ouve, isso irá resultar em que diferenças?

**JP:** Essa é uma questão dos nossos dias! Sobretudo porque os ouvidos das pessoas habituaram-se à música *standardizada*, quase toda feita por computador e com o tempo da própria máquina. Acontece assim que as pes-



soas e os ouvidos habituam-se a uma espécie de perfeição. Ora o tempo do músico não é um tempo matematicamente perfeito, é de facto um tempo humano, que no fundo é o tempo que faz e define a própria música.

Tentei pois fazer este disco mais ao sabor do meu tempo do que do tempo do próprio computador.

**AV:** Então, nesse teu próximo disco, recusas a postura que me parece existir nos teus outros trabalhos, de criação de novos sons, feitos a partir do uso da electrónica, sons, digamos, eminentemente electrónicos que aparecem a par dos sons naturais dos instrumentos acústicos?

**JP:** Não vamos confundir conceitos! Eu continuo a fazer trabalhos acústicos, com sons naturais, misturando depois sons electrónicos. Isso vou continuar sempre a fazer, até por uma questão de sensibilidade: gosto tanto de instrumentos naturais como dos chamados instrumentos modernos, logo, electrónicos. Continuam a existir no meu próximo disco dois tipos de sonoridades diferentes...

**AV:** Não há então diferenças na composição da música?

**JP:** Também, mas a isso já lá iremos. Referindo-me exclusivamente ao som, o que eu fiz no *Miradouro* (e diferente de todos os outros discos) é que todo o tempo da música é matemático, absolutamente matemático!

Explicando melhor: quando gravas para um computador, ele regista, evidentemente, tudo o que tu tocaste. Dado que é uma máquina e no fundo recolheu uma informação digital, binária, tu podes modificá-la posteriormente. Assim tocaste uma parte de uma certa maneira e a máquina permite (e basta tocar uma tecla) que saia tudo direitinho! Isto quer dizer que tudo o que tu tocaste deixou de ter o teu tempo, (isto é, a maneira como tu tocaste) pondo o computador tudo nos sítios matematicamente correctos...

**AV:** Será portanto um disco com vocalizações...

**JP:** Pois. Utilizei bastante a voz, mas como um instrumento, não propriamente cantando de uma forma assumida...

**AV:** Não há letras...

**JP:** Evidentemente, não há letras.

**AV:** Se esse teu disco vai soar de maneira diferente e as pessoas, apesar de tudo, estão habituadas a um certo padrão *Júlio Pereira*, não estás a correr determinados riscos?

**JP:** É óbvio. Depois de ter ouvido o disco, no final da gravação, acho que isso é verdade. Mas também não tenho dúvidas que aquilo soa a música de *Júlio Pereira*. Isso sente-se, aliás como me demonstram todas as opiniões que tenho ouvido.

Além disso, em todos os espectáculos que tenho feito este ano, já estou a testar o disco novo. Em cada sítio onde vou, máquina. O que eu tentei corrigir foi o que considero ter sido o grande erro do disco *Miradouro*: não permitir que o computador dê o seu tempo, não ficar a subdivisão do tempo, da cadência que eu escolhi para a música, preenchida de uma maneira matemática, mas sim, preenchida ao meu tempo.

Isto para explicar que o meu novo disco ficou inequivocamente um trabalho muito mais musical que o *Miradouro* a este nível, a nível de cadência...

**Deixar referências étnico-musicais**

**AV:** Em termos de concepção, já que até agora falámos um pouco só em torno da execução, é também diferente a música que tu fizeste para este álbum?

**JP:** É uma música diferente... este disco vai ser muito, muito... bom, será bastante diferente de todos os discos que fiz até agora! Não te sei explicar porque...

É óbvio que me vou afastando um pouco daquilo que é a referência muito directa a este ou àquele elemento étnico-musical do nosso país ou de outro.

Isto quer dizer que até agora, desde o disco *Cavaquinho*, tenho tentado fazer música baseada em elementos muito concretamente étnico-musicais: é ir buscar um *Vira*, ou uma cadência qualquer da Beira Baixa, ou um ritmo de Trás-os-Montes, deste ou daquele sítio, e depois dar-lhe a volta à minha maneira.

O meu próximo disco não tem nada disso.

Neste disco não fui buscar nada de especial de sítio nenhum...

E no fundo está lá tudo!... suponho que isto passa muito por um desejo quase inconsciente de procurar uma linguagem talvez mais minha do que de outra coisa ou de outra pessoa.

**AV:** Uma surpresa?

**JP:** É um disco, de certa maneira, já com alguns elementos que me surpreenderam quando estava a fazê-los, por que de repente apercebi-me de uma música que eu não estava habituado a fazer!

**AV:** É um disco só feito por ti ou tem outras intervenções, em termos de músicos?

**JP:** Tem bastantes intervenções de outros músicos. Tem intervenções de todos os músicos que tocam comigo nos espectáculos, além de outros convidados como o Luís Madureira, o Mário Laginha, o António Serafim, a Anabela, a Maria João, o Orlando Costa...

**AV:** Será portanto um disco com vocalizações...

**JP:** Pois. Utilizei bastante a voz, mas como um instrumento, não propriamente cantando de uma forma assumida...

**AV:** Não há letras...

**JP:** Evidentemente, não há letras.

**AV:** Se esse teu disco vai soar de maneira diferente e as pessoas, apesar de tudo, estão habituadas a um certo padrão *Júlio Pereira*, não estás a correr determinados riscos?

**JP:** É óbvio. Depois de ter ouvido o disco, no final da gravação, acho que isso é verdade. Mas também não tenho dúvidas que aquilo soa a música de *Júlio Pereira*. Isso sente-se, aliás como me demonstram todas as opiniões que tenho ouvido.

Além disso, em todos os espectáculos que tenho feito este ano, já estou a testar o disco novo. Em cada sítio onde vou,

toco pela primeira vez cerca de metade dos temas desse álbum novo. A reacção das pessoas tem sido incrível.

**A dança**

**AV:** É um disco, como outros teus, virado para a dança?

**JP:** Sempre! Sobre isso não há nada a fazer. Estranhamente faço uma música alegre... não te sei explicar bem, mas acaba por ser sempre...

**AV:** Estranhamente porquê?

**JP:** Porque não sei se sou uma pessoa alegre no dia-a-dia, no quotidiano. Mas a música que faço vai sempre parar aí, nunca percebi porque.

Ainda por cima nem sequer tenho o hábito de dançar... aliás fui sempre habituado, desde muito novo, nos grupos de baile e posteriormente nos grupos de rock, a tocar para as pessoas dançar. Mas não tenho de facto o hábito de dançar.

**AV:** Como é que a máquina, o computador, funciona em termos de espectáculo?

**JP:** Ah! Não utilizo máquinas em espectáculo. Isso é ponto assente! Já uma vez utilizei durante um ano, num grupo que tive, e foi uma coisa horrível: eram cinco músicos presos ao tempo da máquina (lá está a questão anterior). Era um horror!

**AV:** Mas há sons electrónicos nos espectáculos?

**JP:** Pois. Mas uma coisa é um sequenciador, aquilo a que neste caso vulgarmente chamamos de *computador*, que é uma espécie de gravador digital onde nós gravamos qualquer coisa feita em casa, levamos para o palco e entretanto tocamos por cima daquilo que gravámos, mas... o tempo já lá está!

Outra coisa são máquinas que produzem som e isso já não tem nada que ver com a gravação...

Utilizo instrumentos electrónicos em palco, mas nunca computadores, nunca sequenciadores.

**AV:** E no teu disco novo há instrumentos acústicos novos?

**JP:** Todos os temas foram compostos na viola braguesa. Também não sei explicar isso... apeteceu-me e pronto!

Há muito timbre de cordas ao longo do disco, evidentemente misturado com muita electrónica.

**AV:** Acompanhas a evolução tecnológica a nível de aplicação da informática na música, de forma, por exemplo, a usá-la de maneiras diferentes? Por outro lado, fazes também trabalho de evolução técnica na execução de instrumentos acústicos? Fazes exercícios, escalas?

**JP:** Eu, para já, sou muito preguiçoso e tenho pouco método de trabalho. Sou é bastante intuitivo e curioso. Tudo o que faço, seja relacionado com a música ou não, vem daí não de qualquer outra parte.

É uma espécie de jeito misturado com curiosidade. É isso que me faz agarrar num instrumento qualquer, seja electrónico ou acústico...

**AV:** Mas essa acção, quase só intuitiva, não te cria limitações em termos da própria exploração do instrumento?

**JP:** Aí entra aquilo que eu chamo, e popularmente se chama, de jeito. Eu desde muito pequenino tenho jeito para



cordas: agarro num instrumento, estou assim umas horinhas com ele e às tantas fico com alguma familiaridade com aquilo que esse instrumento pode fazer... não te sei explicar, é uma relação íntima que tenho com instrumentos de corda, desde muito novo.

### A saturação do som standartizado

**AV:** Os teus discos são diferentes da maioria dos trabalhos editados nos últimos anos, em termos de música portuguesa. É diferente do fado, da canção, do rock, géneros que preenchem a grande parte dessas edições. Discos instrumentais e ainda por cima tendo como referência a música popular portuguesa, poderiam ser, neste contexto, discos *impúblicáveis*, considerados *invendáveis* por parte das editoras, pelo eventual receio de uma não aceitação por parte do público. Isso não acontece com o Júlio Pereira. Porquê?

**JP:** Devo dizer-te que há uns anos atrás era bastante céptico em relação à evolução da música popular feita nos dias de hoje. Porquê? Pela avalanche terrível, em relação à música, do sentido e orientação dos meios de comunicação social.

Mas a verdade, e inexplicavelmente, a música que eu tenho feito, que é uma música de forte inspiração popular como toda a gente sabe, acaba por ter adeptos. E adeptos na malta nova, coisa que eu não estava à espera há uns anos atrás.

**AV:** Estás a correr contra o sentido do tempo?

**JP:** Um pouco. Basta veres que quase todos os autores, ou cantatores ou compositores relacionados com a música popular, têm muita dificuldade, nos dias de hoje, em vender para um disco de prata. Este é um dado importante e fundamental, quer dizer qualquer coisa.

No meu caso tenho verificado, em todos os espectáculos que tenho feito este ano, que é impressionante a quantidade de malta nova que começa a aderir à música popular.

Não sei se não será um pouco um fenómeno de saturação em relação ao que se ouve na rádio. E não é só na rádio, neste momento ouve-se sempre o mesmo tipo de música: quer seja na rádio, quer seja numa discoteca, quer seja num supermercado, quer seja num restaurante, quer seja num bar. Em todo o sítio e em toda a hora ouve-se a mesma coisa.

Ligue-se a televisão ou a rádio, seja em que canal ou posto for, ouve-se sempre o mesmo. Mete-te por exemplo num carro

e viaja pelo país, como eu tenho feito, e verás como é impressionante ouvir como a maioria das rádios locais não passam de cópias das rádios nacionais como a Rádio Comercial, por exemplo.

É algo que não consigo entender. Os próprios noticiários são iguais: toda a gente recebe o telex da LUSA e toda a gente transmite o mesmo noticiário. É raríssimo encontrar uma rádio local com informações locais...

O que é que isto quer dizer: provoca-se uma saturação, certamente.

Tudo isto é uma questão cultural, como todos nós sabemos.

Ainda ontem estive a discutir com um amigo o descalabro que há, terrível, dos aspectos ligados à educação que estão normalmente desligados dos aspectos culturais. Mesmo em termos do próprio Poder...

**AV:** Queres explicar melhor?

**JP:** Por exemplo: como é que se pode, em termos educacionais, estar a estudar e a criar conceitos novos para uma escola moderna (que suscite a criatividade dos miúdos, etc, etc), quando depois, culturalmente, o país não dá nada aos miúdos que equilibre o que lhes é dado por esse novo conceito de educação...

Todos estes aspectos desconjuntados deram-me sempre uma opinião meio céptica de como isto andar. Não sei e continuo a não saber...

Mas nos últimos dois anos estou muito mais optimista, mas mil vezes mais!

No meu caso o *Miradouro* vendeu muito bem e o *Sete Instrumentos* já tinha vendido. Não me posso queixar muito... e pronto, vamos ver.

**AV:** Também não tens alguma explicação para esse teu sucesso?

**JP:** Só te posso dizer que luto por coisas. Há coisas pelas quais me apetece lutar, mesmo em relação à própria música que faço. É evidente que eu faço a música que gosto e aquela que quero fazer. Este é o meu maior egoísmo e contra isto não há demagogia alguma nem pode sequer haver. Faço de facto o que quero.

Mas nisto que eu quero acho que luto por... basta ver, por exemplo, que os meus discos são temáticos. Normalmente procuro e demoro muitos meses em especulação, à procura de um tema, de qualquer coisa a que me agarre para conceber um disco.

É esta teimosia que me leva um bocado a ir ter e a parar em coisas que acho que são de importância capital para todos nós.

É importante a diferença, é importante num qualquer país onde tu vês toda a gente virada para um sítio, que apareça algo de diferente; é importante que as pessoas sintam que há coisas diferentes, distintas.



PAULO



TORDO



TELECTU



Na Lua

## O PCP na Atalaia, em Setembro

# RONDA PELAS ORGANIZAÇÕES (3)

### ● Do Minho aos Açores

Do Minho aos Açores todas as regiões do nosso país estarão presentes em espaços próprios, com os seus vinhos, doces, petiscos, fumados, queijos, pães e o seu artesanato: barros, bordados, madeiras, couros e peles. Deste modo a «festa!» é um dos maiores mostruários da gastronomia e do artesanato regionais, onde a qualidade é uma preocupação sempre presente, e onde todos os visitantes se sentem em casa com os sabores, os cheiros e as cores da sua terra.

Mas a presença regional afirma-se ainda: no valorizar de aspectos arquitectónicos específicos — Casa de Santana, na Madeira; Palheiro das Praias de Mira e Costa Nova, em Aveiro; Casa Beirã, em Coimbra; fragmentos da Praça da Ribeira, no Porto; Quiosque, recanto de Alfama e outros elementos de Lisboa antiga.

Afirma-se também na presença de artesãos: o oleiro, o cesteiro, o doceiro, a rendeira, o vidreiro e o canteiro; na presença de peças de património cultural: a oficina de ferreiro e ferrador de Benavente; a exposição de cantaria da Batalha; a mostra de trajes regionais de Castelo Branco, Benavente e Lisboa e na presença de artistas e grupos vindos especialmente para animar espaços regionais, do Algarve, Lisboa e Setúbal.

### ● Leiria — vidro, pedra e doces

O Pavilhão de Leiria na Festa do «Avante!» será um agradável espaço com cerca de 1500 m<sup>2</sup> com frontaria constituída por painéis de vidro e parte do chão tratado com calçada à portuguesa — em cuja zona central estará desenhada em pedra a Flor de Liz, símbolo da capital do distrito.

Estes dois materiais, o vidro e a pedra, de grande importância na economia regional, inspiram ainda a exposição «O Património Cultural e Arquitectónico da Região, sua Defesa e Conservação» que terá como suportes principais uma mostra de cantaria proveniente da Batalha, a problemática relacionada com a criação do Museu do Vidro na Marinha Grande e a presença de cinco conceituados artistas, artífices e artesãos a trabalhar ao vivo — um vidreiro, um gravador no vidro, um maçariqueiro, um mestre canteiro e um escultor.

Preenchendo o Pavilhão de Leiria, além desta zona exposicional e cultural, haverá ainda um restaurante com serviço de mesa cuja ementa será constituída por arroz de frutos do Atlântico, isto é, arroz acompanhado com diversos peixes e mariscos da sua rica Costa Atlântica, uma padaria onde se confeccionará o pão caseiro com características regionais da zona rural do distrito, simples ou com chouriço, uma pastelaria onde a par da doçaria conventual de Alcobaça haverá outros doces, nomeadamente as Brisas do Lis e serviço de cocktails, um snack-bar para refeições mais ligeiras, um stand de venda de vidro, com a garantia

de toda a diversidade de artigos em vidro e cristal fabricado na região — doméstico, utilitário, artístico e candeeiros — e uma Popular Quermesse, com prémios ofertados por várias empresas da região e muitos amigos da Festa do «Avante!».

Houve pois uma preocupação de, à beleza estética deste Pavilhão, associar com harmonia e unidade aspectos da economia e cultura regionais, tanto no campo da implantação como nos campos exposicionais e de presença cultural, gastronómico e comercial.

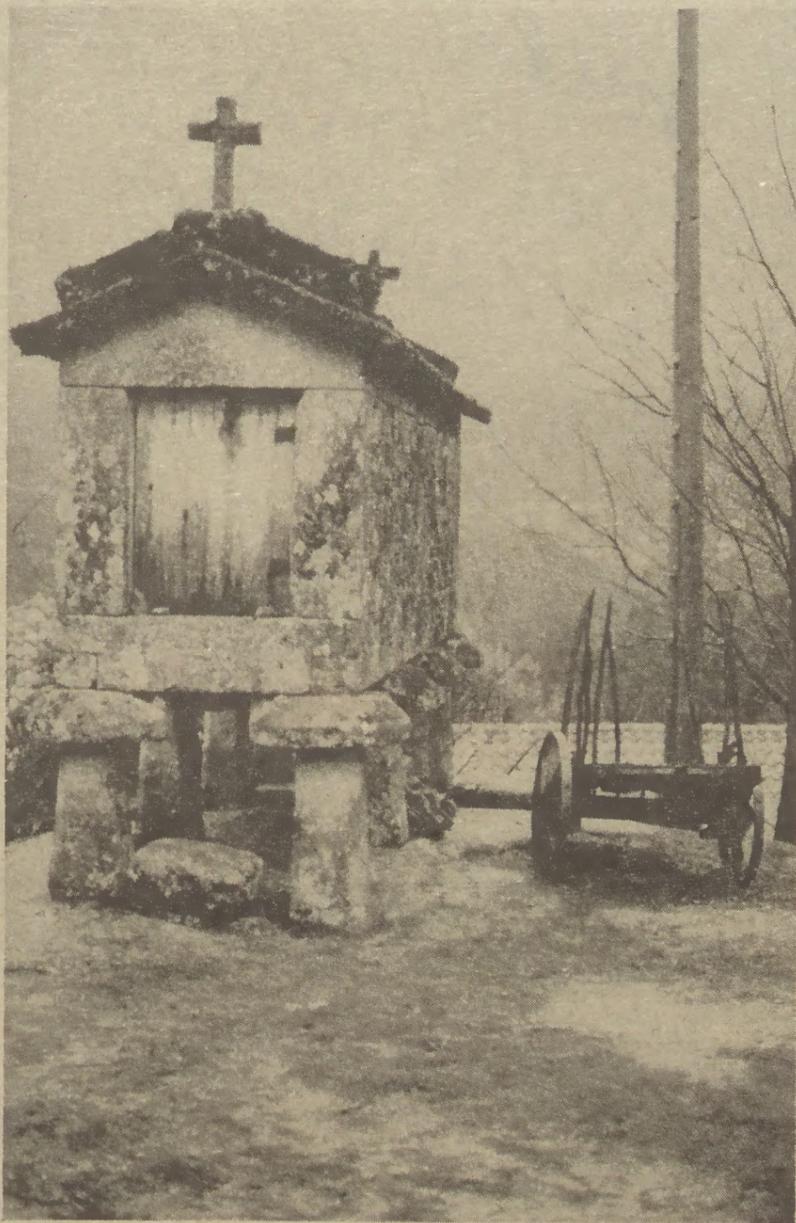
### ● Bragança: A primeira vez!

Este ano na Festa do «Avante!» o distrito de Bragança vai estar presente autonomamente pela 1.<sup>a</sup> vez.

No stand/bar, os apreciadores da boa gastronomia do nordeste transmontano poderão saborear o rancho à mirandense, as trutas do Tuela do Baceiro, as alheiras de Mirandela, os canelos fumados, acompanhados pela azeitona de Freixo de Espada à Cinta e bom pão de centeio da região.

Tudo isto poderá ser acompanhado pelos bons vinhos de Vila Flor, Vale de Arcas ou Sendim.

No stand de produtos regionais estão à venda as máscaras de Ousilhão, a cestaria de Cidões, a cutelaria de Palaçoulo, o excelente mel da Terra-Quente ou se preferir de produtores do Parque Natural de Montesinho, bem como os vinhos engarrafados da região: vinhos e bagaceira do Casal de Vale-Pradinhos (Macedo), Vila Flor (consumo, aperitivos e bagaceira), UNAMONTES (cooperativa de Macedo de Cavaleiros e Sendim).



Também no Minho estarão representantes na «festa!» que este ano decorre na Quinta da Atalaia, no Selxal, a sete, oito e nove de Setembro. É o país na Festa do «Avante!», do Minho aos Açores!

## O Pavilhão Central

No Pavilhão Central da «Festa!» terá lugar um desenvolvimento conjunto de actividades e representações. Uma exposição que abordará o PCP, a sua natureza e objectivos, a sua profunda ligação à realidade nacional e aos trabalhadores e as suas propostas para uma alternativa democrática ao serviço do povo e do País. No âmbito da Exposição Política haverá vídeo, fotografia, um espaço para a mostra de peças oferecidas ao PCP e ainda o stand «Inforfesta».

Os espaços do «Avante!», de «O Militante», da Festa do «Avante!» e da «Campanha de 150 000 contos» para o terreno da Festa terão igualmente lugar neste pavilhão tal como uma exposição subordinada à temática «Tejo», abordando aspectos ambientais, culturais e socioeconómicos das regiões que o rio atravessa através de documentação artística, fotográfica, bibliográfica e etnográfica.

O Fórum, centro de debates e o Café da Amizade, local de convívio bem integrado em todo o Pavilhão, completam o programa deste espaço tradicional da Festa do «Avante!».



A «festa!» é a partir deste ano, e definitivamente a partir da concretização da compra do novo terreno, à beira do Tejo. Tejo que será um dos temas de uma das exposições do Pavilhão Central da edição deste ano da Festa do «Avante!»

# 150 Mil Contos para o Terreno da festa

## Meio caminho já andado!

150  
Mil Contos  
para o Terreno  
da festa

**H**á muitas formas de tomar parte na realização da «festa!». Porque a «festa!» é uma participação. Também ajudando na compra do terreno se participa um pouco dessa «festa!» de todos nós. E agora é mais fácil, já que a maior parte de nós pode agora dispor do subsídio de férias para assim mais facilmente (sem *doer*, pois claro!) poder participar neste esforço colectivo. Quase metade do objectivo final da campanha dos 150 mil contos está já atingido. Na grande maioria das organizações atingem-se valores superiores, havendo já quem se proponha atingir os setenta por cento. Para a semana poderemos divulgar um novo gráfico de campanha com os valores alcançados pelas diversas organizações do PCP. Para além de inúmeras iniciativas locais visando a angariação dos fundos necessários, lembramos que ainda podem ser adquiridos Títulos de Comparticipação do terreno da «festa!», uma forma individualizada de cada um de nós poder participar desse local de

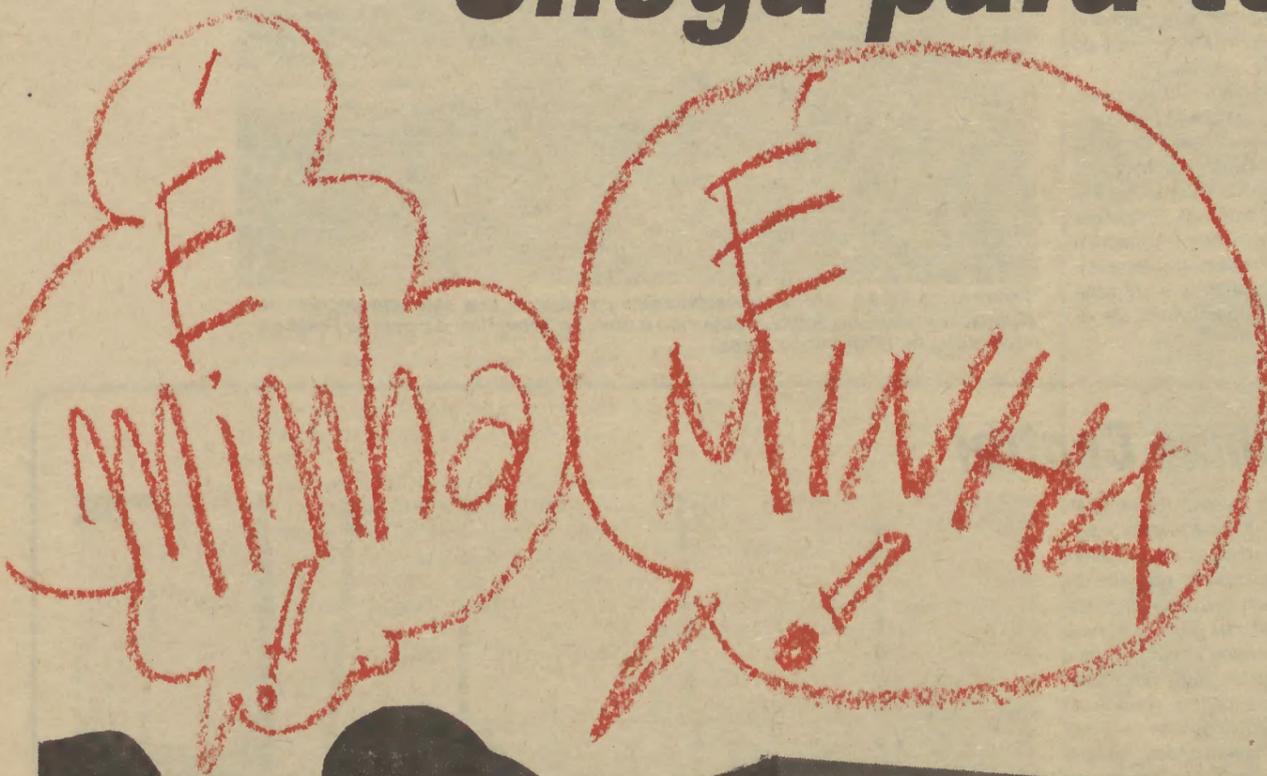
encontro que é o terreno definitivo da Festa do «Avante!», numa contribuição para a continuação de uma iniciativa única no nosso país, este ano mais bonita ao ser possível usufruir pela primeira vez desse terreno à beira Tejo, ali ao Seixal, que tem o nome de Quinta da Atalaia.

A mascote da campanha dos 150 mil contos, «o construtor» aí estará para dar uma ajuda no final de Agosto, disponível então para aquisição de todos os que desejarem participar nesta campanha para o terreno da «festa!».

Na própria «festa!» esta campanha será um dos temas centrais, estando prevista uma exposição no Pavilhão Central que contará a história desta iniciativa nos diversos terrenos por onde passou, da FIL à Atalaia. Previstos estão ainda outras duas pequenas exposições alusivas a esta campanha, que se localizarão em locais diferenciados do terreno.

## Calma!

## Chega para todos!



EP - entrada permanente - é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Não é preciso discutir muito para adquirir uma EP, já que basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país e nas mãos de dezenas de milhar de activistas. A abertura da próxima «festa!» no terreno da Atalaia em sete de Setembro, marcará a inauguração de um espaço permanente que, garantindo e acolhendo a Festa do «Avante!» estará também particularmente vocacionado para um vasto leque de iniciativas políticas, culturais e desportivas, nomeadamente para a juventude, bem como para actividades ligadas à região onde o terreno se insere: a península de Setúbal e a área metropolitana de Lisboa. A «festa!» está aí a chegar! Compra já a tua EP!

